UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANÁLISE DOS EFEITOS DAS PRÁTICAS DE TRIBUTAÇÃO DO LUCRO NA
***EFFECTIVE TAX RATE* (ETR) DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS:**
UMA ABORDAGEM DA TEORIA DAS ESCOLHAS CONTÁBEIS

Otávio Gomes Cabello

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Pereira

SÃO PAULO

2012

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornacchione Júnior
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Profª. Dra. Silvia Pereira de Castro Casa Nova
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

OTÁVIO GOMES CABELLO

**ANÁLISE DOS EFEITOS DAS PRÁTICAS DE TRIBUTAÇÃO DO LUCRO NA
EFFECTIVE TAX RATE (ETR) DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS:
UMA ABORDAGEM DA TEORIA DAS ESCOLHAS CONTÁBEIS**

Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Pereira

Versão Corrigida

(versão original disponível na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade)

SÃO PAULO

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Cabello, Otávio Gomes

Análise dos efeitos das práticas de tributação do lucro na effective / tax rate (ETR) das companhias abertas brasileiras : uma abordagem da teoria das escolhas contábeis / Otávio Gomes Cabello. – São Paulo, 2012. 144 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2012.

Orientador: Carlos Alberto Pereira.

1. Contabilidade tributária 2. Contabilidade fiscal 3. Contabilidade
I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 657.46

**À minha esposa, Elaine, à minha mãe, Ana Rosa, e
aos meus irmãos Laura e Felipe.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelo dom da vida e por ter me dado força, saúde, sabedoria e alegria ao longo dessa etapa da minha vida.

Agradeço à minha esposa, sempre muito companheira, paciente, compreensiva e estimuladora. À minha mãe, pelas orientações e sugestões, sempre precisas, e pela revisão textual. Aos meus irmãos, Laura e Felipe, pelos incentivos e companhias.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Carlos Alberto Pereira, pelas orientações, sempre muito pertinentes e pontuais.

Agradeço aos primos Tiago e Aline, pelas acolhidas em São Paulo, sempre que precisei.

Agradeço aos colegas de doutorado Josedilton e Severino, e ao Prof. Luiz Gino pelas orientações na parte estatística deste trabalho; aos Profs. Claudio Parisi e Hermes Moretti pelas sugestões na estrutura e pesquisa.

Agradeço a todos os meus amigos de Bauru que sempre me deram força para continuidade e êxito deste trabalho.

**“Meu filho,
A preguiça é a chave da pobreza.
Quem não ouve conselhos raras vezes acerta.
A lei de DEUS é o princípio da sabedoria.
Sem religião não pode haver progresso.”**

***Hollando Gomes da Silva
(meu avô – in memoriam)***

RESUMO

A utilização de práticas tributárias pelas empresas para minimização dos efeitos dos tributos sobre o lucro é um fenômeno observado – e aceito dentro de certos limites – em vários países, o qual tem sido objeto de pesquisas realizadas por diversos autores (HAGERMAN e ZMIJEWSKI (1979), SWEENEY (1994), FRANKEL e TREZEVANT (1994), JACOB (1996), HUNT ET AL. (1996), MILLS ET AL. (1998), WAEGENAERE e WIELHOUWER (2011)). No Brasil, a despeito da alta carga tributária e complexidade do sistema tributário vigente, esse tema tem assumido grande relevância no âmbito político e econômico, mas ainda são escassas pesquisas científicas que visem fomentar essa discussão na área contábil-tributária. Considerando que a opção por práticas tributárias alternativas, figuradas na própria legislação tributária, é exercida por meio de escolhas contábeis, os pressupostos teóricos utilizados nesta pesquisa foram baseados na Teoria das Escolhas Contábeis que deriva da Teoria Contratual da Firma. Esta abordagem tem como premissa a ação de indivíduos que agem em função de seus interesses pessoais, procurando maximizar seu bem-estar. Sendo assim, considerando os interesses individuais, existirão preferências por determinadas práticas contábeis. Sob essa abordagem, esta pesquisa teve como objetivo analisar os efeitos de determinadas práticas empregadas para tributação do lucro sobre a Effective Tax Rate (ETR) das empresas no Brasil. Os dados foram obtidos por meio de análise de conteúdo das Notas Explicativas e de valores constantes das Demonstrações Financeiras Publicadas das companhias abertas do Brasil, buscando-se observar a adoção de práticas tributárias, bem como os seus efeitos nos anos de 2009 e 2010. A amostra foi composta por 250 empresas em 2009 e 272 empresas em 2010. Como técnica estatística, foi utilizado o Modelo Geral Linear, que combina a regressão e a ANOVA. Constatou-se que: a) as práticas tributárias previstas na legislação tributária brasileira, decorrentes de escolhas contábeis e relativas à tributação do lucro, possíveis de serem observadas nas Demonstrações Financeiras Publicadas a partir da vigência do CPC 32, são: i) depreciação acelerada, ii) depreciação acelerada incentivada, iii) juros sobre o capital próprio, iv) reorganização societária; e v) incentivos fiscais; b) as empresas que adotam essas práticas, individual ou conjuntamente, apresentam, em média, uma ETR inferior às demais. No entanto, não há obviedade de que, se uma empresa adota uma ou mais dentre essas práticas tributárias, certamente ela terá uma ETR menor em relação às demais. Apesar de se constatar que a ETR das empresas é influenciada, positiva ou negativamente, pela adoção dessas práticas, o porte da empresa (ativo total) demonstrou-se relevante na análise dos seus efeitos. Estes resultados estão alinhados com os resultados obtidos em algumas pesquisas já realizadas, mas questionam e sugerem novas possibilidades de discussão sobre o tema.

ABSTRACT

The use of tax practice by companies to minimize the effects of income tax is an observed phenomenon - and accepted within certain limits - in many countries, and it has been object of research by many authors (HAGERMAN and ZMIJEWSKI (1979), SWEENEY (1994), FRANKEL and TREZEVANT (1994), JACOB (1996), HUNT ET AL. (1996), MILLS ET AL. (1998), WAEGENAERE and WIELHOUWER (2011)). In Brazil, due to the high tax burden and the complexity of the current tax system, this issue has assumed great political and economical relevance, but that are still few scientific researches which aim at stimulating these discussions in the tax accounting field. Considering that the options for alternative tax practices, described in the tax law, is exerted by accounting choice, the theoretical assumptions used in this research were based on the Accounting Choice Theory which derivates from the Contractual Theory. This approach has as a premise the action of individuals who act in function of their personal interest, trying to maximize they well-being. Thus, considering the individual interests, there will be preferences for certain accounting choices. Under this approach, this research aimed at analyzing the effects of certain tax practices on Effective Tax Rate (ETR) of companies in Brazil. The data was obtained from content analyses of the Notes to Financial Statements listed on Published Financial Statements of companies in Brazil, seeking to observe the ETR disclosed, as well as the use of tax practices listed in researches in 2009 e 2010. The sample was composed by 250 companies in 2009 e 272 companies in 2010. It was used as statistical techniques the General Linear Model, model which combines regression and ANOVA. It was found that: a) the accounting practices predicted in the Brazilian tax law possible to be observed in the Published Financial Statement are: i) accelerated depreciation; ii) incentivated accelerated depreciation; iii) interest on equity; iv) corporate reorganization; and v) tax incentives; b) the companies that adopt this practices, individually or corporately, presents, on average, a smaller ETR in relation to others. However there is no evidence, that if, a company adopts tax practices, it will certainly have a smaller ETR in relation to others. Despite noticing that companies ETR is influenced, positively or negatively, by the adoption of such practices, the company size (total asset) has show to be relevant in the analyses of its effects. These results are allied with results obtained in researches which have already been conducted, but questions and suggests new discussion possibilities about the issue.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	4
1 INTRODUÇÃO	5
1.1 Contextualização	5
1.2 Questão da pesquisa	12
1.3 Objetivo geral	13
1.4 Objetivos específicos	13
1.5 Delimitação do estudo	14
1.6 Justificativa e contribuições da pesquisa	15
1.7 Hipótese	16
1.8 Estrutura do trabalho	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Pesquisa em matéria tributária	19
2.2 Teoria das Escolhas Contábeis	26
2.2.1 Teoria das Escolhas Contábeis e gerenciamento de resultados	34
2.2.2 Estudos sobre Escolhas Contábeis e reflexos tributários	35
2.3 <i>Effective Tax Rate</i> (ETR)	40
2.4 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	43
2.5 Práticas tributárias	50
2.5.1 Depreciação Acelerada e Depreciação Acelerada Incentivada	51
2.5.1.1 Estudos tributários sobre Depreciação Acelerada e Depreciação Acelerada Incentivada	53
2.5.2 Juros sobre Capital Próprio	55
2.5.2.1 Estudos tributários realizados sobre Juros Sobre Capital Próprio ...	57
2.5.3 Reorganização societária	59
2.5.3.1 Estudos tributários realizados sobre reorganização societária	62
2.5.4 Incentivos fiscais federais	64
2.5.4.1 Estudos tributários sobre incentivos fiscais federais	66
2.5.5 Exemplos da influência das práticas tributárias na ETR	67
2.6 Proposições e Constructos Teóricos	72
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	77
3.1 Tipo de pesquisa	77
3.2 Desenho da pesquisa	77
3.3 População e amostra	78
3.4 Variáveis e definições operacionais	80
3.5 Procedimento de coleta de dados	82
3.6 Tratamento dos dados	85
3.7 Sub-hipóteses formuladas	90
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	91
4.1 Análise descritiva	91
4.2 Análise dos efeitos das práticas tributárias sobre a ETR das empresas	93
4.3 Análise das práticas tributárias e da ETR por setor	99
4.4 Análise dos efeitos das práticas tributárias escolhidas e setores na ETR	102
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	107
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICES	127
ANEXOS	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMT: *Alternative Minimum Tax*
BOVESPA: Bolsa de Valores do Estado de São Paulo
BTD: *Book-Tax Differences*
CIRETRAN: Circunscrição Regional de Trânsito
COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CFC: Conselho Federal de Contabilidade
CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM: Comissão de Valores Mobiliários
DA: Depreciação Acelerada
DAI: Depreciação Acelerada Incentivada
DFP: Demonstrações Financeiras Publicadas
DRE: Demonstração do Resultado do Exercício
EC: Escolhas Contábeis
ETR: *Effective Tax Rate*
EUA: Estados Unidos da América
FAPI: Fundo de Aposentadoria Programada Individual
FASB: *Financial Accounting Standards Board*
FINAM: Fundo de Investimento na Amazônia
FINOR: Fundo de Investimento do Nordeste
FNC: Fundo Nacional da Cultura
FUNRES: Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo
GAAP: *Generally Accepted Accounting Principles*
GLM: *General Linear Model*
GR: Gerenciamento de Resultados
IASB: *International Accounting Standard Board*
IF: Incentivos Fiscais
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
IR: Imposto de Renda
IRPJ: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
IRS: *Internal Revenue Services*
ISSQN: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
JSCP: Juros sobre o Capital Próprio
LAIR: Lucro antes do Imposto de Renda
LALUR: Livro de Apuração do Lucro Real
LSD: *Least Square Difference*
OLS: *Ordinary Least Squares*
P&D: Pesquisa e Desenvolvimento
PAT: Programa de Alimentação do Trabalhador
PDTA: Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário
PDTI: Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial
PEPS: Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai
PIB: Produto Interno Bruto
PIS: Programa de Integração Social
PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

RFB: Receita Federal do Brasil

RIR: Regulamento do Imposto de Renda

RS: Reorganização Societária

SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TEC: Teoria das Escolhas Contábeis

UEPS: Último que Entra é o Primeiro que Sai

LISTA DE TABELAS

Tabela 5 – Comparativo de carga tributária <i>ex-ante</i> e <i>ex-post</i> da Lei n. 9.249/95	59
Tabela 1 – Influência da depreciação acelerada na ETR	69
Tabela 2 – Influência da depreciação acelerada incentivada na ETR	70
Tabela 3 – Influência do JSCP na ETR.....	70
Tabela 4 – Influência dos incentivos fiscais na ETR	71
Tabela 6 - Quantidade de empresas abertas no Brasil por setor (excluindo as empresas financeiras) – 2009 e 2010	79
Tabela 7 – Amostra das empresas abertas no Brasil por setor – 2009 e 2010	80
Tabela 8 – Ajuste do IRPJ e da CSLL nas empresas com prejuízos fiscais	85
Tabela 9 – Empresas pesquisadas – 2009 e 2010.....	91
Tabela 10 – Distribuição por prática ou grupo de práticas tributárias escolhidas – 2009 e 2010	92
Tabela 11 – ETR média em função da adoção de práticas tributárias – 2009 e 2010.....	94
Tabela 12 - ETR média em função da adoção de práticas tributárias – ponderada – 2009 e 2010	95
Tabela 13 – ETR média pela adoção de prática ou conjunto de práticas tributárias – 2009 e 2010.....	96
Tabela 14 – ETR média em função da adoção de prática ou conjunto de práticas tributárias – ponderada - 2009 e 2010	98
Tabela 15 – ETR média por setor – 2009 e 2010.....	100
Tabela 16 – ETR média por setor – ponderado - 2009 e 2010.....	101
Tabela 17 – GLM (setor; práticas tributárias; setor e práticas tributárias) – 2009 e 2010.....	103
Tabela 18 – GLM (setor; práticas tributárias; setor e práticas tributárias) - 2009 e 2010 - ponderado	104
Tabela 19 – Resultados das hipóteses	105

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O tributo é produto de interações entre os diversos agentes econômicos de uma sociedade, como resultado de políticas sociais e regulações econômicas, onde o Estado foi pré-concebido com o objetivo de estabelecer uma organização social. A empresa está inserida neste contexto, assim como seus investidores, fornecedores, clientes, colaboradores etc., influenciando e, ao mesmo tempo, sendo influenciada pelos fatores que caracterizam o sistema tributário do país ou dos países onde realiza as suas transações. Um desses fatores é a carga tributária a que os agentes econômicos estão expostos.

Segundo os últimos dados divulgados pela Receita Federal do Brasil (RFB) (2011), a carga tributária do Brasil em 2010 foi de 33,56% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Tendo em vista que a carga tributária no Brasil é calculada pela razão entre arrecadação de tributos e o PIB a preços de mercado, ambos considerados em termos nominais, esse resultado pode não representar a carga tributária real do país, nem a dos diferentes setores e agentes econômicos. Gallo (2007, p. 19) faz pontuações das imperfeições da apuração da carga tributária: “[...] se utilizam macrodados – principalmente da macroeconomia e da contabilidade nacional ou social -, deixando de se considerar os microdados fornecidos pela Contabilidade Societária e seus princípios.”

A crítica ao sistema tributário nacional, no entanto, segundo Pohlmann e Iudicibus (2006), não está relacionada, somente, à carga tributária ou sua forma de apuração, mas também a vários aspectos, como, por exemplo, à cumulatividade de alguns tributos, à sobrecarga da tributação no setor produtivo e à maneira desigual com que essa carga é distribuída.

A sobrecarga tributária no setor produtivo não está ligada somente ao valor recolhido pelas empresas, mas também à quantidade e à complexidade dos tributos que recaem sobre as operações destas. Considerando que no Brasil existem muitos tributos e obrigações fiscais que incidem sobre as operações empresariais, fica evidente a necessidade de as empresas acompanharem as legislações, a fim de observar possíveis alterações.

Este cenário de complexidade e acompanhamento da legislação tributária favorece a diminuição dos recursos financeiros das empresas, não apenas pela carga tributária e diversidade de normas, mas também por um possível aumento de risco provocado pela falta de conformidade às alterações nas normas jurídicas.

Shackelford e Shevlin (2001) analisam as pesquisas empíricas sobre tributos em contabilidade de diversos pesquisadores e apresentam uma proposta da estrutura conceitual da gestão tributária, que pode ser útil tanto para a pesquisa quanto para a prática da gestão tributária nas empresas. Shackelford e Shevlin (2001) apontam três temas na estrutura conceitual da gestão tributária: todas as partes; todos os tributos; e todos os custos (*all parties, all taxes, and all costs*):

Os três temas – todas as partes, todos os impostos e todos os custos – fornecem uma estrutura para a gestão tributária que abrange os objetivos organizacionais, tais como o lucro ou a maximização da riqueza.¹ (SHACKELFORD; SHEVLIN, 2001, p. 323).

A vertente “todas as partes” representa a perspicácia em considerar as incidências tributárias em todas as partes envolvidas nas transações da empresa. A vertente “todos os tributos” aponta para a atenção em considerar não apenas os tributos explícitos, ou seja, aqueles recolhidos diretamente ao governo, mas também os tributos implícitos, aqueles que são pagos indiretamente na forma de investimentos e outras transações da empresa como, por exemplo, na legislação brasileira: o pagamento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de imobilizado, ou qualquer outra aquisição como consumidor final. E, por fim, a vertente “todos os custos” alerta que os tributos também representam um custo e, portanto, devem ser considerados no processo de gestão tributária, pois a reestruturação da empresa para pagar menos tributos pode ser dispendiosa (SHACKELFORD; SHEVLIN, 2001). Cabe ressaltar que: i) tributos implícitos, segundo Wasserman (2009, p. 19), também podem ser caracterizados como “[...] aqueles que incidem sobre ativos favoravelmente tributados (comparados com ativos menos favorecidos tributariamente e de risco similar), reduzindo-lhes o retorno antes dos impostos explícitos.”; e ii) custos tributários também podem estar relacionados com os custos operacionais e obrigações acessórias.

Scholes e Wolfson (1992, p. 452) destacam a necessidade de atenção a outros fatores que não somente a redução de tributos: “[...] um planejamento efetivo deve observar outros pontos,

¹ “The tree themes – all parties, all taxes, and all costs – provide a structure for tax management that achieves organizational goals, such as profit or wealth maximization.”

incluindo problemas gerados pela assimetria de informação, assim como problemas de evidenciação.”²

Shackelford e Shevlin (2001), na mesma vertente, apontam que a redução da carga tributária não consiste, necessariamente, no principal objetivo de um efetivo planejamento tributário:

Os temas sugerem que a minimização de tributos não é necessariamente o objetivo de um efetivo planejamento tributário. Ao invés disso, um efetivo planejamento tributário tem que ser avaliado no seu efetivo desenho organizacional e de sua adoção sob uma perspectiva contratual. O paradigma pressupõe implicitamente que, se todas as partes identificadas, todos os tributos (explícitos e implícitos) e todos os custos não-tributários forem identificados e controlados, assim o comportamento tributário será racional e previsível.³ (SHACKELFORD; SHEVLIN, 2001, p. 323)

Assim sendo, analisando os temas abordados por Scholes e Wolfson (1992) e Shackelford e Shevlin (2001), a gestão tributária objetiva o lucro ou a maximização da riqueza, por meio do planejamento tributário, observando todas as partes, todos os custos e todos os tributos envolvidos nas transações, com atenção à assimetria de informação e evidenciação. Mas como esse objetivo é efetivado? Ou seja, como as empresas executam a gestão de tributos para o cumprimento desse objetivo?

Considerando a observação feita anteriormente por Shackelford e Shevlin (2001), em relação à avaliação do planejamento tributário sob uma perspectiva contratual, situa-se a relação entre empresa e governo, que pode ser explicada pelo recolhimento de tributos; e que o “contrato” seria a própria legislação tributária. Da observação feita por Watts (1992) sobre o papel da contabilidade nas disposições contratuais e organizacionais deriva a Teoria Contratual da Firma que consiste, segundo Lopes e Martins (2007, p. 32), na empresa: “[...] vista como um conjunto de contratos entre os diversos participantes. Cada participante contribui com algo para a firma e em troca recebe sua parte do bolo.”

O problema da escolha contábil entre as possibilidades previstas no contrato de se pagar menos tributos que, em função de inúmeros fatores, podem ou não ser utilizadas, constitui o

² “[...] effective planning must take account of other considerations, including problems generated by asymmetric information, as well as financial reporting concerns.”

³ “The themes imply that tax minimization is not necessarily the objective of effective tax planning. Instead, effective tax planning must be evaluated in the effective design of organizations and through adoption of a contractual perspective. The paradigm implicitly assumes that if all identified parties, all taxes (explicit and implicit), and all non-tax costs can be identified and controlled, then the observed tax behavior will be rational and predictable.”

foco de estudo de uma das vertentes da Teoria das Escolhas Contábeis (TEC) que, segundo Fields *et al.* (2001), consiste em:

[...] qualquer decisão cuja intenção primária é influenciar (seja na forma ou substância) o resultado do sistema contábil de um modo particular, incluindo não apenas demonstrações financeiras publicadas de acordo com o GAAP, mas também retornos de impostos e questões regulatórias (FIELDS *et al.*, 2001, p. 256, grifos nossos)⁴

Watts (1992, p. 235), por sua vez, aponta para abrangência da escolha contábil: “Escolha contábil abrange a escolha do gestor da empresa de um método contábil ao invés de outro. Escolha contábil abrange também a escolha de normas contábeis pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB)”⁵. O autor exemplifica, apontando a escolha de um gestor pelo método de depreciação linear ao invés de depreciação acelerada.

Corroborando com esse ponto de vista de escolhas de métodos e critérios contábeis, Bowen *et al.* (1999) afirmam que os gestores escolhem políticas contábeis financeiras para influenciar um menor pagamento de tributos e as decisões contábeis dos gestores são influenciadas também por incentivos alinhados aos interesses dos próprios gestores.

Watts e Zimmerman (1986, p. 195), tratando das competições entre as empresas, explicitam que aquelas que sabem “otimizar” o contrato a seu favor tendem a ter um benefício maior em relação às demais. Para tanto, essa “otimização” é realizada por meio do uso de procedimentos alternativos:

A competição entre as empresas implica que procedimentos operacionais e técnicas contratuais que são utilizados sistematicamente pela sobrevivência organizacional sejam eficientes. Se não fosse este o caso, as partes contratantes poderiam adotar outros procedimentos e obter um rendimento acima do normal. O princípio de sobrevivência permite aos pesquisadores analisarem os custos e benefícios dos contratos e seus respectivos procedimentos contábeis, que sobrevivem sob a suposição de que, em média, os benefícios dos contratos e processos devam exceder os seus custos.⁶ (WATTS; ZIMMERMAN, 1986, p. 195)

⁴ “[...] any decision whose primary purpose is to influence (either in form or substance) the output of the accounting system in a particular way, including not only financial statements published in accordance with GAAP, but also tax returns and regulatory filings.”

⁵ “Accounting choice includes the firm manager’s choice of straight-line depreciation rather than accelerated depreciation. Accounting choice also includes the FASB’s choice of accounting standards.”

⁶ “Competition among firms implies that operating procedures and contracting techniques that are used systematically by surviving organizations are efficient. If this were not the case, then contracting parties could adopt the other procedures and earn above-normal returns. The survivorship principle allows researchers to analyze the costs and benefits of the contracts and their concomitant accounting procedures that survive under the assumption that on average the benefits of contracts and procedures exceed their costs.”

Com base na afirmação de Watts e Zimmerman (1986), presume-se que as empresas que sabem utilizar de forma ótima o contrato entre empresa e governo (legislação tributária) podem, por conseguinte, obter um diferencial em relação àquelas que não o utilizam.

A escolha de conceitos, critérios e métodos contábeis, geralmente sob responsabilidade do contador, pode impactar o montante de tributos a serem pagos por uma organização. No caso brasileiro, a própria legislação tributária sugere métodos e critérios alternativos, que devem ser empregados observando-se algumas restrições, mas que, muitas vezes, permitem escolhas, como, por exemplo: critérios de avaliação de estoques (método Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai - PEPS ou média ponderada móvel); preços de transferência nas importações e exportações (quatro métodos na entrada e quatro na saída); reconhecimento da receita em contratos de longo prazo (com base no cronograma físico ou financeiro da obra); regimes de tributação (lucro real *versus* lucro presumido); e incentivos fiscais (alguns deduzidos diretamente do imposto a pagar; outros por meio de exclusão do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR; outros por diferimento).

De acordo com Fields *et al.* (2001), a literatura que trata das Escolhas Contábeis (EC) está dividida em três grupos baseados na imperfeição de mercado, quais sejam: custo de agência, assimetria de informação e externalidades. Custo de agência se refere aos custos de controle e gerenciamento relacionados com os contratos que o investidor possui. Assimetria de informação está associada à relação entre gestor e investidor, tendo como pressuposto que o primeiro é mais informado que o segundo. Outras externalidades estão relacionadas com a relação da terceira parte contratada ou não contratada com a empresa (excluindo o gestor e o investidor); os maiores exemplos de externalidades são os tributos e os aspectos regulatórios.

Com relação ao aspecto tributário, diversos pesquisadores buscaram detectar a influência da escolha de práticas tributárias na carga tributária das empresas (MILLS *et al.*, 1998; FORMIGONI, 2008; HAGERMAN; ZMIJEWSKI, 1979).

Mills *et al.* (1998) pesquisaram os investimentos em planejamento tributário e gastos tributários realizados por 365 grandes empresas norte-americanas, em 1991. Os autores constataram que: i) a legislação tributária americana é favorável ao planejamento tributário, pois oferece aos contribuintes oportunidades de escolhas tributárias; e ii) há relação entre

empresas que investiram em projetos de gestão tributária e redução de carga. Pelos resultados encontrados, a cada \$1 investido em planejamento tributário, \$4 são economizados em tributos.

Formigoni (2008) constatou, dentre os resultados da pesquisa realizada com 590 empresas brasileiras, em que 29% utilizavam a prática de utilização de incentivos fiscais no período de 1995 a 2007, que as empresas que escolheram usufruir de incentivos fiscais têm uma carga tributária média maior que as não incentivadas. Isto não quer dizer, no entanto, que, necessariamente, a opção por incentivos fiscais aumentou a carga tributária dessas empresas. Ao contrário, talvez por possuírem uma carga maior do que a média, estas empresas tenham optado por fazer uso de incentivos propostos pelo governo. A investigação dessa problemática, no entanto, requer a identificação dos fatores motivadores das escolhas das empresas por incentivos, sem deixar de considerar as consequências econômicas dessas escolhas, sejam elas favoráveis (benefícios) ou desfavoráveis (custos) à empresa, o que não foi objeto deste estudo.

Hagerman e Zmijewski (1979) investigaram o método de avaliação do estoque, depreciação e amortização (passíveis de observação nas Demonstrações Financeiras Publicadas - DFP) de 300 empresas norte-americanas, no ano de 1975. Utilizando a análise de *probit* (tipo de análise de regressão) para determinar se o tamanho, risco, intensidade de capital, concentração e existência de planos de incentivo afetam as escolhas contábeis, constataram que os gestores são influenciados por motivações econômicas (também ligadas à redução de tributos) nas escolhas de padrões contábeis.

Nota-se, pelos estudos apresentados acima, que as empresas realizam escolhas contábeis para redução de carga tributária. No entanto, pelo estudo de Formigoni (2008), nota-se que nem sempre essa escolha pode gerar o resultado esperado, pois aqueles que escolheram utilizar incentivos fiscais do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) não perceberam uma redução deste tributo em relação as que não utilizaram.

Para analisar os efeitos tributários decorrentes das escolhas contábeis, diversas pesquisas têm utilizado a *Effective Tax Rate* (Taxa Tributária Efetiva - ETR), conforme observado por Hanlon e Heitzman (2010), que é calculada pela razão entre os Tributos sobre o Lucro e o Lucro antes dos Tributos. Essa medida pode ser encontrada nas pesquisas realizadas por

Schmidt (2006), Dhaliwal *et al.* (2004), Dyreng *et al.* (2008), Gupta e Newberry (1997), Rego (2003) e Wilson (2009), nas quais os autores utilizaram esta métrica para detectar se há práticas tributárias nas companhias, partindo do pressuposto que uma gestão tributária bem estruturada acarreta em uma redução das taxas efetivas de tributos. Conforme os padrões tributários e contábeis brasileiros, o cálculo da ETR seria a razão entre Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) somado à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pelo LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda).

No Brasil também foram encontradas algumas pesquisas que utilizaram a ETR, como a de Piqueras (2010) e Ferreira (2007). No entanto, nenhuma com o objetivo de observar o efeito das práticas tributárias do lucro na ETR das empresas, pois a primeira objetivou verificar se as diferenças existentes entre os lucros contábil e tributável conseguem isolar o gerenciamento de resultado; já a segunda objetivou analisar a relação entre ETR e o retorno anormal de ações. Nota-se, portanto, que os estudos nacionais sobre os efeitos das práticas tributárias na ETR das empresas são incipientes.

Plesko (2003) defende que a escassez de pesquisas na área tributária dá-se pela dificuldade de acesso aos dados:

Numerosos estudos empíricos têm examinado o papel que os tributos têm nas decisões das corporações, tais como escolha organizacional, decisões de investimento, endividamento, política de dividendos, atividades de fusões e aquisições, escolhas contábeis, decisões de compensação e respostas a pressões políticas. Em contraste com os estudos de tributação individual, onde dados públicos mais detalhados estão disponíveis, informações relativas às declarações das firmas são confidenciais. Como resultado, pesquisadores são usualmente forçados a construir variáveis tributárias a partir das demonstrações financeiras levando a proliferação de medidas e preocupação acerca da sua acurácia. Sem as informações relativas às declarações de renda das firmas, os pesquisadores desenvolveram medidas a partir das demonstrações financeiras para capturar essas características não observáveis e têm sido auxiliados por uma série de normas contábeis que determinam o fornecimento de informações sobre as diferenças entre contabilidade tributária e financeira nas demonstrações publicadas.⁷ (PLESKO, 2003, p. 202).

Shevlin (1999) classifica as pesquisas tributárias de acordo com três vertentes: i) política tributária; ii) planejamento tributário; e iii) obediência tributária. O autor destaca que

⁷ “Numerous empirical studies have examined the role taxes have on corporations’ decisions, such as organizational choice, investment decisions, financing mix, dividend policy, merger and acquisition activities, accounting choices, compensation decisions, and responses to political pressures. In contrast to studies of individual taxation, where public-use micro data are available, firm-level tax return data are confidential. As a result, non-governmental researchers are usually forced to construct tax variables from financial statements, leading to both a proliferation of suggested measures, and concerns about their accuracy. Absent data on firms’ tax return information, researchers develop measures from financial statements to capture these unobserved characteristics, and have been aided by a series of accounting standards designed to provide more information about differences between tax and financial income reporting.”

pesquisas norte-americanas sobre planejamento tributário apontam-no como o segundo tema na área de pesquisa tributária, contudo pontua que estas pesquisas são menos interessadas nas implicações políticas e mais em como as firmas respondem e são influenciadas pelas regras tributárias.

Pohlmann e Iudícibus (2006) apontam como é vasto o campo de estudos sobre planejamento tributário:

Outra área fértil de pesquisa, não apenas voltada para o mundo acadêmico, mas, também, para a prática profissional, é a relacionada ao planejamento tributário e às decisões dos contribuintes. De um lado, alguns dedicam-se a avaliar e a prever a conduta dos agentes econômicos frente à configuração dos tributos incidentes sobre determinado evento ou transação, com o fim de construir e testar teorias que expliquem o comportamento do contribuinte, enquanto agente racional que busca maximizar a utilidade marginal. De outro, há trabalhos desenvolvidos a partir da legislação tributária aplicável, em que o objetivo é indicar o caminho que leva à minimização da carga tributária das firmas e contribuintes em geral. (POHLMANN; IUDÍCIBUS, 2006, p. 2)

O planejamento tributário e as decisões dos contribuintes, como destacado por Pohlmann e Iudícibus (2006), também possuem um caráter profissional, além de serem um campo fértil para pesquisas. Sendo assim, evidências científicas sobre as práticas tributárias utilizadas pelas empresas são importantes.

1.2 Questão da pesquisa

Diante do cenário apresentado na seção anterior, este trabalho se propõe a discutir, sob as perspectivas da Teoria Contratual da Firma e Teoria das Escolhas Contábeis, quais os efeitos das práticas tributárias decorrentes de escolhas contábeis adotadas para fins de tributação do lucro sobre a ETR das empresas no Brasil, sendo orientado, metodologicamente, pela seguinte questão de pesquisa: qual o comportamento da ETR nas empresas que adotam determinadas práticas tributárias sobre o lucro?

A definição de quais práticas tributárias serão objeto desta pesquisa é apresentada na seção 1.5, que trata da delimitação do estudo, considerando a possibilidade de observação dessas práticas por meio das Demonstrações Financeiras Publicadas (DFP) pelas empresas.

1.3 Objetivo geral

O objetivo desta pesquisa é analisar os possíveis efeitos de determinadas práticas tributárias decorrentes de escolhas contábeis para fins de tributação do lucro, de acordo com a legislação brasileira, sobre a ETR das empresas no Brasil.

1.4 Objetivos específicos

A partir do objetivo geral estabelecido nesta pesquisa, os seguintes objetivos específicos foram traçados:

- a) identificar na legislação tributária as práticas tributárias verificáveis nas Demonstrações Financeiras, cujos efeitos possam ser mensurados por meio da ETR;
- b) identificar a proporção de empresas que escolheram adotar ou não as práticas tributárias elencadas nesta pesquisa, conforme item anterior;
- c) apresentar e analisar as ETRs médias das empresas comparando as ETRs médias de grupos de empresas de acordo com as práticas ou conjunto de práticas tributárias escolhidas;
- d) apresentar e analisar as ETRs médias por setores;
- e) delinear se as práticas tributárias e os setores elencados nesta pesquisa, de forma isolada ou combinada entre eles, explicam as variações na ETR;
- f) observar os efeitos do que preconiza a Teoria Contratual da Firma, conforme afirmação feita por Watts e Zimmerman (1986), de que as empresas que sabem utilizar de forma ótima o contrato entre empresa e governo podem, por conseguinte, obter um diferencial em relação àquelas que não o utilizam; e
- g) observar o alinhamento dos resultados com o próprio conceito de Escolhas Contábeis, destacado por Fields *et al.* (2001), em que a intenção primária é influenciar (seja na forma ou substância) o resultado do sistema contábil de um modo particular, incluindo não apenas demonstrações financeiras publicadas de acordo com as normas de contabilidade, mas também retornos de tributos.

Torna-se pertinente observar que o objetivo não consistirá em discutir se a carga tributária é elevada ou baixa; nem em elaborar ou analisar modelos de mensuração de carga tributária.

1.5 Delimitação do estudo

Dado o panorama de como as expressões “gestão tributária” e “planejamento tributário” são apresentadas pelos pesquisadores, esta pesquisa, considerando seu escopo, irá apenas utilizar a expressão “prática tributária”, pois não se pretende caracterizar se essas práticas são classificadas como gestão tributária ou como planejamento tributário, mas de que forma a escolha destas práticas tributárias impacta na ETR das empresas.

As práticas tributárias objeto deste estudo restringem-se às que decorrem de escolhas contábeis e se relacionam à tributação do lucro no Brasil, as quais, de acordo com a legislação brasileira, referem-se especificamente ao IRPJ e à CSLL, não abrangendo, portanto, outros tributos.

Ao analisar a legislação tributária do IRPJ e da CSLL, pode-se dizer que existem diversas escolhas contábeis tributárias que podem impactar a ETR das empresas, como: i) depreciação acelerada; ii) depreciação acelerada incentivada; iii) juros sobre o capital próprio; iv) reorganização societária; v) incentivos fiscais federais; vi) preço de transferência; vii) método de avaliação do estoque; viii) reconhecimento das perdas de créditos não liquidados; ix) utilização de *offshore*, dentre outras.

No entanto, a partir de uma pré-análise efetuada nas Demonstrações Financeiras Publicadas, realizando uma busca por palavras-chave (análise de conteúdo), observou-se que não é possível analisar os efeitos de todas as práticas tributárias na ETR, pois algumas não são mencionadas nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras.

Sendo assim, as práticas tributárias que serão objeto desta pesquisa, considerando a limitação imposta pela possibilidade de identificá-las nas DFP, são: i) depreciação acelerada; ii) depreciação acelerada incentivada; iii) juros sobre o capital próprio; iv) reorganização societária; e v) incentivos fiscais federais; tendo em vista a obrigatoriedade de evidenciação dessas práticas, de acordo com o CPC 32, em publicação de 17 de julho de 2009.

Todas as práticas tributárias selecionadas serão explanadas ao longo desta pesquisa, apresentando estudos já realizados sobre o assunto. Estas mesmas práticas tributárias serão analisadas com base em exemplos numéricos, apontando os seus possíveis efeitos na ETR das empresas.

Foram utilizados o IRPJ e a CSLL correntes, pois o IRPJ e a CSLL totais, evidenciados nas Demonstrações Financeiras Publicadas, apresentam os tributos diferidos, o que, para efeito de apuração da ETR do período de análise, poderia distorcer os resultados. É imprescindível destacar que, se o objetivo é observar se as práticas tributárias do período de análise refletem no IRPJ e CSLL deste mesmo período de análise, as diferenças temporárias não poderão interferir nos resultados.

O período de análise ficou delimitado aos anos de 2009 e 2010, pois a obrigatoriedade de evidenciação da apuração dos tributos sobre o lucro, de forma analítica, só foi possível a partir da publicação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 32 em 17 de julho de 2009. Nos anos anteriores a 2009, a base de dados não possui as mesmas características e, portanto, não pôde compor a amostra.

Considerando que alguns autores utilizam a expressão “Escolha Contábil”, outros autores utilizam a expressão “Escolha Tributária” e outros utilizam “Escolha Contábil Tributária”, esta pesquisa irá abordar somente a expressão Escolha Contábil, pois uma Escolha Tributária e uma Escolha Contábil Tributária, irá impactar o sistema contábil e, portanto, pode ser considerada apenas uma Escolha Contábil. A fundamentação dessa delimitação está situada no uso da Teoria das Escolhas Contábeis como plataforma teórica.

1.6 Justificativa e contribuições da pesquisa

A pesquisa de Mills *et al.* (1998) evidenciou a relação entre investimento em gestão tributária e redução de carga tributária, no entanto não incluiu práticas tributárias nem observou seus efeitos na redução da ETR. As pesquisas de Dhaliwal e Wang (1992), Boynton *et al.* (1992), Sweeney (1994), Hunt *et al.* (1996) e Adhikari *et al.* (2005) apresentam a influência de

determinadas escolhas contábeis na tributação de forma global nas empresas, sem entrar em questões de mensuração ou análise dos seus efeitos sobre a ETR.

Já no Brasil ainda são tímidas as pesquisas que pretenderam consolidar cientificamente práticas tributárias firmadas pelo mercado. Diante disso, uma das inovações desta pesquisa é justamente observar se as empresas que adotam determinadas práticas tributárias apresentam, efetivamente, ETR inferior às demais, contribuindo, assim, para discussão científica sobre a validade dessas práticas na realidade brasileira.

Esta pesquisa buscou inovar também na utilização da Teoria Contratual da Firma e Teoria das Escolhas Contábeis como plataforma para a elaboração de constructos teóricos, objetivando discutir problemas de pesquisas ligados à área tributária.

A partir dos constructos teóricos formulados, buscou-se um método para lidar com o problema proposto, levando à resultados que podem ser úteis, tanto para aprofundar a discussão teórica, quanto para prática do problema, bem como para a formulação de novas proposições que podem ser objeto de futuros estudos.

1.7 Hipótese

Para Severino (2002, p. 75), “A colocação clara do problema desencadeia a formulação da hipótese geral a ser comprovada no decorrer do raciocínio”. Nessa concepção, a hipótese caracteriza-se como uma antecipação da resposta ao problema sugerido e, portanto, deve ser testada ao longo da pesquisa.

Tendo como base os estudos de Mills *et al.* (1998), de Hagerman e Zmijewski (1979), e de Watts e Zimmerman (1986), conforme exposto na contextualização desta pesquisa, a hipótese geral formulada para ser discutida e testada é:

H₀: as empresas que escolhem determinadas práticas tributárias sobre o lucro apresentam ETR inferior às demais.

1.8 Estrutura do trabalho

Esta tese está estruturada em seis partes: a primeira consiste nesta introdução; a segunda abordará o referencial teórico sobre pesquisas em matéria tributária, Teoria das Escolhas Contábeis, práticas tributárias selecionadas, legislação tributária, estudos sobre essas práticas, ETR e as proposições teóricas e constructos, para fundamentar a pesquisa realizada; a terceira tratará dos procedimentos metodológicos; a quarta apresentará os dados coletados e as análises efetuadas; a quinta efetuará discussão sobre os resultados obtidos; e, por fim, a sexta parte apresentará as considerações finais, limitações e sugestões para continuidade da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para embasar este estudo, serão exibidas as pesquisas realizadas em matéria tributária, objetivando situá-lo nas “linhas de pesquisas tributárias”, visto a multidisciplinaridade do tema.

Por conseguinte será apresentada a Teoria das Escolhas Contábeis, objetivando estabelecer um embasamento teórico para esta pesquisa, evidenciando a relação entre Escolhas Contábeis e reflexos tributários, assim como trabalhos que já se utilizaram desta teoria para pesquisas tributárias. Em seguida, será apresentada a métrica ETR, suas características, limitações e sua utilização em pesquisas.

Por fim, serão apresentadas as regras do IRPJ e da CSLL, estabelecidas pela legislação tributária, objetivando dar melhor entendimento às práticas tributárias escolhidas. Em seguida, serão evidenciadas as práticas tributárias selecionadas, demonstrando suas características e pesquisas já realizadas sobre o tema, bem como evidenciando, por meio de exemplos numéricos, os possíveis impactos na ETR.

2.1 Pesquisa em matéria tributária

Tendo em vista que o tributo é essencial para a sociedade, o tema tributário recebe estudos de diversas áreas do conhecimento, e cada área o observa à luz de uma perspectiva determinada. Para Pohlmann e Iudícibus (2006), as disciplinas que estudam a matéria tributária são: Economia, Direito, Contabilidade, Administração, Psicologia e Sociologia. Estas duas últimas são utilizadas como subsídio para as Ciências Econômicas, objetivando adicionar fundamentação e explicação sobre o comportamento dos contribuintes. Os autores explicitam a atuação de cada área na matéria tributária:

Sumariamente, pode-se dizer que os economistas estudam aspectos relacionados à evasão ou obediência tributária (*tax compliance*), à tributação ótima, à eficiência econômica dos tributos, bem como a questões macroeconômicas da tributação. Os juristas, por sua vez, dedicam-se mais ao estudo do sistema tributário enquanto um conjunto de normas que regem a tributação, lançando sua preocupação mais em analisar aspectos relacionados à constitucionalidade e legalidade das exigências tributárias. Os contadores dedicam-se ao estudo de fatores relacionados às normas

tributárias, de questões de planejamento tributário e do impacto que os tributos causam nas decisões dos contribuintes. Os administradores abordam os tributos especialmente quando tratam de aspectos da gestão pública e de administração financeira e estratégia em geral. Psicólogos e sociólogos têm dado importantes contribuições na análise de aspectos comportamentais dos contribuintes. (POHLMANN; IUDÍCIBUS, 2006, p. 19)

Claro está que, dado seu objetivo, a presente pesquisa enquadra-se na área de Contabilidade. Nessa concepção, torna-se imprescindível, pois, apresentar alguns estudos já realizados na área tributária para situar este estudo nas diversas classificações existentes.

Pohlmann e Iudícibus (2006), após pesquisa sobre publicação em matéria tributária e estudo destas publicações, assim propuseram uma classificação da pesquisa tributária:

- a) obediência tributária;
- b) auditoria e gestão tributária pública;
- c) impacto dos tributos nas decisões dos contribuintes;
- d) tributação ótima e eficiência econômica dos tributos;
- e) aspectos macroeconômicos da tributação;
- f) pesquisa legal, subdividida em: i) jurídico-tributária; ii) contabilidade e auditoria tributária; e iii) planejamento tributário.

Assim como mencionado na introdução, Shevlin (1999) tratou da pesquisa tributária e a classificou em: i) política tributária; ii) planejamento tributário; e iii) obediência tributária. A política tributária “[...] é geralmente relacionada com a avaliação dos efeitos e, possivelmente, eficácia das mudanças das regras tributárias”⁸ (SHEVLIN, 1999, p. 428). Já o planejamento tributário: “[...] examina como as empresas e indivíduos respondem às regras tributárias”⁹ (SHEVLIN, 1999, p. 430). E a obediência tributária, por sua vez, “[...] emprega, na maior parte, paradigmas de julgamento e de tomada de decisão, mas também inclui alguns estudos analíticos e empíricos. A pesquisa nessa área se preocupa com quais fatores determinam o cumprimento de regras tributárias.”¹⁰ (SHEVLIN, 1999, p. 431).

A obra de Shackelford e Shevlin (2001), como já mencionado, buscou desenhar a pesquisa sobre aspectos de tributação na Contabilidade em relação a outros tipos de pesquisa contábil e

⁸ “[...] is generally concerned with assessing the effects and possibly effectiveness of tax rule changes.”

⁹ “[...] examines how firms and individuals respond to the tax rules.”

¹⁰ “[...] mostly employs the judgment and decision-making (JDM) paradigm, but also includes some analytical and archival empirical studies. The research in this area is concerned with what factors determine compliance with the tax code.”

também em relação à pesquisa tributária realizada em outros campos. Os autores traçaram o desenvolvimento das pesquisas empíricas em Contabilidade Tributária publicadas nos últimos quinze anos (artigo publicado em 2001). O artigo foi estruturado em três grandes partes que, segundo os autores, consistem nas três principais áreas ou campos de pesquisa: i) a coordenação entre fatores tributários e não-tributários; ii) o efeito dos tributos sobre os preços dos ativos; e iii) a tributação do comércio multijurisdicional. Esta classificação é diferente da elaborada por Shevlin (1999) e é mais específica. Shackelford e Shevlin (2001) apresentaram, ainda, três questões necessárias ao se analisar a matéria tributária: os tributos importam? Se não, por que não? Se sim, quanto?

Maydew (2001) fez uma análise crítica da classificação realizada por Shackelford e Shevlin (2001). A principal crítica apresentada por Maydew (2001) está relacionada à forma como foi feita a pesquisa, no que tange ao mapeamento da pesquisa tributária nos últimos quinze anos. O autor considerou que Shackelford e Shevlin (2001), apesar de defenderem a multidisciplinaridade da matéria tributária, não apresentaram trabalhos de economistas e financistas.

Hanlon e Heitzman (2010), dando sequência ao estudo de Shackelford e Shevlin (2001), evidenciam que existe uma multidisciplinaridade natural em pesquisas tributárias. Essa multidisciplinaridade envolve a economia, as finanças, a contabilidade e o direito. As pesquisas tributárias em contabilidade se preocupam, segundo os mesmos autores, em muitos pontos comuns objetivados nas pesquisas em economia e finanças, como: obrigações tributárias, incidência tributária, impacto dos tributos no valor das empresas; no entanto, adicionalmente utilizam conhecimentos específicos de regras de contabilidade financeira e o entendimento dos detalhes institucionais dos relatórios tributários e financeiros para identificar e examinar questões de pesquisa.

Hanlon e Heitzman (2010) elencaram quatro principais áreas de pesquisa na área contábil tributária: i) papel informacional dos gastos com tributos sobre lucro informado nos demonstrativos contábeis; ii) elisão tributária; iii) tomada de decisão corporativa, incluindo

investimento, estrutura de capital e estrutura organizacional; e iv) tributos e precificação de ativos.¹¹

De acordo com Hanlon e Heitzman (2010), as principais discussões sobre as pesquisas tributárias inseridas nessas áreas são:

- a) papel informacional dos gastos com tributos sobre os lucros informados nos demonstrativos contábeis: na última década, existiram muitas pesquisas que evidenciaram a diferença entre o gasto efetivo com tributos sobre o lucro e o que é divulgado nas demonstrações contábeis (tributos correntes e diferidos). Esse tipo de pesquisa que examina a informação da contabilidade tributária sobre tributo corrente e tributo diferido é parte integrante de pesquisas na área de contabilidade societária. Literaturas com esse enfoque não estão relacionadas à elisão tributária (*tax avoidance*);
- b) elisão tributária (*tax avoidance*): a literatura sobre esse tema é nova, porém muito ativa. Recentes avanços na teoria de *corporate tax avoidance* relacionados entre o principal e o agente (e principal-agente-governo) ajudaram na configuração de pesquisas na área tributária em diversas dimensões. Testes empíricos destas teorias demonstraram o potencial para futuras pesquisas. Um tema primário na literatura da elisão tributária está ligado à definição da mensuração do *tax avoidance*. Ao resumirem os vários métodos utilizados, as autoras forneceram um guia nessa área; esclareceram as diferenças entre a mensuração alinhada e não-alinhada ao *tax avoidance*; e discutiram seus benefícios e suas limitações. A mensagem principal está centrada no cuidado dos pesquisadores na delimitação das *proxies* empíricas e nas limitações das inferências que podem ser atribuídas na mensuração das *proxies* e atributos da amostra.
- c) tomada de decisão corporativa, incluindo investimento, estrutura de capital e estrutura organizacional: segundo a literatura dessa área, tributos potencialmente afetam decisões corporativas reais, mas a sua ordem de importância ainda permanece como uma questão sem resposta. Ao efetuarem uma revisão da literatura sobre os efeitos fiscais em decisões e objetivos sobre as interações e trocas entre os incentivos fiscais e financeiros de relatórios para essas decisões reais, as autoras evidenciaram que, diante de algumas condições, quanto maior o endividamento, as empresas irão trocar tributos por maiores ganhos contábeis quando da decisão nos relatórios e na escolha dos métodos contábeis.

¹¹ “(1) the informational role of income tax expense reported for financial accounting; (2) corporate tax avoidance, (3) corporate decision-making including investment, capital structure, and organizational form, and (4) taxes and asset pricing.”

No entanto, essas não são decisões reais; decisões reais são aquelas que afetam operação e estrutura. O ponto principal evidenciado nesta área de pesquisa tributária é que o *tradeoff* entre tributos e *book-tax* pode afetar decisões reais, como investimentos e estrutura de capital, que, por consequência, afeta a atividade econômica e possui implicações na estrutura e eficácia de políticas tributárias. Estudos recentes incluem os efeitos específicos dos tributos sobre o lucro na contabilidade – taxa tributária efetiva e tributos diferidos – como algo a ser considerado em um *tradeoff*. As implicações na contabilidade para os tributos sobre o lucro têm sido exploradas recentemente na literatura, mas já ficaram evidenciados nestes estudos que os efeitos dos gastos com tributos sobre o lucro são importantes para eficácia das políticas tributárias;

- d) tributos e precificação de ativos: estes estudos já vêm sendo conduzidos há trinta anos. No entanto, ainda não há clareza sobre uma série de questões fundamentais de pesquisa. Parte do problema pode ser atribuída a inconsistentes pressupostos teóricos sobre o papel da tributação dos investidores em mercados de valores mobiliários.

Hanlon e Heitzman (2010, p. 137) consideram elisão tributária, de forma ampla, como a redução dos tributos explícitos.¹² Esta definição não faz distinção entre atividades reais, que são tributos favorecidos, e atividades de prevenção desenvolvidas especificamente para reduzir os impostos e benefícios fiscais direcionados a partir de atividades de *lobby*.

Segundo as autoras, a elisão tributária não reflete por si só um problema de agência; a separação de propriedade e controle pode conduzir as decisões tributárias que refletem interesses privados dos gestores. Além disso, o desafio dos gestores e membros da diretoria é encontrar uma combinação de mecanismos de controle e incentivos que minimizem esses custos de agência (HANLON; HEITZMAN, 2010).

Para Slemrod (2004), Chen e Chu (2005) e Crocker e Slemrod (2005), a fundamentação teórica é essencial para entender a elisão tributária como elemento da agência. No entanto, a maior parte dessa literatura assume que empresas tomam decisões tributárias sem considerar custos de agência. A separação de propriedade e controle implica que, se elisão tributária é uma atividade que vale a pena, então os proprietários elaborariam uma estrutura de incentivos para assegurar que os gestores tomassem decisões tributárias eficientes (HANLON; HEITZMAN, 2010).

¹² “We define tax avoidance broadly as the reduction of explicit taxes.”

Nota-se, ao longo desta primeira parte, que esta pesquisa está classificada por: i) Pohlmann e Iudícibus (2006), como pesquisa de impacto dos tributos nas decisões dos contribuintes; ii) Shevlin (1999), como pesquisa em planejamento tributário; e iii) Hanlon e Heitzman (2010), como pesquisa em elisão tributária (*tax avoidance*).

Os estudos a serem apresentados, de agora em diante, estarão relacionados, especificamente, às práticas tributárias, bem como às escolhas contábeis com efeitos nos tributos, objetivando embasar a pesquisa.

Segundo Pohlmann e Iudícibus (2006, p. 151), *tax shelter* é uma medida de planejamento tributário. São exemplos: a utilização de depreciação acelerada; utilização de *off-shores*; o pagamento de juros sobre capital próprio; a realização de fusões e incorporações com o intuito de reduzir a carga tributária.

Nessa linha de práticas de planejamento tributário, Chaves (2010) resumiu tais práticas, sem a pretensão de esgotá-las em: i) reconhecimento das perdas de créditos não liquidados; ii) Juros sobre Capital Próprio; iii) depreciação acelerada; iv) depreciação acelerada incentivada; v) reorganização societária; e vi) Incentivos Fiscais.

Dicicco (2002), por sua vez, fez uma crítica à forma como as empresas realizam o planejamento tributário. O autor apresentou um estudo abordando o impacto da proliferação dos *tax shelters* altamente sofisticados no declínio do imposto de renda das empresas em relação ao PIB e à arrecadação total. O autor fez uma crítica aos *shelters* utilizados nos Estados Unidos da América (EUA), apontando que as práticas tributárias transpassam de um sólido planejamento tributário para a desordem. O autor dividiu o trabalho em quatro partes: i) estado atual da tributação das empresas expondo uma breve revisão da posição do Imposto de Renda (IR) na economia atual; ii) visão geral das técnicas mais usadas de *tax shelters*, principalmente pelas maiores empresas norte-americanas; iii) soluções para os problemas apontados; e iv) soluções adicionais que acredita serem mais eficazes.

Ainda segundo Dicicco (2002), um dos motivos para diminuição da arrecadação do Imposto de Renda nos EUA são os *tax shelters* e os, cada vez mais agressivos, métodos utilizados pelas empresas para evadirem impostos. Estimam-se perdas de US\$ 10 bilhões por ano devido

ao abuso de *tax shelters*. Segundo o autor, dado o enfraquecimento dos *Internal Revenue Services* (IRS) decorrente da legislação, presume-se que as organizações irão se tornar mais agressivas nas suas táticas elisivas, sem interferência do fisco. Logo abaixo, seguem os aspectos dos *tax shelters* corporativos elaborados pelo Tesouro norte-americano em 1999, apresentados por Dickey (2002):

- a) ausência de fundamentação econômica;
- b) tratamentos não consistentes entre a contabilidade financeira e a tributária;
- c) utilização de terceiras partes no negócio, normalmente entidades estrangeiras sem obrigações tributárias nos EUA;
- d) atividades de marketing por parte dos consultores tributários, de forma que a mesma configuração de planejamento tributário é oferecida e praticada por outras empresas;
- e) confidencialidade, sendo que a corporação em que o planejamento tributário é realizado compromete-se a não divulgar para outras organizações os detalhes da operação;
- f) honorários contingenciais e cláusulas de rescisão; e
- g) custos altos de transação para utilizar o *tax shelter*.

No Brasil não foi encontrada nenhuma pesquisa que mensurasse as perdas de arrecadação em função de planejamento tributário, assim como realizado por Dickey (2002). E também não foi encontrado nenhum documento emitido pelos órgãos fiscalizadores que apontassem as características do planejamento tributário no Brasil, assim como fez o Tesouro norte-americano.

Tendo como preocupação observar se as empresas estão se utilizando de práticas tributárias, Soares (2008) realizou pesquisas com 250 empresas paranaenses (amostra), com participação de 87 empresas (34,8% da amostra). Os resultados constatarem que: i) 81,40% das empresas pesquisadas adotaram práticas de planejamento tributário; ii) o lucro real era opção predominante das empresas pesquisadas; iii) as empresas, embora adotassem práticas de planejamento tributário, não possuíam departamento específico para tal; iv) havia participação de consultoria tributária predominante nas práticas de planejamento tributário; e v) o contador, normalmente, era o responsável pela gestão tributária. A pesquisa não realizou análise estatística para observar se havia correlação entre planejamento tributário e carga tributária.

Piqueras (2010), por sua vez, realizou pesquisa sobre a relação das diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável (*book-tax differences* - BTB) e gerenciamento de resultados no Brasil. A pesquisa objetivou verificar se as diferenças existentes entre os lucros contábil e tributável (BTB) conseguem captar o oportunismo por parte dos gestores (escolhas contábeis, sob enfoque do gerenciamento de resultado) existente nas empresas brasileiras de capital aberto, quando isolada a parcela gerada normalmente pela diferença entre as normas, no período de 1997 a 2007. Os resultados da pesquisa evidenciaram que o gerenciamento de resultados realizado no período estudado, para fins de divulgação, não está relacionado a comportamentos considerados anormais apurados pelos modelos BTB, tendo em vista que os valores encontrados na análise de correlação foram baixos.

Conforme Piqueras (2010, p. 57), sua pesquisa: i) objetivou apresentar a utilidade das BTB na identificação do oportunismo dos gestores na confecção das demonstrações contábeis das empresas brasileiras de capital aberto, e ii) contribuiu com a diminuição: “[...] da lacuna entre os estudos que avaliam as escolhas que alteram o lucro contábil (gerenciamento de resultados) e aqueles que possuem foco nas decisões que modificam o lucro tributável (planejamento tributário)”.

Observa-se que os estudos acima apresentaram as pesquisas realizadas em matéria tributária que: i) realizaram uma classificação das pesquisas tributárias; ii) apresentaram o que pode ser considerado uma prática tributária; e iii) demonstraram se as empresas estão fazendo adoção de práticas tributárias. Na próxima seção será abordada a teoria que dá sustentação à afirmação de que as empresas escolhem uma prática ao invés de outra por diversos motivos, sendo que um deles pode ser o tributário.

2.2 Teoria das Escolhas Contábeis

Como já mencionado na introdução desta pesquisa, a Teoria Contratual da Firma consiste, segundo Lopes e Martins (2007, p. 32), na empresa “[...] vista como um conjunto de contratos entre os diversos participantes. Cada participante contribui com algo para a firma e em troca recebe sua parte do bolo”.

Nota-se que a relação entre empresa e governo é explicada pelo cumprimento de obrigações principais e acessórias e que o “contrato” seria a própria legislação tributária que determina as regras para estas obrigações. Em contrapartida, o governo contribui disponibilizando infraestrutura e estabilidade institucional.

Furubotn e Richter (1997, p. 121-122) assim caracterizam a origem das obrigações contratuais:

Obrigações contratuais podem ser deduzidas da segunda e terceira "leis fundamentais da natureza", enunciadas por David Hume. Essas leis referem-se à transferência da posse, por consentimento e ao cumprimento de promessas - ou, expresso de forma diferente, a liberdade contratual e a obrigação de promessas.¹³

Os autores (1997) também apresentam três tipos de teoria econômica contratual: i) *agency-contract theory*; ii) *self-enforcing agreements theory*; e iii) *relational-contract theory*.

Já Williamson (1985, p. 30) descreve o aspecto do contrato sob a ótica: i) do planejamento; ii) da promessa; iii) da competição; e iv) da governança (ou ordenamento privado). Esclarece que uma dessas descrições é mais aplicável dependendo dos pressupostos comportamentais que pertencem a uma troca e aos atributos econômicos dos objetivos ou serviços em questão.

Ainda segundo Williamson (1985), a economia dos custos de transação caracteriza a natureza humana conforme é conhecida por referência à racionalidade limitada e ao oportunismo. O primeiro reconhece os limites de competência cognitiva. O segundo o substitui pela simples busca do autointeresse.

Mas onde estaria inserida a Teoria das Escolhas Contábeis no contexto da Teoria Contratual da Firma?

A Teoria Positiva da Contabilidade, proposta por Watts e Zimmerman (1986), parte da premissa que a contabilidade é parte de um conjunto de contratos (formais ou informais) da firma e que as partes interessadas concordam de forma voluntária com um conjunto amplo de

¹³ “Contractual obligations can be deduced from second and third ‘fundamental laws of nature’ enunciated by David Hume. These laws relate to the transference of possession by consent and the fulfillment of promises - or, differently expressed, to freedom of contract and the obligation of promises.”

escolhas contábeis passíveis de serem aplicadas. Sendo assim, a contabilidade funciona como um mecanismo de redução de assimetria de informação.

Iudícibus e Lopes (2004) destacam que a Teoria Positiva da Contabilidade, apoiando-se em conceitos da teoria econômica, objetiva explicar e prever as escolhas de práticas contábeis (de reconhecimento, mensuração e evidenciação) com base na ideia de que os indivíduos agem em função de seus interesses pessoais, procurando maximizar seu bem-estar. Sendo assim, considerando os interesses individuais, existirão preferências por determinadas práticas contábeis.

Watts e Zimmerman (1986, p. 179) afirmam que pesquisadores da contabilidade desenvolveram teorias de práticas contábeis utilizando teorias econômicas que assumem contratos e custo informacional diferentes de zero. Os contratos e custos tendem a ser diferentes de zero pelo processo do contrato e pelo processo político que determina uma regulação do governo nas atividades das empresas. Desta forma, os procedimentos contábeis afetam esses custos em ambos os processos e, com isso, a empresa consegue controlar seu fluxo de caixa.

Pelo exposto, a teoria econômica da firma é utilizada pelos pesquisadores em contabilidade para explicar os efeitos dos fluxos de caixa causados por práticas contábeis. Conforme Watts (1992), a teoria das escolhas contábeis descritas em Watts e Zimmerman (1986, 1990) é parte geral da teoria da firma que pode ser rastreada desde a obra de Coase de 1937. Segundo Watts (1992), não é suficiente dizer que a contabilidade é parte das disposições contratuais e organizacionais da empresa para desenvolver uma teoria das escolhas contábeis. Também é preciso identificar o papel que a contabilidade desempenha nessas disposições contratuais e organizacionais e como os arranjos variam entre as empresas, pois por meio dessas disposições é que existem as escolhas contábeis.

Como mencionado, as Escolhas Contábeis variam de empresa para empresa. Watts (1992, p. 241) confirma essa afirmação, pois, segundo o autor, as escolhas dos procedimentos contábeis derivam de variáveis econômicas. Como as EC são similares dentro de uma mesma organização, os seus modelos predizem variações em cada tipo e explicam a razão pela qual ocorrem.

Portanto, a TEC estuda justamente o como e o porquê das escolhas das práticas contábeis pelos indivíduos responsáveis, já que o órgão regulador permite, no contrato (legislação tributária e normas de contabilidade), várias práticas contábeis para tratar de um mesmo evento econômico. É uma decisão que influencia o resultado do sistema contábil de forma particular, tanto que as escolhas podem variar de empresa para empresa. A variação advém do manuseio da contabilidade, mais exatamente, dos vazios nas normas, dos critérios escolhidos pelos gerentes e pelas diferentes práticas contábeis que podem ser tomadas.

Segundo Fields *et al.*(2001), pesquisas sobre Escolhas Contábeis vêm sendo desenvolvidas desde 1960, e estas pesquisas estiveram relacionadas com: i) comportamento oportunístico; ii) Governança Corporativa; iii) desempenho da firma; iv) assimetria de informação e regulação.

Holthausen e Leftwich (1983, p. 94) destacam que os estudos sobre as escolhas de práticas contábeis normalmente observam escolhas específicas isoladamente de outras escolhas realizadas pelas empresas. De forma geral, as escolhas de práticas contábeis voluntárias pesquisadas incluem: i) métodos de depreciação (depreciação aceleradas *versus* depreciação linear); ii) tratamento dos juros (ativo ou despesa); iii) avaliação de estoques (Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai - PEPS ou Último que Entra é o Primeiro que Sai - UEPS); iv) tratamento dos créditos fiscais diferidos (diferido ou não diferido); v) custos de exploração de óleo e gás (*full cost versus sucessfull efforts*); vi) obrigações atuariais não cobertas (prazo de amortização); vii) arrendamento mercantil (capitalização ou não capitalização); e viii) método de conversão das demonstrações contábeis (corrente ou temporal).

Ainda Holthausen e Leftwich (1983, p. 83) apontam que o órgão responsável pela tributação permite, em algumas situações, que as companhias utilizem determinados métodos contábeis para fins de elaboração das demonstrações financeiras independentemente dos métodos utilizados para fins fiscais. Sendo assim, os autores não discutem a relação de causa e efeitos entre as escolhas de práticas contábeis e as consequências para as partes interessadas.

Fields *et al.* (2001), após pesquisarem a evolução de pesquisas sobre Escolhas Contábeis, estabelecem uma definição, conforme segue:

Escolha Contábil é qualquer decisão cuja intenção primária é influenciar (seja na forma ou substância) o resultado do sistema contábil de um modo particular, incluindo não apenas

demonstrações financeiras publicadas de acordo com o GAAP, mas também retornos de impostos e questões regulatórias.¹⁴ (FIELDS *et al.*, 2001, p. 256, grifos nossos)

Francis (2001) faz uma crítica a essa definição trazida por Fields *et al.*, caracterizando-a como muito abrangente, pois, na visão da autora, “qualquer decisão”, no âmbito da empresa, pode ser estendida a todas as pessoas da empresa que tomam decisões e não apenas aos gestores que têm acesso ao sistema contábil:

Interpretada literalmente, a definição de FLV (Fields *et al.*) inclui decisões tomadas pelos gestores, auditores, membros do comitê de auditoria e até mesmo o grupos de configuração de padrões, principalmente se o foco estiver na orientação de implementação.¹⁵ (FRANCIS, 2001, p. 310).

Silva (2008, p. 39) também caracteriza a definição de Fields *et al.* (2001) como ampla para abranger: i) escolhas de métodos diferentes entre empresas e indústrias (PEPS e UEPS); ii) mudanças de práticas ou estimativas contábeis; iii) escolhas de níveis de evidenciação; iv) escolhas do momento de adoção de uma nova norma contábil (quando permitido pelo órgão regulador); e v) escolhas reais com o objetivo de afetar os números contábeis (reduzir gastos com pesquisa e desenvolvimento para aumentar os resultados, por exemplo).

Sendo assim, como pôde ser observado nas definições de Escolhas Contábeis, o gestor tomará sua decisão de forma particular, ou seja, pode usar da subjetividade, o que vai imprimir um caráter pessoal à decisão tomada. Por exemplo, o gestor poderá optar pelo método de avaliação de estoque (PEPS, UEPS, Média Ponderada), depreciação (acelerada *versus* linha direta), busca por créditos fiscais, valor histórico ou valor justo, dentre outros. Há casos em que o gestor toma uma decisão acima dos limites legais, o que gera um ato ilícito apenas para incentivar investimentos de acionista, por exemplo, fraudando o balanço e demonstrando um lucro fictício da empresa. São exemplos dessa situação, os escândalos contábeis de 2004 das empresas norte-americanas Enron e WorldCom. Com essa atitude, o gestor toma suas decisões baseando-se no que ele objetiva demonstrar para alguém, seja um lucro alto para o investidor ou um lucro baixo para o fisco, pagando assim um imposto menor do que o devido. Claro está que decisões tomadas de modo ilícito podem ocasionar problemas ao gestor e à empresa.

¹⁴ “An accounting choice is any decision whose primary purpose is to influence (either in form or substance) the output of the accounting system in a particular way, including not only financial statements published in accordance with GAAP, but also tax returns and regulatory filings.”

¹⁵ “Interpreted literally, FLV’s definition includes decisions made by managers, auditors, audit committee members and perhaps even standard setting groups, particularly if the focus is on implementation guidance.”

Nessa vertente, Sweeney (1994) estudou escolhas contábeis ligadas a mudanças contábeis; custos de inadimplência; e contabilidade baseada em *covenants* (contratos baseados em números contábeis) violados por 130 empresas em seus relatórios anuais no período de 1980 a 1989. O estudo revelou que: i) o padrão de abordagem dos gestores responde pelas escolhas contábeis para o aumento de resultado. Isso impôs padrões de custos para os credores e expôs a flexibilidade contábil aos gestores, uma vez que tanto estes quanto aqueles são importantes determinantes de respostas para os gerentes de contabilidade; e ii) os acordos de empréstimos privados são os primeiros a ser violados, já as restrições mais frequentemente violadas são o patrimônio líquido e as restrições de capital de giro.

Fatores externos também podem contribuir para a escolha contábil, tais como os regulamentos criados pelos órgãos reguladores como o FASB e o *International Accounting Standard Board* (IASB), pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), agências reguladoras, legislação tributária, legislação societária etc.

Fields *et al.* (2001) analisaram a Teoria das Escolhas Contábeis e publicaram uma amostra de pesquisas realizadas na década de 90. A partir da análise de artigos de três periódicos: *Journal of Accounting and Economics*, *Accounting Review* e *Journal of Accounting Research*, desvelaram três imperfeições no mercado que afetam as escolhas contábeis, pois sem as imperfeições não seria necessária a contabilidade e muito menos existiriam escolhas contábeis, já que o mercado seria perfeito o suficiente para não haver dúvidas. As imperfeições no mercado, citadas por Fields *et al.* (2001) são:

- a) custos de agência: que são decisões relacionadas a questões contratuais (*covenants*) como, remuneração de executivos, remuneração dos acionistas. São custos que decorrem de conflitos entre duas partes, que têm interesses próprios. Um exemplo desse custo é o conflito de interesses entre acionistas e gestores, enquanto o primeiro quer o aumento do valor da ação e dividendos, o outro quer maximizar seu poder através do aumento da riqueza da empresa.
- b) assimetria de informação: que observa se há retorno dos preços das ações em relação ao número contábil, se o valor da empresa ou o custo de capital é alterado conforme mudança contábil; e também verifica a eficiência contábil. A assimetria ocorre porque

na transação entre dois agentes (gestores e investidores) há diferentes quantidades de informações sobre a transação, geralmente: os gestores possuem mais informações relevantes do que o investidor e cada agente tem uma visão diferente; o acionista quer saber o retorno das ações; os empregadores querem conhecer a produtividade dos empregados; e os empregados querem receber o salário e ter promoções, ou seja, sempre haverá distinção das informações entre compradores e vendedores em um mercado imperfeito. Um banqueiro não sabe se a pessoa para quem está concedendo crédito irá honrar os compromissos com absoluta certeza, por causa da assimetria de informação e, quando não encontra solução para mensurar com a maior quantidade de informações possíveis, a transação não é efetuada; e

- c) externalidades: que afetam a terceiros e itens não contratuais. A seguir esse tópico será tratado de forma mais abrangente, pois é a *proxy* que mais se aproxima das questões tributárias.

As externalidades são impactos gerados àqueles que não participam das decisões diretamente, ou seja, terceiros que são impactados de forma positiva ou negativa dependendo das ações tomadas por uma empresa ou mesmo pelo governo. O governo aumentando, por um lado, os impostos sobre um determinado produto poderá causar um aumento de custo e este será repassado aos consumidores finais, por meio do aumento de preços. A empresa, por outro lado, escolhendo alternativas tributárias, previstas na lei, e ajustando os preços para mais ou para menos, estará impactando na arrecadação de tributos.

O Estado normalmente interfere na relação com as empresas, criando formas que incentivem as externalidades positivas e outras negativas, por meio de multas, sanções, subsídios, renúncia fiscal etc.

Parece evidente que há uma ligação mais forte das Escolhas Contábeis com práticas tributárias na *proxy* da externalidade, visto que o Governo sempre será considerado uma terceira parte.

Entretanto, transferindo as três proposições de Fields *et al.* (2001) sob a ótica tributária, pode-se inferir a seguinte analogia:

- a) o custo de agência seria explicado pela relação entre empresa e governo, em que existiriam custos envolvidos na relação contribuinte e órgão arrecadador: o primeiro despenderia recursos com o cumprimento de normas legais (*compliance*), além de inúmeras obrigações acessórias e pessoais, e o segundo investiria em tecnologia e pessoas para acompanhar as práticas do contribuinte;
- b) a assimetria de informação estaria relacionada à intenção do contribuinte em manter informações sigilosas para recolhimento de menos tributos como, por exemplo, o uso da reorganização societária para fins tributários e não para fins gerenciais (a ser exposto ao órgão fiscalizador). Já o órgão fiscalizador, interessado na arrecadação, investiria na busca de mais informações dos contribuintes de forma indireta, como obrigações acessórias de bancos e operadoras de cartão de crédito, da Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran), de imobiliárias, ou por meio de obrigações acessórias de todas as empresas como: emissão de notas fiscais eletrônicas, arquivos digitais contábeis, fiscais, de estoque etc.; e
- c) externalidade continuaria a ser a relação com terceiras partes, mas considerando que as partes principais seriam empresa e governo (relação contratual), a terceira parte seriam os investidores e outras partes.

Observou-se ao longo desta seção que os procedimentos contábeis são escolhidos pelas empresas no cumprimento do contrato, firmado com o governo, objetivando controlar seu fluxo de caixa. Fato que evidencia que a TEC está inserida na Teoria Contratual da Firma. Essa escolha, além de estar relacionada ao autointeresse, tendo em vista os seus concorrentes (otimizar o contrato), é afetada por três imperfeições de mercado: i) custo de agência; ii) assimetria de informação; e iii) externalidades.

Na próxima seção será abordada a relação entre a TEC e o Gerenciamento de Resultados, destacando o vínculo que existe entre ambos e quais as implicações para este estudo.

2.2.1 Teoria das Escolhas Contábeis e gerenciamento de resultados

Gerenciamento de Resultados (*earnings management*) (GR) é caracterizado por Schipper (1989, p. 91), como: “[...] uma intervenção propositada no processo de elaboração dos relatórios financeiros, com a intenção de se obter algum ganho específico”¹⁶.

À luz da definição de Gerenciamento de Resultados, as EC antecedem o Gerenciamento de Resultado, pois a escolha contábil efetivada pelo gestor impacta nesse Gerenciamento. Por exemplo, se a escolha contábil foi realizada em desacordo com as normas legais, o gerenciamento de resultado, posteriormente, será baseado em informações ilegais. Sendo assim, pode-se dizer que o GR é parte integrante da TEC.

Como observado, as práticas contábeis irão influenciar o Gerenciamento de Resultados, então esse gerenciamento poderá ser feito por meio de mudanças do método contábil, como exemplo, o método de depreciação que será usado na empresa; o regime que será utilizado para reconhecimento das receitas e despesas; o método que será utilizado para avaliação de estoques etc.

Outro fator determinante para o gerenciamento de resultados é o ambiente regulatório, que poderá mudar a forma de gerenciamento, caso a empresa esteja em um setor regulado.

Com base no estudo realizado por Martinez (2001), observa-se que existem vários motivos que influenciam os gestores para realização do gerenciamento de resultados, alguns deles são: i) evidenciar um bom patrimônio da empresa e um bom resultado econômico para facilitar a obtenção de empréstimo; ii) demonstrar uma saúde financeira sustentável aos credores (fornecedores ou bancos); iii) preservar o cargo e mostrar uma boa imagem da empresa através das divulgações externas; e iv) influenciar a percepção do mercado e aumentar os valores das ações etc.

Nota-se, portanto, que, muitas vezes, a empresa aberta pode estar mais preocupada com questões de divulgação para captação de capital, do que propriamente de gestão de tributos do

¹⁶ “[...] a purposeful intervention in the external financial reporting process, with the intent of obtain some private gain.”

IRPJ e da CSLL, pois algumas escolhas para estes tributos podem apresentar um desempenho menor do que a expectativa do mercado como, por exemplo, o uso de um método de preço de transferência que poderá reduzir o lucro de forma mais significativa em relação à escolha de outro método.

2.2.2 Estudos sobre Escolhas Contábeis e reflexos tributários

Hagerman e Zmijewski (1979) realizaram uma pesquisa objetivando determinar se motivações econômicas são determinantes na escolha de alternativas contábeis. Baseados na teoria desenvolvida por Watts e Zimmerman em 1978, os autores utilizaram quatro práticas que influenciam os resultados: i) utilização do PEPS ou UEPS; ii) método de depreciação; iii) crédito tributário sobre investimentos; e iv) amortização dos planos de pensão. Foram utilizadas, aleatoriamente, trezentas empresas que evidenciaram os métodos escolhidos em relação às quatro práticas elencadas. Utilizando a regressão *Ordinary Least Squares* (OLS) e a análise de *probit*, os autores concluem que o tamanho da empresa, concentração tributária, risco e intensidade de capital podem estar positivamente relacionados a escolhas contábeis. Nota-se que os autores não objetivaram observar se as empresas utilizavam determinadas práticas para redução de tributos, no entanto evidenciaram que existem motivações econômicas (incluindo gastos tributários) para realização das escolhas contábeis.

Dhaliwal e Wang (1992) realizaram pesquisa que objetivou observar os efeitos dos ajustes das provisões para a alternativa de pagamento mínimo de tributos (*Alternative Minimum Tax - AMT*). Segundo os autores, o AMT foi uma das maiores mudanças na Reforma Tributária de 1986 nos Estados Unidos da América (EUA). Segundo a mudança na norma tributária, as empresas, na determinação do pagamento mínimo de tributos, teriam que incluir na base mínima para pagamento do tributo o lucro contábil ajustado, que era definido como a metade da diferença entre lucro ajustado antes do imposto e a base mínima para pagamento. Nesse sentido, o uso do lucro contábil para determinar a base de cálculo do imposto fornecia um incentivo para as empresas manipularem seus demonstrativos financeiros objetivando reduzir a carga do AMT.

O modelo utilizado por Dhaliwal e Wang (1992) buscou identificar empresas que estavam mais suscetíveis às alterações na contabilidade. Foram analisadas as mudanças nas práticas contábeis para empresas abrangidas pelo AMT. Os resultados indicaram que as empresas, que

estavam propensas a ser afetadas pelos ajustes no resultado contábil, fizeram escolhas contábeis ao longo dos anos para reduzir o impacto do AMT.

Boynton *et al.* (1992) realizaram pesquisa semelhante à de Dhaliwal e Wang (1992), mas obtiveram resultados que evidenciam a utilização das escolhas contábeis para redução de tributos. Segundo os resultados apresentados pelos autores, as empresas utilizaram *accruals* discricionários redutores de resultado não usuais para redução do lucro de 1987 que estaria sujeito ao AMT. Isso ficou evidente em pequenas empresas que não estão aptas para reduzir seus AMT por meio de perdas operacionais líquidas e créditos de tributos estrangeiros. Entretanto, os resultados não indicaram manipulação nos ganhos de 1986 na antecipação do AMT de 1987.

Já em pesquisa realizada por Jacob (1996), foi evidenciada uma relação dos níveis de pagamento de tributos e o lucro em diferentes áreas geográficas. Segundo o autor, as companhias com grandes volumes de vendas para empresas e grandes diferenças de níveis de tributação entre regiões possuem as melhores oportunidades e incentivos para manipulação (escolhas contábeis), tendo em vista que as empresas utilizam os preços de bens distribuídos globalmente para reduzir os impostos totais. Os resultados mostraram que o crescimento das motivações tributárias através dos preços de transferência era comum antes e depois da Lei da Reforma Fiscal de 1986. O montante da transferência de renda parece estar associado ao volume de transferência global intrafirma de bens e serviços e às diferenças regionais nas taxas de impostos.

Sweeney (1994, p. 306), como já comentado, estudou escolhas contábeis ligadas a mudanças contábeis, custos de inadimplência, e contabilidade baseada em *covenants*. Em um dos achados no trabalho da autora, ficam evidentes as motivações dos gestores para redução de tributos. Segundo a autora, “Em geral, a evidência do caso indica que as decisões dos gerentes são influenciadas por considerações de fluxo de caixa”.¹⁷ Ainda segundo evidências do estudo, como já relevado, as escolhas dos gestores de contabilidade dependem: i) se há imposição do custo padrão pelos credores; ii) se os administradores têm flexibilidade na

¹⁷ “Overall the case evidence indicates that managers’ decisions are influenced by cash-flow considerations.”

contabilidade; e iii) se os custos tributários significativos estão associados às mudanças contábeis disponíveis.¹⁸

Frankel e Trezevant (1994, p. 383) partiram da premissa: empresas que utilizam o UEPS reduzem sua carga tributária comprando estoques adicionais no final do ano em comparação com empresas que adotam o PEPS; e, assim, o estudo encontrou evidências empíricas, do tipo: empresas que possuem uma alta carga de tributos que utilizam o UEPS estão mais propensas a adquirir estoques adicionais no final do ano do que empresas com baixa carga tributária que utilizam o PEPS. Segundo a expressão dos próprios autores: “[...] os resultados revelam que tributos têm um efeito considerável na política de aquisição de empresas que utilizam o UEPS”.¹⁹

Essa pesquisa não poderia ser aplicada no Brasil, pois a legislação do imposto de renda não prevê a utilização do UEPS para efeito de avaliação de estoques.

Já Hunt *et al.* (1996) objetivaram responder o seguinte problema de pesquisa: gestores ajustam, por meio do UEPS, estoques, outros *accruals* correntes e depreciação para chegar aos objetivos de suavizar ganhos, reduzir tributos e reduzir outras dívidas correntes relacionadas a custos no exercício corrente e nos períodos imediatamente subsequentes? Segundo o estudo, os resultados relacionados aos estoques e *accruals* correntes são consistentes, mas na depreciação não. As evidências também indicaram que gestores ajustavam *accruals* correntes para diminuir tributos nos dois períodos, e esses gestores tratavam ajustes de estoque e outros *accruals* correntes como substitutos. Conforme a pesquisa, os resultados contrastavam com outros estudos:

Em contraste com as conclusões de Frankel e Trezevant (1994) and Dhaliwal *et al.* (1994), nós encontramos pequenas evidências de que estoques, em média, são geridos para menores tributos. Comparações entre nosso desenho de pesquisa e outra adotada por Dhaliwal *et al.* (1994) sugerem que a diferença de evidência é atribuída pelo nosso uso de uma variável tributária menos grosseira e uma abordagem de equações simultâneas.²⁰ (HUNT *et al.*, 1996, p. 368)

¹⁸ “Finally, this paper provides evidence that managers’ accounting responses depend on whether default costs are imposed by creditors, whether managers have accounting flexibility, and whether significant tax costs are associated with the available accounting changes.”

¹⁹ “These results reveal that taxes have a considerable effect on the purchasing policies of LIFO firms.”

²⁰ “In contrast to Frankel and Trezevant’s (1994) and Dhaliwal *et al.*’s (1994) findings, we find little evidence that inventories, on average, are managed to lower taxes. Comparisons between our research design and the one adopted by Dhaliwal *et al.* (1994) suggest that the differing evidence is attributable to our use of a less coarse tax variable and a simultaneous equations approach.”

Fica claro, pois, que o estudo realizado por Hunt *et al.* (1996) preocupou-se em evidenciar um conjunto de práticas que impactam os tributos, assim como a presente pesquisa, diferentemente dos estudos citados que focaram apenas uma prática tributária.

Guenther *et al.* (1997) investigaram a conformidade do livro fiscal das empresas de capital aberto que utilizavam o regime de caixa e que mudaram, para efeitos fiscais, para o regime de competência. Segundo o estudo, após a mudança, os critérios utilizados para o reconhecimento das receitas, para fins fiscais e demonstrações contábeis, tornaram-se mais parecidos, aumentando o *trade-off* entre evidenciação contábil e objetivos tributários. Os resultados sugerem que o uso do regime de competência para efeitos fiscais leva as empresas a adiar a renda para fins das demonstrações financeiras.

Nota-se a influência da escolha do regime de reconhecimento de receitas na tributação da empresa e a preocupação dos autores em evidenciar a aproximação da contabilidade tributária com a contabilidade societária. No entanto, no caso brasileiro e da presente pesquisa, como somente serão pesquisadas empresas optantes pelo lucro real, não há de se falar em regime de caixa, uma vez que este não é permitido no lucro real, exceto para fins de diferimento.

Bauman *et al.* (2000) observaram como as 500 empresas divulgadas na Revista Fortune realizaram gerenciamento de resultado via provisão de tributos sobre ativos. Os autores ampliaram a investigação em três maneiras: i) documentaram o efeito da remuneração de uma mudança de provisão para perdas, que muitas vezes não pode ser determinado a partir de divulgações das demonstrações financeiras; e, com base na análise do imposto de renda constante nas notas explicativas das empresas da amostra, ofereceram sugestões para melhorar a política de divulgação; ii) argumentaram que o valor do tributo efetivo apresentado é a melhor medida de apresentação do efeito na demonstração do resultado e em determinados documentos onde há diferenças significativas entre as medidas; e iii) esclareceram que a pesquisa prévia empregou modelos de regressão transversal em um esforço para fazer generalizações sobre o comportamento dos ganhos de gestão.

Em contraste, ainda na pesquisa de Bauman *et al.* (2000), usaram uma abordagem contextual para avaliar se as mudanças apresentavam uma avaliação consistente com as motivações diferentes para a manipulação de resultados. As análises contextuais foram baseadas na identificação de empresas em posição de exercer várias formas de gerenciamento de

resultados e examinar o efeito de remuneração de variações na valorização dos subsídios realizados pelos gestores da empresa. Testes transversais encontraram virtualmente qualquer prova em apoio da gestão de lucros. Em contraparte foram identificados casos específicos em que a gestão de lucros pode existir. Este ponto reforça a deficiência da evidenciação do imposto de renda e a necessidade de maior divulgação (*disclosure*) nesta área.

Essa maior divulgação destacada por Bauman *et al.* (2000), já pode ser observada a partir do CPC 32, pelo qual as empresas devem evidenciar, de forma analítica, a apuração do IRPJ e da CSLL e as alíquotas efetivas destes tributos.

Mills e Newberry (2005, p. 269), ao embasarem sua pesquisa em escolhas contábeis e retorno tributário, afirmaram que:

A Teoria da Contabilidade Financeira prediz e pesquisas empíricas proveem evidências de que empresas com restrições de financiamento, particularmente na sua proximidade com as dívidas contratuais, podem afetar suas escolhas contábeis (eg., Watts and Zimmerman [1986, 1990], Sweeney [1994], Begley and Feltham [1999]).²¹

Os resultados encontrados por Mills e Newberry (2005) demonstraram que: as divulgações realizadas pelas empresas da amostra apresentam grandes gastos com juros para tributos, mais do que para fins financeiros; e as maiores mudanças nos livros contábeis ocorrem quando as empresas estão mais próximas de violar os níveis da dívida contratada, ou seja, há escolha contábil, com impacto tributário, para obtenção de créditos.

Adhikari *et al.* (2005) investigaram a relação entre gerenciamento de resultados e ETR em um contexto não-ocidental. Examinaram o uso de escolhas contábeis por empresas da Malásia, em resposta a uma mudança antecipada na política fiscal. A investigação demonstrou que as grandes empresas da Malásia, com baixa tributação do imposto de renda, diminuíram o resultado para um menor pagamento de tributos, a fim de influenciar a política fiscal. Segundo os autores, o estudo apresentou resultados empíricos consistentes se comparados às evidências antes analisadas nos EUA, ou seja, as empresas usam escolhas contábeis para realizar objetivos econômicos. Segundo os autores: “A prova da Malásia sugere que o

²¹ “Financial accounting theory predicts and empirical research provides evidence that firms’ financing constraints, particularly their closeness to debt covenants, can affect their accounting choices (e.g., Watts and Zimmerman [1986, 1990], Sweeney [1994], Begley and Feltham [1999]).”

resultado de uma associação positiva entre a ETR e gerenciamento de resultados pode ser generalizado extra contexto dos EUA”.²² (ADHIKARI *et al.*, 2005, p. 159).

Apresentados os estudos sobre Escolhas Contábeis e reflexos tributários, torna-se importante apresentar qual a métrica para mensurar o impacto dessas escolhas nos tributos. Sendo assim, na próxima seção será a apresentada a ETR.

2.3 *Effective Tax Rate (ETR)*

No texto apresentado por Scholes e Wolfson (1992), a mensuração da Taxa Tributária Efetiva é definida (corrente ou total) como a taxa de despesa de impostos sobre a renda antes dos impostos da contabilidade financeira; em que a despesa do imposto de renda (atual ou total) é uma estimativa da carga tributária real da empresa, levando em consideração as diferenças permanentes e temporárias entre o lucro contábil financeiro e lucro tributável.

Hanlon e Heitzman (2010) expõem os diversos modos de cálculo da ETR, apontando que estes são calculados dividindo-se alguma estimativa de imposto por uma medida de antes de impostos sobre os lucros ou sobre os fluxos de caixa. Estas medidas capturam a taxa média de imposto para cada unidade monetária de lucro ou de fluxo de caixa. Entender o que o numerador captura é essencial, segundo as autoras.

Após evidenciarem as formas de mensuração constante na literatura, Hanlon e Heitzman (2010) destacam que nem todas as mensurações são apropriadas para todas as questões de pesquisa e que, em razão de a contabilidade societária, regulada pelo FASB, ser diferente do exigido pela legislação tributária, é muito difícil coletar dados nos demonstrativos contábeis para mensurar a elisão tributária. Essa dificuldade é encontrada da mesma forma no Brasil.

Na legislação tributária brasileira, existem situações em que os tributos sobre o lucro possuem influência de valores extras contábeis, ou seja, aqueles valores que são mantidos apenas no LALUR ou não são escriturados em contas de resultado, apenas em contas patrimoniais. Esse é o caso da depreciação acelerada incentivada, compensação de prejuízos fiscais, exclusões e adições por diferenças temporárias, incentivos fiscais e assim por diante.

²² “The Malaysian evidence suggests that the results of a positive association between ETR and earnings management can be generalized outside the US context.”

A primeira sugestão de mensuração da elisão tributária é por meio da ETR. No entanto, Hanlon e Heitzman (2010) apresentam a ETR sob diversos enfoques, ou seja, ETR considerando o lucro, ETR considerando o fluxo de caixa, *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP) ETR etc. O estudo ressalva que, dependendo da questão de pesquisa, uma importância maior deve ser atribuída ao denominador do ETR. A tabela elaborada pelas autoras, constante no Anexo A desta tese, pode ser utilizada para uma melhor visualização das formas de mensuração da elisão tributária.

Na tabela do Anexo A, as autoras se preocuparam não apenas em evidenciar a forma de cálculo da ETR, mas também em demonstrar se a mensuração: i) impacta ganhos contábeis (preocupando-se com a questão de agência, abordada anteriormente); ii) reflete estratégias de diferimento; iii) não possui aderência à elisão; iv) possui aderência à elisão; e v) é computável pela jurisdição.

A presente pesquisa, partindo da questão de pesquisa e objetivo propostos, irá utilizar a segunda mensuração destacada pela tabela do Anexo A: *Current ETR*, pois calcula a relação do IRPJ e da CSLL correntes com o LAIR. Nota-se, pelas notas de rodapé dessa tabela, que essa mensuração pode impactar ganhos contábeis, se o item não possuir diferença temporária. O objetivo, contudo, não está situado na análise dos ganhos contábeis, mas na utilização de práticas tributárias e seus efeitos na ETR.

Essa medida também pode ser encontrada nas pesquisas realizadas por Schmidt (2006), Dhaliwal *et al.* (2004), Dyreng *et al.* (2008), Gupta e Newberry (1997), Rego (2003), Wilson (2009), nas quais os autores a utilizam para detectar se há práticas tributárias nas companhias, uma vez que a utilização de práticas tributárias bem estruturadas resulta em uma redução das taxas efetivas de tributos.

Janssen (2000) realizou pesquisa específica sobre a ETR, buscando evidenciar sua mensuração, alternativas e a validade dessa métrica. Destacou que, geralmente, uma estimativa específica tem falhas. Sendo assim, a pesquisa buscou evidenciar se essas falhas são significativas e se a ETR é uma medida válida.

Janssen (2000) afirma que existem pesquisas sobre os impostos explícitos que se concentram ao longo de três questões de pesquisa:

- a) como definir a ETR? Qual ETR usar? Essa linha de pesquisa indica que as medidas alternativas de ETR podem causar mudanças notáveis nas estimativas de ETRs, mas também ainda não fornecem uma resposta conclusiva a respeito de qual medida de ETR usar. Outras linhas de pesquisa, muitas vezes definem uma medida de ETR como: a despesa de imposto (seja incluindo ou excluindo impostos diferidos) dividido pelo lucro da contabilidade financeira antes de medida fiscal. Onde a definição da exata medida de ETR (GAAP ETR, ETR fluxo de caixa, etc.), dependente da questão de pesquisa, bem como a fonte de informações utilizadas para fornecer estimativas de imposto de renda e lucro;
- b) qual é o efeito (cumulativo) de escolhas tributárias sobre o montante de impostos pagos pelas empresas? O montante de impostos pagos pelas empresas é a *proxy* para a mensuração da ETR e a comparação desta com a taxa de imposto. Esta questão de pesquisa tem sido muitas vezes combinada com outras linhas de pesquisa, observando quais os fatores (como características da empresa) estão associados às diferenças transversais das ETRs. Os resultados de pesquisas confirmam que pode haver grandes diferenças entre as taxas de impostos e as taxas efetivas de impostos. Em geral, a ETR tende a ser abaixo da taxa de imposto.

Janssen (2000) ainda expõe as razões pelas quais os pesquisadores gostariam de conhecer o nível de ETR, segundo Callihan (1994) e Shevlin (1999), fazendo uma classificação em três grupos principais:

- a) para medir o impacto dos impostos sobre os incentivos para o investimento;
- b) como indicador de carga tributária das empresas; e
- c) como medida das preferências tributárias corporativas.

Claro está que esta pesquisa concentra-se na segunda e terceira razão, dado o propósito previamente explicitado.

Rego (2003) realizou uma pesquisa com 19.737 empresas, no período de 1990 a 1997, e objetivou observar se as empresas multinacionais que praticavam elisão fiscal com mais

intensidade obtinham ETR menor do que as companhias que atuavam apenas nos EUA. Os resultados evidenciaram que: i) as empresas maiores possuem ETRs maiores; e ii) as empresas com grandes lucros, antes do imposto de renda, possuem ETRs menores. A relação negativa entre ETR e LAIR é consistente entre empresas com grandes LAIR e que possuem mais incentivos e recursos para investir em planejamento tributário.

Na seção a seguir serão apresentadas as regras do IRPJ e da CSLL de acordo com a legislação tributária brasileira vigente.

2.4 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Tendo em vista que a presente pesquisa consiste em observar a influência das práticas tributárias no IRPJ e na CSLL, por meio do cálculo da ETR, torna-se relevante a apresentação das regras destes tributos. As regras que serão apresentadas são exclusivamente para empresas que fazem a opção de recolhimento do IRPJ e da CSLL pelo regime do Lucro Real ao invés do Lucro Presumido, uma vez que, no Lucro Presumido, essas práticas não possuem efeito.

No regime de apuração do Lucro Real, o IRPJ e a CSLL são apurados sobre o lucro contábil, apurado pela contabilidade societária, ajustado de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda (RIR), estabelecido pelo Decreto n. 3.000 de 1999. O lucro contábil é ajustado no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR). Este ajuste consiste na adição de despesas não dedutíveis, na exclusão de receitas não tributáveis e possíveis compensações. Portanto, após a apuração do lucro contábil, segundo a legislação societária, são feitos os ajustes no LALUR, para se encontrar o lucro fiscal, sobre este serão aplicadas as alíquotas de IRPJ e CSLL, de 15% e 9%, respectivamente, além da alíquota de 10% referente ao adicional de IRPJ sobre a base de cálculo do IRPJ que exceder R\$ 240.000 no ano.

- Adições

Ao longo do Decreto n. 3.000 de 1999, observam-se regras para adições que serão tratadas a seguir:

- a) pagamentos efetuados a sociedade civil de prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada, quando a beneficiária for

controlada, direta ou indiretamente, por pessoas físicas que sejam diretores, gerentes ou controladores da pessoa jurídica que pagar ou creditar os rendimentos, bem como pelo cônjuge ou parente de primeiro grau (pai/mãe, filho/a, sogro/a, genro ou nora, das referidas pessoas);

- b) depreciação de bem que tenha sido objeto de depreciação acelerada a título de incentivo fiscal, contabilizada a partir do momento em que a soma da depreciação acumulada normal, registrada na escrituração comercial, com a depreciação acumulada incentivada, registrada no LALUR, atingir 100% do custo de aquisição do bem;
- c) perdas incorridas em operações financeiras iniciadas e encerradas no mesmo dia (*day trade*), realizadas em mercado de renda fixa ou variável, exceto as apuradas por instituição financeira, sociedade de seguro, de previdência privada aberta e de capitalização, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e sociedade de arrendamento mercantil, em operações *day trade* realizadas nos mercados de renda fixa, de renda variável e de câmbio;
- d) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- e) contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde e benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, instituídos em favor de empregados e dirigentes da pessoa jurídica;
- f) parcela da soma das despesas com contribuições para entidades de previdência privada e com contribuições para o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI) (de que trata a Lei n. 9.477/97), cujo ônus seja da pessoa jurídica, que exceder ao limite de 20% (vinte por cento) do total dos salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes da empresa, vinculados ao referido plano;
- g) doações, exceto as efetuadas em favor de:
 - i. projetos de natureza cultural previamente aprovados pelo Ministério da Cultura com base no art. 26 da Lei n. 8.313/91, ou seja, projetos que dão direito a deduzir incentivo fiscal (diretamente do Imposto de Renda devido) de valor até 40% das doações e até 30% dos patrocínios; e
 - ii. instituições de ensino e pesquisa sem finalidade lucrativa, até o limite de 1,5% do lucro operacional da doadora e doações a entidades civis sem fins lucrativos que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora

e de seus dependentes ou da comunidade em que atuem, até o limite de 2% do lucro operacional da doadora, desde que observados, além desses limites, os demais requisitos previstos no art. 365 do RIR/99²³ (Decreto n. 3000/1999);

- h) perdas apuradas em operações realizadas nos mercados de renda variável e de *swap*, que excederem os ganhos auferidos em operações dessa mesma natureza, exceto perdas incorridas em:
 - i. operações de cobertura (*hedge*); e
 - ii. operações de renda variável realizadas em bolsa, no mercado de balcão organizado, autorizado pelo órgão competente, ou por fundos de investimento, para a carteira própria de instituição financeira, sociedade de seguro, de previdência privada aberta e de capitalização, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários ou sociedade de arrendamento mercantil;
- i) depreciação, amortização, manutenção, reparo, conservação, impostos, taxas, seguros, contraprestações de arrendamento mercantil e aluguel de bens, móveis ou imóveis, não relacionados intrinsecamente com a produção ou com a comercialização dos bens e serviços;
- j) resultado negativo da avaliação, pela equivalência patrimonial, de investimentos relevantes (participações societárias) em sociedades coligadas ou controladas²⁴;
- k) amortização de ágio pago na aquisição de participações societárias sujeitas à avaliação pela equivalência patrimonial, cujo valor deve ser registrado na Parte “B” do LALUR para ser computado no lucro real do período de apuração em que ocorrer a alienação ou a liquidação do investimento²⁵;

²³ A parcela das doações referidas no número “7.2”, que exceder os limites mencionados, deve ser adicionada ao lucro líquido. As doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente podem ser deduzidas diretamente do Imposto de Renda devido (dentro do limite de 1% do imposto devido à alíquota de 15%), mas não são dedutíveis como despesa operacional (art. 591 do RIR/99).

²⁴ As alienações de participações societárias permanentes em sociedades coligadas ou controladas e de participações societárias que permaneceram no ativo da pessoa jurídica até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições não estão sujeitas às normas tributárias aplicáveis às operações financeiras de renda variável. Assim, às perdas incorridas nessas alienações não se aplica a indedutibilidade referida no item i).

²⁵ Na pessoa jurídica que absorveu, em virtude de incorporação, fusão ou cisão, patrimônio de sociedade coligada ou controlada na qual tinha participação societária adquirida com ágio ou deságio, a adição referida no item k não se aplica, nos balanços correspondentes à apuração do lucro real levantados posteriormente a incorporação, fusão ou cisão, à amortização do ágio cujo fundamento tenha sido o valor de rentabilidade da coligada ou controlada (com base em previsão dos resultados nos exercícios futuros), até o limite máximo de um sessenta avos para cada mês do período de apuração.

- l) contrapartida da constituição ou reforço de qualquer provisão, com exceção das seguintes:
 - i. para férias e 13º salário de empregados; e
 - ii. para reservas técnicas das companhias de seguro e de capitalização, bem como das entidades de previdência privada, cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável;
- m) multas:
 - i. por infrações fiscais, salvo as de natureza compensatória (multas de mora) e as impostas por infrações de que não resulte falta ou insuficiência de pagamento de tributo; e
 - ii. por transgressões a normas de natureza não-tributária, tais como as previstas em leis administrativas (de trânsito, de vigilância sanitária, de controle de poluição ambiental, de controle de pesos e medidas etc.), trabalhistas etc.;
- n) tributos e contribuições cuja exigibilidade esteja suspensa, em virtude de:
 - i. depósito do seu montante integral;
 - ii. reclamações ou recursos em processo tributário administrativo; ou
 - iii. concessão de medida liminar em mandado de segurança;
- o) prejuízo na alienação ou baixa de investimentos adquiridos mediante incentivo fiscal de dedução do Imposto de Renda;
- p) remuneração indireta de administradores, diretores, gerentes e seus assessores (*fringe benefits*), quando não identificados e individualizados os beneficiários, bem como o Imposto de Renda na fonte incidente sobre essa remuneração;
- q) despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores, exceto quando enquadradas como remuneração indireta das pessoas referidas no item anterior, com a identificação dos beneficiários;
- r) gratificações e participações no resultado ou nos lucros atribuídas a dirigentes ou administradores e participações nos lucros atribuídas a partes beneficiárias emitidas pela empresa (no caso de S/A) e a técnicos estrangeiros, domiciliados ou residentes no exterior, para a execução de serviços especializados, em caráter provisório;

- s) prejuízos e perdas em operações realizadas no exterior, exceto prejuízo em operações a termo ou de futuro realizadas diretamente pela empresa brasileira em bolsas no exterior, caracterizadas como de cobertura (*hedge*);
- t) parcela do custo de bens, serviços e direitos adquiridos no exterior, de pessoas físicas ou jurídicas vinculadas à empresa adquirente ou residentes ou domiciliadas em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (“paraíso fiscal”), que exceder o valor apurado de acordo com as regras de preços de transferência;
- u) parcela da depreciação ou amortização de bens e direitos adquiridos no exterior das pessoas referidas no item anterior, calculada sobre a parcela do custo de aquisição dos bens que exceder o valor determinado de acordo com as regras de preços de transferência;
- v) parcela dos juros pagos às pessoas referidas no item “t”, decorrentes de contrato de mútuo não registrado no Banco Central do Brasil, que exceder o valor calculado com base na taxa Libor, para depósitos em dólares dos Estados Unidos da América pelo prazo de seis meses, acrescida de 3% anuais a título de *spread*, proporcionalizados em função do período a que se referirem os juros²⁶;
- w) brindes;
- x) juros remuneratórios do capital próprio que excederem aos limites de dedutibilidade ou houverem sido contabilizados sem observância das condições previstas na legislação;
- y) perdas decorrentes de créditos não liquidados que houverem sido computadas no resultado sem observância dos limites e das condições estabelecidos na legislação;
- z) encargos financeiros incidentes sobre débitos vencidos e não pagos, incorridos a partir da data da citação inicial em ação de cobrança ajuizada pela empresa credora;
- aa) resultado negativo apurado em sociedade em conta de participação;
- bb) prejuízo por desfalque, apropriação indébita ou furto, praticados por empregados ou terceiros, se não houver sido instaurado inquérito administrativo nos termos da legislação trabalhista ou apresentada queixa perante a autoridade policial;
- cc) juros pagos ou creditados, relativos a empréstimos:

²⁶ Para efeito do limite de dedutibilidade, os juros referidos no item v serão calculados com base no valor da obrigação, expresso na moeda objeto do contrato e convertido em reais pela taxa de câmbio divulgada, pelo Banco Central do Brasil, para a data do termo final do cálculo dos juros.

- i. no período de 01/01 a 12/03/2000, incidentes sobre o valor equivalente aos lucros não disponibilizados por empresas:
 - i. coligadas ou controladas, domiciliadas no exterior, quando estas forem as beneficiárias do pagamento ou crédito;
 - ii. controladas, domiciliadas no exterior, independentemente do beneficiário; e
 - iii. a partir de 13/03/2000, a empresa controlada ou coligada, independentemente do local de seu domicílio, incidentes sobre valor equivalente aos lucros não disponibilizados por empresas controladas, domiciliadas no exterior;
- dd) amortização do valor, registrado em conta do ativo diferido, referente ao resultado negativo líquido decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos, efetuado em virtude de variação nas taxas de câmbio ocorrida no 1º trimestre do ano-calendário de 1999;
- ee) prejuízos havidos em virtude de alienação de ações, títulos ou quotas de capital, com deságio superior a 10% dos respectivos valores de aquisição, salvo se a venda houver sido realizada em bolsa de valores ou, onde esta não existir, tiver sido efetuada através de leilão público, com divulgação do respectivo edital, na forma da lei, durante três dias no período de um mês, observando-se que:
 - i. essas normas não se aplicam às sociedades de investimentos fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil nem à alienação de participações societárias permanentes; e
 - ii. as perdas ocorridas em operações de renda variável submetem-se a regime próprio e, portanto, também não lhes são aplicáveis essas normas.
- ff) lucros auferidos no exterior por intermédio de filiais, sucursais, controladas ou coligadas, que houverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil, considerando-se disponibilizados os lucros:
 - i. no caso de filial ou sucursal, na data do balanço em que tiverem sido apurados; e
 - ii. no caso de controlada ou coligada:
 - iii. na data em que ocorrer pagamento ou crédito do lucro;
 - iv. na hipótese de contratação de mútuo, se a mutuante, coligada ou controlada possuir lucros ou reservas de lucros; e

- v. na hipótese de adiantamento de recursos pela coligada ou controlada, por conta de venda futura, cuja liquidação, pela remessa do bem ou serviço vendido, ocorra em prazo superior ao ciclo de produção do bem ou serviço;
- gg) parcela da receita de exportações realizadas, contratadas com pessoas vinculadas ou domiciliadas em país que não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (“paraíso fiscal”), determinada segundo as normas sobre preços de transferência, que exceder o valor apropriado na escrituração da empresa no Brasil.

- Exclusões

Já para as exclusões as regras são as seguintes, segundo previsão do RIR/99:

- a) resultado positivo da avaliação, pela equivalência patrimonial, de participações societárias em sociedades coligadas ou controladas, caracterizadas como investimento relevante;
- b) amortização de deságio obtido na aquisição de participações societárias permanentes, avaliadas pela equivalência patrimonial, cujo valor deve ser registrado em conta de controle na Parte “B” do LALUR para ser computado no lucro real do período de apuração em que ocorrer a alienação ou a baixa do investimento;
- c) lucros e dividendos recebidos de participações societárias não sujeitas à avaliação pela equivalência patrimonial;
- d) ganho de capital auferido na alienação de bens do ativo permanente realizada (venda a longo prazo), cujo preço deva ser recebido, no todo ou em parte, após o término do ano-calendário subsequente ao da contratação, se houver opção pelo diferimento da tributação;
- e) depreciação acelerada incentivada;
- f) valor adicionado ao lucro líquido e registrado na Parte “B” do LALUR em período de apuração anterior, relativo à amortização de ágio pago na aquisição de participações societárias permanentes avaliadas pela equivalência patrimonial, que tenham sido alienadas ou liquidadas;
- g) provisões indedutíveis adicionadas ao lucro líquido, na determinação do lucro real de período de apuração anterior que tenham sido utilizadas para absorver despesas dedutíveis realizadas, ou tenham sido revertidas a crédito de conta de resultado; e

- h) valor controlado na Parte “B” do LALUR, corrigido monetariamente até 31.12.1995, relativo a tributos e contribuições adicionados ao lucro real dos anos-calendário de 1993 e 1994 que tenham sido pagos durante o ano.

- Compensações

Por fim, as compensações estão determinadas ainda no RIR/99 nos artigos 250, 509 e 515 que indicam que os prejuízos fiscais de períodos de apuração anteriores poderão ser compensados com o lucro real apurado, respeitados o teto máximo de 30% do lucro real e as demais condições pertinentes à compensação de prejuízos fiscais, previstas na legislação, tais como:

- a) se entre a data da apuração e da compensação do prejuízo não houver ocorrido, cumulativamente, modificação do controle societário e do ramo de atividade da empresa; e
- b) os prejuízos não-operacionais, apurados a partir de 1996, só poderão ser compensados com lucros da mesma natureza (operacional e não-operacional), observado o limite de 30%.

No Lucro Real, o IRPJ e a CSLL podem ser pagos de duas formas: apuração anual e apuração trimestral. Embora a apuração seja anual, o pagamento dos tributos deve ser realizado de forma mensal calculados por estimativa ou com base em balanços ou balancetes de suspensão ou redução; e deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente ao de sua apuração. Já na apuração trimestral, os tributos devem ser apurados em cada trimestre e deverá ser pago em quota única, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de sua apuração ou, à opção da empresa, em até três quotas mensais, iguais e sucessivas, atualizáveis pela SELIC a partir da segunda quota.

2.5 Práticas tributárias

Como mencionado nas delimitações do estudo, constante na introdução desta pesquisa, existem diversas escolhas contábeis tributárias que podem impactar a ETR. No entanto, como não foi possível, a partir de uma pré-análise realizada nas Demonstrações Financeiras Publicadas, analisar os efeitos de todas as práticas tributárias na ETR, foram selecionadas apenas as seguintes práticas tributárias: i) depreciação acelerada; ii) depreciação acelerada

incentivada; iii) juros sobre o capital próprio; iv) reorganização societária; e v) incentivos fiscais federais.

Sendo assim, o objetivo desta seção é evidenciar os conceitos e fundamentos de cada prática tributária selecionada, apresentando pesquisas já realizadas sobre estas práticas tributárias (isoladas ou conjuntas); e como as escolhas destas práticas tributárias podem influenciar a ETR das empresas.

2.5.1 Depreciação Acelerada e Depreciação Acelerada Incentivada

Depreciação, segundo Noble (1950, p. 215), é “[...] uma percentagem do custo primitivo do Ativo, dele deduzida”. Já de forma mais pragmática, a Receita Federal do Brasil (2010) conceitua depreciação de bens do ativo imobilizado como: “[...] diminuição do valor dos elementos ali classificáveis, resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normal.”

Já a depreciação acelerada está regulamentada nos artigos 312 e 313 do Decreto 3.000 de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda de 1999 - RIR/99), onde estão previstos dois tipos: a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de bens móveis, inclusive máquinas e veículos, e a depreciação acelerada concedida como incentivo fiscal. A depreciação acelerada consiste, também, em uma prática tributária, dado que há a antecipação da despesa e, portanto, o imposto de renda, no momento da depreciação, será menor. Os artigos 312 e 313 do Regulamento do Imposto de Renda estão dispostos da seguinte forma:

Art. 312. Em relação aos bens móveis, poderão ser adotados, em função do número de horas diárias de operação, os seguintes coeficientes de depreciação acelerada (Lei nº 3.470, de 1958, art. 69):

I - um turno de oito horas.....1,0;

II - dois turnos de oito horas.....1,5;

III - três turnos de oito horas.....2,0.

Parágrafo único. O encargo de que trata este artigo será registrado na escrituração comercial.

Art. 313. Com o fim de incentivar a implantação, renovação ou modernização de instalações e equipamentos, poderão ser adotados coeficientes de depreciação acelerada, a vigorar durante prazo certo para determinadas indústrias ou atividades (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 5º).

§ 1º A quota de depreciação acelerada, correspondente ao benefício, constituirá exclusão do lucro líquido, devendo ser escriturada no LALUR (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 8º, inciso I, alínea "c", e § 2º).

§ 2º O total da depreciação acumulada, incluindo a normal e a acelerada, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 6º).

§ 3º A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o parágrafo anterior, o valor da depreciação normal, registrado na escrituração comercial, deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinar o lucro real.

§ 4º As empresas que exerçam, simultaneamente, atividades comerciais e industriais poderão utilizar o benefício em relação aos bens destinados exclusivamente à atividade industrial.

§ 5º Salvo autorização expressa em lei, o benefício fiscal de que trata este artigo não poderá ser usufruído cumulativamente com outros idênticos, exceto a depreciação acelerada em função dos turnos de trabalho. (BRASIL, 1999)

Já a depreciação acelerada incentivada é a depreciação realizada sobre ativos adquiridos em certa época ou para integrar programas de estímulos industriais ou setoriais. A depreciação pode ser realizada em uma velocidade superior a ativos idênticos adquiridos em condições distintas. Wasserman (2009) apresenta um exemplo em que fica evidente o benefício tributário do uso da Depreciação Acelerada Incentivada:

Supondo-se, por exemplo, a aquisição de um equipamento pelo custo de \$100.000 e que a empresa tenha uma alíquota de imposto marginal (*marginal tax rate*) de 40%, uma dedução imediata do custo de aquisição reduziria o imposto em \$40.000 ($100.000 \times 40\%$). Com uma taxa de depreciação mais lenta, o valor presente do benefício fiscal da depreciação reduz-se (mantida a taxa de desconto). E, quanto menos favorecido tributariamente, menor o valor do ativo. Admita-se um prazo de depreciação de 2 anos, pelo método da linha reta, e uma taxa de desconto de 9%. Dessa forma, o benefício fiscal trazido a valor presente decorrente das despesas de depreciação é dado por $\{(\$50.000 \times 0,40) + (\$50.000 \times 0,40/1,09)\} = \38.349 . (WASSERMAN, 2009, p. 10)

Pelo exemplo, o benefício tributário da depreciação acelerada, em relação à linear, seria de \$1.651. Caso fosse depreciado em 4 anos, à mesma taxa de desconto, o benefício seria de \$4.687.

Segundo a Receita Federal do Brasil (RFB, 2010), as formas de depreciação acelerada incentivada prevista no artigo 313 do RIR que podem ser utilizadas atualmente são:

- a) Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) e Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA) aprovados a partir de 03/06/1993: as empresas industriais e agropecuárias, que executarem PDTI e PDTA, na forma do art. 321 do RIR/1999, poderão promover depreciação acelerada, nas condições fixadas em regulamento, calculada pela aplicação da taxa de depreciação usualmente admitida, multiplicada por dois, sem prejuízo da depreciação normal das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados à utilização nas atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, industrial e agropecuário. O benefício não poderá ser utilizado com outro da mesma natureza.

- b) Bens utilizados na atividade rural: os bens do ativo permanente imobilizado, exceto a terra nua, adquiridos por pessoa jurídica que explore a atividade rural, para uso nessa atividade, poderão ser depreciados integralmente no próprio ano da aquisição.
- c) Dispêndios Realizados com Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica de Produtos: a partir de 2003, os valores relativos aos dispêndios incorridos em instalações fixas e na aquisição de aparelhos, máquinas e equipamentos, destinados à utilização em projetos de pesquisa e desenvolvimentos tecnológicos, metrologia, normalização técnica e avaliação da conformidade, aplicáveis a produtos, processos, sistemas e pessoal, procedimentos de autorização de registros, licenças, homologações e suas formas correlatas, bem como relativos a procedimentos de proteção de propriedade intelectual, poderão ser depreciados na forma da legislação vigente, podendo o saldo não depreciado ser excluído na determinação do lucro real, no período de apuração em que concluída sua utilização.

2.5.1.1 Estudos tributários sobre Depreciação Acelerada e Depreciação Acelerada Incentivada

O estudo desenvolvido por Aarbu e Mackie-Mason (2003), realizado com empresas norueguesas referente os anos de 1988, 1991, 1992 e 1993, constatou que muitas empresas não têm a pretensão de utilizar todas as possibilidades de deduções permitidas para depreciação para fins fiscais. Intuitivamente, sugeriu que esse tipo de comportamento pode parecer estranho. Todavia, o estudo sustentou as explicações: i) empresas que apresentaram prejuízos fiscais em curso ou as que carregaram perdas passadas subutilizaram depreciação, a fim de recuperar perdas fiscais antes que expirassem; ii) empresas com o desempenho econômico ruim tenderam a subutilizar suas deduções; e iii) os custos de cumprimento das obrigações fiscais desencorajaram a utilização da depreciação acelerada, especialmente as pequenas empresas. Pelo estudo, portanto, não há, para os autores, apoio para outras hipóteses.

Aarbu e Mackie-Mason (2003) apresentaram, ainda, os efeitos do sistema uniforme de relatórios contábeis (típico de muitos países europeus), que pode, em determinadas circunstâncias, restringir os dividendos, abdicando, portanto, da depreciação para fins fiscais, mas as evidências não suportam esta motivação. O que tornou o estudo de Aarbu e Mackie-Mason (2003) possível foi o acesso a detalhes minuciosos de empresas norueguesas e a

possibilidade de testar as hipóteses sugeridas sob a ótica da reforma tributária de 1992. Para os testes, foram utilizadas séries temporais e *cross-section* em empresas norueguesas em 1988, 1991, 1992 e 1993.

No estudo de Aarbu e Mackie-Mason (2003), observam-se o conceito de escolhas contábeis, dado que existem empresas que não utilizam práticas tributárias para redução de tributos em função das três situações elencadas acima. Esse resultado dá resposta à afirmação feita por Fields *et al.* (2001, p. 282): “[...] é difícil de entender por que gestores não minimizariam o valor presente do pagamento de tributos.”²⁷

O estudo realizado por Formigoni (2008) tratou dos efeitos dos incentivos fiscais na estrutura de capital e na rentabilidade das empresas abertas brasileiras não financeiras. Para tanto, foram analisados os benefícios fiscais provenientes das empresas utilizaram incentivos fiscais, incluindo o PDTI, ou seja, que fizeram uso da depreciação acelerada incentivada para recolhimento menor de IRPJ e CSLL. Segundo a pesquisa, realizada com 590 empresas, 29% usufruíram de incentivos fiscais no período de 1995 a 2007; o valor médio de incentivos utilizados foi de R\$ 4.805.000; e a rentabilidade do ativo e do patrimônio líquido tendeu a aumentar nas companhias abertas brasileiras não financeiras que usufruíam de benefícios fiscais.

O estudo teórico efetuado por Waegenare e Wielhouwer (2011), estabelecendo comparações entre os diversos modelos de depreciação permitidos nos países do mundo, apresentou o impacto da depreciação na lucratividade das empresas, sob a ótica tributária; e como o prazo para recolhimento de tributos pode ser afetado pelos métodos escolhidos e, como consequência, de que forma isso afeta também o imposto sobre o valor presente líquido dos projetos de investimento. O estudo também desenvolveu um modelo de programação dinâmica para determinar a estratégia ótima da empresa com relação à escolha inicial do método de depreciação, e se a empresa deve ou não propor mudanças em períodos posteriores. A escolha ideal reflete o planejamento estratégico de impostos para diminuir o esperado desconto de pagamento de tributos no futuro. A análise realizada demonstrou que a flexibilidade, algumas vezes permitida por meio da legislação fiscal (em alguns países), no que tange às alterações propostas, cria valor para a empresa, porque pode conduzir a reduções significativas no valor presente esperado dos pagamentos de tributos. Por fim, o estudo

²⁷ “[...] it is hard to understand why managers would not minimize the present value of the tax payments”.

evidenciou que a possibilidade de transportar mais perdas para períodos futuros reduz o lucro tributável; e o valor da opção de alterar o método de depreciação pode ser significativo.

2.5.2 Juros sobre Capital Próprio

Outra prática tributária existente é o Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) que Neves (1982, p. 129) considera como: “[...] lucros retidos pela empresa e pelo capital já incorporado ao patrimônio da empresa. Esse capital pertence aos proprietários (acionistas) da firma, os quais poderiam obter ganhos por aplicarem esse capital a seu custo de oportunidade.”

Como pode ser observado na consideração de Neves (1982), o entendimento de Juros sobre o Capital Próprio está alicerçado na concepção de custo de oportunidade que, segundo Atkinson *et al.* (2000, p. 365), consiste na “[...] quantia de lucro perdido quando a oportunidade proporcionada por uma alternativa é sacrificada pela escolha de outra.”

Em razão desse embasamento de custo de oportunidade para delimitar a aceção de JSCP, Santos (2007) faz uma crítica:

[...] no dia-a-dia das empresas e em muitos trabalhos escritos, a expressão “juros sobre o capital próprio” tem sido utilizada como algo que substitui o “custo do capital próprio” ou “custo de oportunidade”, e a utilização dessas expressões como sinônimas pode não ser a mais adequada. (SANTOS, 2007, p. 36)

A criação dos JSCP deu-se a partir da extinção da correção monetária de balanços. Os JSCP estão regulamentados pelo artigo 347 do RIR/1999, incluído pela Lei 9.249 de 1995, artigo 9º. No início, sua aplicabilidade restringia-se às empresas em fase pré-operacional, mais exatamente, às empresas de telecomunicação e de energia. No entanto, Rezende (2009, p. 46) afirma que pela primeira vez, no mundo, foi introduzida nas empresas em operação a figura dos JSCP.

Ainda, conforme Rezende (2009, p. 46), “[...] a ideia que parecia a solução para o fim da correção monetária, acabou sendo recheada de limitações arbitrárias”. As limitações mencionadas por Rezende (2009) referem-se à restrição ao uso e à criação de regras para sua utilização.

Martins *et al.* (2004) comentam as limitações dos JSCP como substitutos da correção monetária decorrentes da criação de regras em função de interesse do fisco: i) limitações do cálculo do valor dos JSCP, não representam uma aproximação efetiva da correção monetária sobre o patrimônio líquido; ii) os JSCP são uma alternativa optativa; iii) o fato de o resultado ser tributado na investidora pode retirar a motivação das empresas em aplicar os JSCP; iv) incidência diferenciada do imposto de renda e contribuição social, para sócios (isentos, imunes); v) a não correção monetária do ativo pode provocar distorções intermediárias; vi) a proibição de divulgação, nas demonstrações contábeis de determinadas companhias, dos JSCP como despesa (Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Banco Central e Outros Reguladores); e vii) a empresa pode realizar a incorporação dos JSCP, desde que realize o recolhimento do tributo.

Fica patente, de um lado, a preocupação de Martins *et al.* (2004) direcionada à limitação da prática dos JSCP como substitutos da correção monetária de balanço; de outro lado, pode-se observar que, em função dessas limitações, os JSCP passaram a ser muito mais uma escolha contábil com características de prática tributária, principalmente ao se analisar os comentários listados nos itens ii) e iii) do parágrafo anterior.

A norma legal institui a dedutibilidade das importâncias pagas ou creditadas aos sócios ou acionistas das pessoas jurídicas a título de juros sobre o capital próprio. O artigo 347 (RIR/99) descreve qual a regra para dedutibilidade dos JSCP:

Art. 347. A pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos de apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (Lei nº 9.249, de 1995, art. 9º).

§ 1º O efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados (Lei nº 9.249, de 1995, art. 9º, § 1º, e Lei nº 9.430, de 1996, art. 78).

§ 2º Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto na forma prevista no art. 668 (Lei nº 9.249, de 1995, art. 9º, § 2º).

§ 3º O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976, sem prejuízo do disposto no § 2º (Lei nº 9.249, de 1995, art. 9º, § 7º).

§ 4º Para os fins de cálculo da remuneração prevista neste artigo, não será considerado o valor de reserva de reavaliação de bens ou direitos da pessoa jurídica, exceto se esta for adicionada na determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (Lei nº 9.249, de 1995, art. 9º, § 8º). (BRASIL, 1999)

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) considera o pagamento de JSCP como distribuição de lucros, e não como despesa financeira. Segundo a Deliberação 207 de 1996, as

companhias abertas devem registrar o valor líquido dos JSCP (excluindo o imposto de renda) na conta de lucros acumulados, sem afetar o resultado do exercício, sendo utilizada apenas para dedução do IRPJ e da CSLL. Este procedimento consiste no estorno dos JSCP após a apuração do lucro líquido, retornando, portanto, o valor escriturado como despesa financeira.

2.5.2.1 Estudos tributários realizados sobre Juros Sobre Capital Próprio

O estudo realizado por Malaquias *et al.* (2007), com duas empresas de telecomunicações listadas na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa) no ano de 2006, concluiu que os JSCP geram economia tributária para a empresa pagadora, no entanto nem sempre há economia tributária para os acionistas recebedores destes juros. Apontou, também, para a necessidade de se observar “todas as partes” do processo de gestão e planejamento de tributos, conforme preconizado por Shackelford e Shevlin (2001).

O estudo desenvolvido por Santos (2007), com as empresas constantes no banco de dados da Revista Exame Melhores e Maiores (aproximadamente 3.000 empresas), objetivou responder às seguintes perguntas: i) as empresas estão pagando aos seus sócios/acionistas JSCP?; ii) quem está pagando mais JSCP: indústria, comércio ou serviços?; iii) quais empresas pagam mais JSCP: nacionais, estrangeiras ou estatais?; iv) as companhias abertas pagam mais JSCP do que as fechadas?

O período da pesquisa de Santos (2007) foi de 1995 a 2005. Considerando que os JSCP surgiram em 1996, a pesquisa contemplou o comportamento de seu uso desde o início até o ano de 2005. No primeiro ano, 1996, foram analisadas 493, já no último ano, 2005, foram analisadas 955 empresas.

Das empresas que foram pesquisadas, aproximadamente 42% utilizaram os JSCP, e destas é bastante equilibrado o número de indústria, comércio e prestação de serviço. Segundo o próprio autor, o maior desequilíbrio foi em relação à segregação feita entre empresas com e sem ações na Bolsa de Valores. Enquanto, de cada três empresas com ação na Bolsa, duas pagam JSCP; de cada três empresas sem ação na Bolsa de Valores, apenas uma efetua o pagamento dos JSCP. Já em relação à origem do capital, a cada duas empresas estrangeiras e estatais, uma remunera seus acionistas na forma de JSCP.

O estudo de Santos (2007) não objetivou observar o impacto dos JSCP sobre a carga tributária das empresas, mas contribuiu para auxiliar a presente pesquisa na observação da utilização dos JSCP no Brasil.

Abreu (2004), por sua vez, apresentou a influência da tributação sobre o valor das empresas, o retorno do acionista e a política de dividendos. Para tanto, foram utilizadas as empresas listadas na Bovespa constantes no banco de dados da Economatica, referente ao período de 1996 e 2002.

Os resultados referentes ao valor da empresa concluíram que o incentivo ao financiamento por meio do capital próprio torna o valor de uma empresa superior em relação àquelas que não financiam e não aplicam esse recurso tributário desta forma. Já em relação ao retorno sobre o acionista, o estudo concluiu que a dedutibilidade dos JSCP no IRPJ aumenta o retorno dos acionistas das empresas não alavancadas. Este fator causa um menor crescimento do retorno ao acionista em função do endividamento. Já em relação à política de dividendos, o estudo afirmou que a tributação sobre os dividendos não deve ser considerada ao elaborar uma política de distribuição de lucros, pois a retenção dos lucros com o objetivo de evitar o pagamento de tal imposto implicaria em maiores rendimentos e dividendos futuros, os quais também estarão sujeitos à tributação. Sendo assim, a retenção de lucros presentes não implicará simplesmente na economia de tributos sobre dividendos, mas acarretará uma simples postergação tributária. (ABREU, 2004).

Santos (2001), ao utilizar as rentabilidades médias apresentadas no banco de dados das Maiores e Melhores, evidenciou os efeitos da tributação pelo não reconhecimento da inflação nos demonstrativos contábeis em relação ao pagamento dos JSCP. Segundo os dados apresentados pelo autor, no período de 1996 a 2000, a carga tributária, com utilização da alternativa de pagamento dos juros sobre o capital próprio, atingiu 67,5% das empresas e, quando essa escolha não é exercida, o valor dos tributos fica um terço superior ao que seria recolhido pelas empresas aplicando as antigas regras de tributação (reconhecimento da inflação).

Já o estudo de Sousa Filho *et al.* (2001), anterior e com o mesmo escopo, ou seja, observar os efeitos contábeis e tributários na extinção do reconhecimento da inflação no período de 1996 a 2000, evidenciou, por meio de simulações, uma redução da carga tributária, contrariando

outras pesquisas realizadas. Cabe ressaltar que, conforme apresentado no estudo, as empresas pesquisadas tinham características peculiares de rentabilidade por estarem em um mercado oligopolizado; e os JSCP são decisivos na diminuição da carga tributária a partir da Lei 9.249/95.

A partir do panorama apresentado por Santos (2001) e Sousa Filho *et al.* (2001), segue Tabela 5 de comparação dos estudos:

Tabela 1 – Comparativo de carga tributária *ex-ante* e *ex-post* da Lei n. 9.249/95

Cenários	Sousa Filho <i>et al.</i> (2001)	Santos (2001)
Carga Tributária <i>ex-ante</i> Lei n. 9.249/95	100%	100%
Carga Tributária <i>ex-post</i> Lei n. 9.249/95 com JSCP	57%	67%
Carga Tributária Lei n. 9.249/95 sem JSCP	99%	133%

FONTE: adaptado de REZENDE, 2009, p. 47.

Nota-se, pelos dados apresentados na Tabela 5, que a carga tributária das empresas sem a utilização do JSCP, após a extinção do reconhecimento da inflação, é superior, ou seja, essa prática tributária pode impactar na carga tributária das empresas. Sendo assim, pode-se fazer a seguintes indagação, se existem vantagens financeiras, quais seriam as motivações das empresas para não adotar essa prática? Nesta pesquisa será observada a frequência da utilização desta prática nas empresas abertas, bem como o impacto na ETR.

2.5.3 Reorganização societária

Segundo Silva *et al.* (2004), muitas empresas têm se valido da reorganização societária como geração de benefícios tributários:

Atualmente, várias razões motivam a utilização das reorganizações societárias, tais como: mercadológicas, econômicas, financeiras, administrativas, tecnológicas, societárias ou, ainda, por sua forma desburocratizada de promover alterações empresariais. Além dessas razões, a possibilidade de alcançar benefícios tributários tem se mostrado um fator decisivo para a realização das reorganizações societárias. (SILVA *et al.*, 2004, p. 4)

Muniz (1996, p. VII) afirma que “Reorganizações de empresas têm sido praticadas no Brasil desde há muito, através de suas diversas formas, sejam fusões, incorporações ou cisões.”

Fabretti (2001) menciona que:

A reestruturação societária pode ser feita de várias maneiras, tais como a transformação de um tipo de sociedade para outro, ou pela fusão, aquisição, incorporação ou cisão. Esses eventos podem também visar à concentração de poder econômico, razão pela qual alguns deles, principalmente a incorporação, fusão e aquisição, dependendo dos valores envolvidos na operação, necessitam passar pelo exame e aprovação dos órgãos públicos de defesa da ordem econômica. (FABRETTI, 2001, p. 99)

Mesmo não havendo uma definição precisa das reorganizações societárias, verifica-se que as operações de fusões, incorporações ou cisões se configuram como tais.

Segundo o art. 228 da Lei das S/A (BRASIL, Lei 6.404, 1976), a fusão configura-se como “a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos direitos e obrigações.”

O art. 227, da Lei das S/A preconiza a incorporação como sendo “a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.”

Por sua vez, a acepção de incorporação utilizada no Brasil difere da acepção norte-americana e da europeia que consideram essa operação como um tipo especial de fusão. Assim, é importante compreender ambos os entendimentos para que os dados pesquisados possam ser devidamente utilizados.

Já a cisão é assim tratada no art. 229 da Lei das S/A:

Art. 229. A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão. (BRASIL, Lei 6.404, 1976)

Segundo Silva *et al.* (2004), existe uma quantidade significativa de medidas legais criadas visando incentivar, mediante benefícios fiscais, as operações societárias. Segundo os mesmos autores, a própria exposição de motivos, enviada em 1995 pelo Ministro do Estado da Fazenda ao Presidente da República, enfatiza a importância das reorganizações societárias, conforme trechos desta Medida Provisória (Exposição de Motivos n. 403/MF):

[...] O programa contempla a criação de linhas especiais de crédito, e estabelece importantes medidas de incentivo à reorganização administrativa societária e operacional das instituições que

atuam nos mercados financeiros e de capitais, mediante fusões, incorporações, cisões, desmobilizações, ou qualquer outra forma de reestruturação societária e operacional. [...]
[...] Como forma de incentivar iniciativas de reestruturação necessárias ao fortalecimento e modernização do sistema, o texto da Medida Provisória traz providências de ordem tributária. Assim, a Medida Provisória permite a amortização do ágio decorrente de diferença entre o valor pelo qual houver sido adquirida a participação societária na instituição incorporada e seu valor patrimonial. [...] (SILVA *et al.*, 2004)

A própria Constituição Federal de 1988, em seu art. 156, § 2º, beneficia as operações de reorganização societária ao isentar o imposto sobre transmissão inter vivos:

I – não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil. (BRASIL, 1988)

Diante do exposto, fica patente o amparo legal às operações de reorganização societária através dos institutos da fusão, incorporação e cisão, inclusive com previsão de benefícios fiscais.

Aumentando o escopo da reorganização societária, trazendo para seu bojo a constituição de empresas, e não apenas as práticas de fusão, cisão ou incorporação, Nishioka (2010) realizou estudo da área do direito tributário, para evidenciar que esta prática consiste também em planejamento tributário. Segundo o autor, no que tange especificamente ao planejamento tributário e à elusão²⁸ tributária na constituição e gestão de sociedades, a legalidade desta prática está vinculada à compreensão da causa ou função social do contrato, ou seja, só será possível verificar de que forma as escolhas do contribuinte no exercício de sua atividade empresarial o Fisco vincula, concedendo ou não a qualificação dos atos ou negócios jurídicos. Sendo assim, a desconsideração de uma sociedade para efeitos fiscais, consoante o mesmo autor, ocorrerá nas hipóteses em que a sociedade não tiver causa ou função social, ou seja, quando não existir, tratando-se de sociedade empresária, a atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens e serviços.

²⁸“Segundo Heleno Taveira Tôrres, na elusão, o contribuinte utilizaria atos lícitos, se isoladamente considerados, mas sem causa, simulados ou em fraude à lei, tudo com o objetivo de economizar tributos; na elisão ou legítima economia de tributos, a finalidade seria a mesma, os atos praticados também seriam lícitos, mas não haveria violação direta ou indireta a dispositivos legais; e, na evasão, o contribuinte agiria voluntária e dolosamente para eximir-se do pagamento de tributo devido.” (NISHIOKA, 2010, p. 28).

Nota-se, portanto, a partir do estudo realizado por Nishioka (2010), que a constituição de empresas pode ser caracterizada como reorganização societária e, portanto, uma prática tributária.

2.5.3.1 Estudos tributários realizados sobre reorganização societária

Gallo (2002) analisou a possibilidade de observar se os processos de reorganização societária realizados no Brasil, no período de 1996 a 2001, no Estado do Rio de Janeiro, de 1999 a 2000 no Estado de São Paulo - ambos Estados com dados coletados por meio da Junta Comercial - e no Brasil de 1994 a 2001, com dados coletados pelo relatório publicado pela KPMG, ocorrem como “falsas” fusões, incorporações e cisões, encobrindo uma venda total ou parcial de ativo, ou mesmo de participação societária ou acionária, visando não apurar o correspondente ganho de capital em tais operações, evitando desta forma a tributação do Imposto de Renda.

Gallo (2002) constatou que no Brasil, no período e base de dados pesquisados, dos três institutos de reorganização societária, vêm sendo utilizadas apenas as operações de incorporação e cisão nas alienações de ativos líquidos, sem caracterizar uma operação de compra e venda, o que poderia constituir em ganho ou perda de capital. Essa constatação comprova a eliminação do ganho ou perda de capital para tributação do imposto de renda nas alienações efetuadas de participações societárias e também de ativos, tanto pelas pessoas físicas como jurídicas, além de evidenciar a dissimulação e não registro da verdadeira operação ocorrida que é a aquisição, alienação. Neste sentido, a economia tributária para a empresa, em caso de ganho de capital, será de 15% do IRPJ, 9% da CSLL e 10% do adicional do IRPJ (sobre o que exceder R\$ 240.000 ao ano) sobre esse ganho, de acordo com a legislação do imposto de renda.

Por fim, Gallo (2002, p. 322) observa que:

De tudo o que foi analisado, conclui-se que os aspectos tributários são de fundamental importância na análise e posterior decisão por uma reorganização societária mediante a operação de fusão, incorporação ou cisão. Por esta razão, a maioria das operações realizadas no Brasil se não são motivadas diretamente pela concessão de benefícios tributários, pelo menos levam isso em consideração.

Ainda, tratando da utilização da reorganização societária como prática tributária, Silva *et al.* (2004), em artigo publicado a partir da pesquisa realizada por Gallo (2002), apresentam a prática de reorganização societária em situações de prejuízos fiscais:

Os prejuízos fiscais podem ser compensados em situações específicas através desses dois institutos. Na incorporação poderá ser realizada a compensação quando houver a incorporação de uma empresa superavitária, com lucros acumulados, por uma deficitária - que possuir prejuízos acumulados. Embora esta seja uma situação atípica, é perfeitamente possível, se a justificativa econômica da operação não for unicamente a de beneficiar-se tributariamente. Em caso de cisão, poderá haver a compensação de prejuízos quando a cisão for parcial, sendo permitido que a empresa cindida compense seus próprios prejuízos de forma proporcional à parcela remanescente do patrimônio líquido. (SILVA *et al.*, 2004, p. 15)

Nota-se pela pesquisa que, empiricamente, a reorganização societária é uma prática tributária no Brasil.

Cabello e Pereira (2010) realizaram um estudo de caso com objetivo de evidenciar de que modo as atividades secundárias empresariais podem ser utilizadas como forma de gestão tributária. No estudo de caso realizado com uma empresa do ramo moveleiro, observou-se que, com a utilização de atividades secundárias empresariais, no estudo caracterizado pela constituição de uma transportadora, pode existir uma economia tributária com impacto no IRPJ e na CSLL.

São raras as pesquisas científicas que tratam da reorganização societária como prática de planejamento tributário, principalmente em função da falta de dados para análise, uma vez que as empresas ficam apreensivas em expor estas questões, mesmo que seja para a prática da pesquisa científica.

Pelo exposto e observando tanto a legislação tributária quanto a contabilidade societária, a prática da reorganização societária pode gerar os seguintes efeitos tributários:

- a) fusão e incorporação - as empresas podem unir benefícios tributários ou gerar uma situação, tributariamente, favorável;
- b) incorporação e cisão - nas alienações de ativos líquidos, sem caracterizar uma operação de compra e venda, poderia constituir em ganho ou perda de capital. Neste sentido, a economia tributária para a empresa, em caso de ganho de capital, será de aproximadamente 34% sobre esse ganho (caso haja adicional de IRPJ), de acordo com a legislação do imposto de renda;

- c) incorporação - poderá ser realizada a compensação quando houver a incorporação de uma empresa superavitária, com lucros acumulados, por uma deficitária - que possuir prejuízos acumulados; e
- d) constituição de nova empresa - utilização de atividades secundárias empresariais, pode existir uma economia tributária com impacto no IRPJ e na CSLL.

2.5.4 Incentivos fiscais federais

É importante destacar que apenas incentivos fiscais federais que impactam no IRPJ e na CSLL serão aqui tratados, porque para efeito da pesquisa e análise dos dados não serão considerados incentivos fiscais regionais e de outros tributos federais, como: Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Importação e Exportação, uma vez que esses podem distorcer os resultados.

Não existe consenso em algumas diferenciações, em termos jurídicos, de renúncia fiscal, benefício fiscal e incentivo fiscal.

Segundo Formigoni (2008, p. 28), de forma geral, o que há em comum entre benefício e incentivo fiscal é que ambos são pertencentes à matéria tributária, no entanto o primeiro é concedido para resolver resultados danosos passados, enquanto o segundo objetiva criar resultados positivos futuros. Os exemplos de benefícios são: anistia e parcelamento; já os de incentivos são: isenção ou redução da base de cálculo ou dedução dos tributos apurados.

Ainda segundo Formigoni (2008, p. 14), o incentivo fiscal deve ser visto como objeto de financiamento da atividade principal da empresa:

[...] o incentivo fiscal pode ser visto como uma fonte de financiamento para a empresa na medida em que, deixando de recolher os impostos, pode aplicar esses recursos em outros ativos ou processos ligados à sua atividade principal com o objetivo de obter um melhor desempenho econômico e financeiro.

Os incentivos fiscais, que impactam o IRPJ e a CSLL, disponíveis para as empresas com opção pelo Lucro Real, estão elencados a seguir:

- a) Fundo de Investimento na Amazônia (FINAM) ou Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (FUNRES), que está regulamentado pelo Decreto n. 2.259 de 1997, conforme segue:

As pessoas jurídicas que, por força do art. 9º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, tenham assegurado a aplicação, em projetos próprios, de recursos decorrentes do valor de suas opções pela aplicação do imposto de renda no FINAM, FINOR ou FUNRES poderão destinar, mediante indicação, no Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, do código de receita exclusivo do fundo ou dos fundos beneficiários, uma parcela do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, pago por estimativa, de valor equivalente a até:

I - 24%, para o FINAM ou FINOR;

II- 33%, para o FUNRES. (BRASIL, Decreto n. 2.259, 1997)

- b) Fomento das atividades de caráter desportivo, regulamentando pelo Decreto n. 6.180 de 2007, conforme segue:

A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na declaração de ajuste anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

As deduções de que trata o *caput* ficam limitadas:

I - relativamente à pessoa jurídica, a um por cento do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração;

§ 2º As pessoas jurídicas não poderão deduzir os valores de que trata o *caput* para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. (BRASIL, Decreto n. 6.180, 2007)

- c) Projeto destinado à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), regulamentado pelo Decreto n. 6.539 de 2008, conforme segue:

As pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado a partir do ano-calendário de 2000 até 31 de dezembro de 2013 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, terão direito à redução de setenta e cinco por cento do imposto sobre a renda e adicional, calculados com base no lucro da exploração. (BRASIL, Decreto n. 6.539, 2008).

- d) Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), em que podem ser deduzidos, do IRPJ a pagar, 15% das despesas de custeio do PAT, líquidas da parcela cobrada dos trabalhadores, ou R\$ 0,30 multiplicado pelo número de refeições fornecidas no ano, prevalecendo o valor que for menor. No entanto, não pode exceder o limite de 4% do IRPJ a pagar;
- e) Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial ou Agropecuário (PDTI/ PDTA) aprovados após 03.06.1993, onde 15% dos dispêndios incorridos em atividades de

pesquisa e de desenvolvimento tecnológico industrial ou agropecuário, de acordo com o programa previamente aprovado, podem ser deduzidos em até 4% do imposto de renda devido;

- f) Doações e patrocínios culturais realizados em favor de projetos previamente aprovados pelo Ministério da Cultura e de acordo com o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) ou doações e patrocínios diretos, ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). A dedução permitida tem como base 40% das doações e 30% dos patrocínios e a dedução não pode exceder 4% do imposto;
- g) Doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente podem ser deduzidas em até 1% do imposto de renda devido, vedada a dedução da doação como despesa operacional; e
- h) Bônus de adimplência fiscal, instituído pela Lei 10.637/2002, que corresponde a uma dedução de 1% na CSLL devida, concedido a pessoa jurídica que, nos últimos 5 (cinco) anos-calendário, não se enquadre em qualquer das seguintes hipóteses, em relação a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal:
 - i. lançamento de ofício;
 - ii. débitos com exigibilidade suspensa;
 - iii. inscrição em dívida ativa;
 - iv. recolhimentos ou pagamentos em atraso; ou
 - v. falta ou atraso no cumprimento de obrigação acessória.

2.5.4.1 Estudos tributários sobre incentivos fiscais federais

Formigoni (2008) realizou estudo sobre a influência do incentivo fiscal na estrutura de capital e na rentabilidade das companhias abertas brasileiras não financeiras com ações negociadas na Bovespa. A pesquisa realizada com 590 empresas constatou que aproximadamente 1/3 possuíam incentivos fiscais. Constatou, também, que havia maior tempo de operação no mercado de empresas incentivadas; maior nível de tributação de empresas incentivadas; ausência de correlação entre crescimento de vendas e incentivos fiscais; e tendência de queda no número de empresas incentivadas. Constatou, ainda, que não foi identificada correlação estatisticamente significativa entre incentivo fiscal e os indicadores de endividamento das empresas. Constatou, por fim, que foi identificada correlação estatisticamente significativa entre incentivo fiscal e indicadores de rentabilidade das empresas.

Nota-se, dentre os resultados da pesquisa, que as empresas que usufruem de incentivos fiscais têm uma carga tributária média maior que as não incentivadas. Segundo análise do autor, presume-se que isso se deve ao método de escrituração contábil desses incentivos fiscais.

Já a pesquisa realizada por Meireles (2008) não teve como objetivo observar a influência de incentivos fiscais na carga tributária das empresas, contudo o autor observou que apenas 0,7% das empresas brasileiras utilizaram algum incentivo fiscal para realização de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no período de 2001 a 2005. Essa não utilização pode ter sido em razão da falta de observação à legislação tributária que concede esses benefícios ou à burocracia envolvida no processo de concessão de incentivos fiscais.

Janssen (2005) realizou pesquisa cujo objetivo foi investigar o tamanho real dos incentivos fiscais concedidos a empresas holandesas usando dados de balanço financeiro de 1.592 empresas no período 1994 a 1999. Segundo os resultados empíricos do estudo, a taxa tributária efetiva não difere muito das alíquotas fiscais (carga tributária nominal). Fica evidente no estudo que, embora a intensidade de capital seja negativamente associada com taxas de imposto efetivas, apenas uma pequena parte da variação na taxa de imposto efetiva pode ser explicada. Isso indica que o tamanho real dos incentivos fiscais concedidos a empresas na Holanda é muito pequeno.

Não foram encontradas outras pesquisas nacionais que abordassem o impacto dos incentivos fiscais sobre o IRPJ e a CSLL.

2.5.5 Exemplos da influência das práticas tributárias na ETR

Considerando o exposto, a utilização da ETR, para tentar capturar os efeitos das práticas tributárias na carga tributária efetiva da empresa, apresenta-se como a alternativa viável para tal análise, pois são patentes as diferenças da legislação tributária brasileira com a contabilidade societária.

Para ficar mais claro este raciocínio de que a ETR consegue capturar a utilização de práticas tributárias, será apresentado um exemplo para cada prática tributária elencada na presente pesquisa.

Premissas para o exemplo

- a) Indústria de máquinas XYZ S/A;
- b) Adota todos os CPCs vigentes da legislação societária;
- c) Possui máquina no valor de \$ 1.000.000, com vida útil econômica de 20 anos (5% ao ano), sem valor residual. Sofrerá depreciação fiscal de 20% ao ano (vida útil fiscal de 5 anos);
- d) Possui equipamento no valor de \$ 200.000, com vida útil econômica de 10 anos (10% ao ano), sem valor residual. Sofrerá depreciação fiscal de 20% ao ano (vida útil fiscal de 5 anos), mais 80% da depreciação fiscal restante no primeiro ano, em razão de incentivo fiscal;
- e) Usufrui da depreciação acelerada incentivada no equipamento citado no item d;
- f) Utiliza depreciação acelerada de 1,5 turnos (dois turnos de oito horas) na máquina citada no item c;
- g) LAIR de \$ 560.000 no ano;
- h) Escrituração de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) \$ 60.000 (sendo que apenas \$40.000 poderão ser considerados como dedutíveis para efeito de apuração do IRPJ e CSLL); e
- i) Realizou doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente no valor de \$15.000 no período.

O exemplo de cada prática será apresentado de forma não-cumulativa, ou seja, os saldos não serão transferidos de um exemplo para o outro.

- **Depreciação Acelerada:** considerando que a máquina sofrerá uma depreciação contábil de \$ 50.000 ao ano ($\$ 1.000.000 \times 5\% \text{ a.a.}$), utilizando o método de vida útil econômica, existe uma influência no resultado contábil de \$ 50.000. No entanto, esses \$ 50.000, referentes à depreciação por vida útil econômica, não irão compor o resultado tributável, pois este deverá ser adicionado no LALUR no seu valor integral, resultando, portanto, em resultado tributável parcial de \$ 610.000 (LAIR de \$ 560.000 + \$50.000). Utilizando a depreciação acelerada fiscal (30% depreciação a.a, (20% ao ano, considerando 1,5 turnos)), o impacto no resultado tributável será uma diminuição de \$300.000 ($\$ 1.000.000 \times 30\%$ da depreciação acelerada), restando um resultado tributável final de \$ 310.000, ou seja, \$ 610.000 menos \$ 300.000.

Sendo assim, como a base de cálculo do IRPJ e da CSLL será de \$ 310.000, o valor total do IRPJ será de \$ 53.500 ($\$ 310.000 \times 15\% + ((\$ 310.000 - \$ 240.000) \times 10\%)$) e da CSLL será de \$ 27.900 ($\$ 310.000 \times 9\%$). Considerando que não houve nenhum outro efeito tributário, o resultado ficaria da seguinte forma:

Tabela 2 – Influência da depreciação acelerada na ETR

Depreciação Contábil vida útil econômica	(50.000)
LAIR	<u>560.000</u>
IRPJ/CSLL	(81.400)
ETR	14,54%

Se a legislação tributária fosse idêntica às normas da contabilidade societária, o LAIR de \$560.000 seria a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, resultado, portanto, em um total de IRPJ de \$ 116.000 e uma CSLL de \$ 50.400. A ETR, nessa situação, seria de 29,71%, ou seja, \$166.400 ($\$ 116.000 + \$ 50.400$) dividido por \$ 560.000. Nota-se uma diferença de 15,17 pontos percentuais na ETR.

- **Depreciação Acelerada Incentivada:** considerando que o equipamento sofrerá uma depreciação contábil de \$ 20.000 ao ano ($\$ 200.000 \times 10\% \text{ a.a.}$), utilizando o método de vida útil econômica, existe uma influência no resultado contábil de \$ 20.000. No entanto, esses \$20.000, referentes à depreciação contábil por vida útil econômica, não irão compor o resultado tributável, pois este será adicionado no LALUR no seu valor integral por não haver previsão legal, resultando, portanto, em resultado tributável parcial de \$ 580.000. Utilizando a depreciação acelerada incentivada, o impacto no resultado tributável será de \$ 200.000 (20% da depreciação fiscal, mais 80% da depreciação acelerada incentivada, ou seja, $\$ 200.000 \times 100\%$), restando um resultado tributável final de \$ 380.000.

Sendo assim, como a base de cálculo do IRPJ e da CSLL será de \$ 380.000, o valor total do IRPJ será de \$ 71.000 ($\$ 380.000 \times 15\% + ((\$ 380.000 - \$ 240.000) \times 10\%)$) e da CSLL será de \$ 34.200 ($\$ 380.000 \times 9\%$). Considerando que não houve nenhum outro efeito tributário, o resultado ficaria da seguinte forma:

Tabela 3 – Influência da depreciação acelerada incentivada na ETR

Depreciação Contábil	(20.000)
LAIR	<u>560.000</u>
IRPJ/CSLL	(105.200)
ETR	18,79%

Da mesma forma como demonstrado na Depreciação Acelerada, se a legislação tributária fosse idêntica às normas da contabilidade societária, o LAIR de \$ 560.000 seria a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, resultando, portanto, em um total de IRPJ de \$ 116.000 e uma CSLL de \$ 50.400. A ETR, nessa situação, seria de 29,71%, ou seja, \$ 166.400 (\$ 116.000 + \$ 50.400) dividido por \$ 560.000. Nota-se uma diferença de 10,92 pontos percentuais na ETR.

- **Juros sobre Capital Próprio:** considerando que empresa escriturou \$ 60.000 a título de JSCP, existe uma influência no resultado contábil de \$ 60.000. No entanto, apenas \$ 40.000 são dedutíveis do IRPJ e da CSLL. Sendo assim, a diferença de \$ 20.000 será adicionada ao LALUR e o resultado tributável será de \$ 580.000.

Sendo assim, como a base de cálculo do IRPJ e da CSLL será de \$ 580.000, o valor total do IRPJ será de \$ 121.000 (\$ 580.000 x 15% + ((\$ 580.000 - \$ 240.000) x 10%)) e da CSLL será de \$ 52.200 (\$ 580.000 x 9%). Considerando que não houve nenhum outro efeito tributário, o resultado ficaria da seguinte forma:

Tabela 4 – Influência do JSCP na ETR

JSCP	(60.000)
LAIR	<u>560.000</u>
IRPJ/CSLL	(173.200)
ETR	30,93%

À medida que se não houvesse o limite de dedução estabelecido na legislação tributária, mencionado na seção sobre juros sobre o capital próprio (2.5.2), a ETR seria de 29,71%, conforme demonstrado nos exemplos da Depreciação Acelerada e da Depreciação Acelerada Incentivada. Nota-se que, nesta situação, existe um efeito inverso, ou seja, a adoção dos juros sobre o capital próprio, acima do limite permitido na legislação, resulta em uma ETR maior. A diferença da ETR foi 1,22 pontos percentuais na ETR.

- **Reorganização Societária:** conforme exposto na seção sobre Reorganização Societária (2.5.3), as práticas que podem ser utilizadas como fusão, cisão, incorporação e criação de uma nova empresa procuram alterar o resultado tributável para um menor pagamento de tributos. Essas práticas consistem na não apuração de ganhos de capital, a compensação de prejuízos fiscais, a reorganização de atividades secundárias, gerando maior dedutibilidade do IRPJ e CSLL. Sendo assim, nota-se que essas práticas poderão não gerar um resultado contábil diferente do resultado tributável, assim, a ETR, para esta prática, não irá apresentar diferença de forma isolada; apenas serão observadas se companhias que se utilizam dessa prática possuem uma carga tributária do IRPJ e CSLL menor em relação a outras que não a utilizam.

- **Incentivos Fiscais Federais:** considerando que a empresa realizou uma doação de \$15.000 e que, segundo descrito na seção 2.5.4 que trata sobre incentivos fiscais federais, essa doação não pode ser deduzida como despesa, mas pode ser abatida diretamente do imposto apurado em até 1%, o resultado tributável será de R\$ 575.000, no entanto, o IRPJ não será de \$ 119.750 (\$ 86.250 (15% de IRPJ), mais \$ 33.500 (10% de adicional de IRPJ)), mas sim de \$118.553, pois houve uma dedução direta do imposto apurado em 1%, ou seja, \$ 1.197, tendo em vista que \$ 15.000 ultrapassam o limite de 1%. A título de exemplo, considerando que não houve nenhum outro efeito tributário, o resultado ficaria da seguinte forma:

Tabela 5 – Influência dos incentivos fiscais na ETR

Doação	(15.000)
LAIR	<u>560.000</u>
IRPJ/CSLL	(119.750)
ETR	21,38%

À medida que, se não houvesse esse incentivo fiscal, a ETR seria de 29,71%, conforme já evidenciado nos exemplos das Depreciações Acelerada e Acelerada Incentivada, nota-se uma diferença de 8,33 pontos percentuais na ETR.

Esses exemplos evidenciam que a utilização de práticas tributárias afetam a ETR, pois estas sempre impactarão nos resultados efetivos de tributos sobre o lucro a pagar. Essa diferença se dá pelas diferenças entre a contabilidade societária e legislação tributária.

2.6. Proposições e Constructos Teóricos

Com base nos estudos apresentados neste capítulo, o Quadro 1 foi elaborado, objetivando orientar a formulação das proposições e constructos teóricos desta pesquisa.

Quadro 1 – Resumo das pesquisas realizadas sobre Teoria Contratual da Firma, Escolhas Contábeis, práticas tributárias e ETR

Autor(es)	Pesquisa	Evidências do estudo
Hagerman e Zmijewski (1979)	Pesquisa em Escolhas Contábeis	Revela que gestores são influenciados por motivações econômicas nas escolhas de padrões contábeis.
Watts e Zimmerman (1986, 1990)	Teoria positiva da contabilidade	Relação da Teoria da Firma com Teoria Contratual da Firma. Os contratos e custos tendem a ser diferentes de zero pelo processo do contrato e pelo processo político que determina uma regulação do governo nas atividades das empresas.
Watts (1992)	Teoria das Escolhas Contábeis	Conceitua escolhas contábeis.
Dhaliwal e Wang (1992)	Impacto das escolhas contábeis na tributação	Reforça o uso da Teoria Contratual da firma para questões tributárias. As empresas utilizaram escolhas contábeis para alterar a base de cálculo do AMT.
Boynton <i>et al.</i> (1992)	Impacto das escolhas contábeis na tributação	Utilizaram <i>accruals</i> discricionários para alterar a base de cálculo do AMT.
Bar-Yousef e Sen (1992)	Escolhas Contábeis e Gestão de Tributos	Os tributos são os principais responsáveis para as preferências conflitantes entre sócios e gestores. A escolha de uma política ótima de valoração de estoque seria a combinação entre o uso do PEPS e UEPS.
Scholes e Wolfson (1992)	Tributos e estratégia de negócios	Definem a mensuração da Taxa Tributária Efetiva (corrente ou total) como a taxa de despesa de impostos sobre a renda antes dos impostos da contabilidade financeira.
Sweeney (1994)	Impacto das escolhas contábeis na tributação	Há escolha contábil se: i) a administração possui flexibilidade na contabilidade; e ii) se os custos tributários significativos estão associados com mudanças contábeis.
Frankel e Trezevant (1994)	Avaliação de estoques e impacto tributário	Empresas que utilizam UEPS tendem a comprar estoques adicionais no final do ano para diminuir tributos em relação às que usam PEPS.
Jacob (1996)	Preço de Transferência e tributos	Uso do preço de transferência para redução global de tributos.
Hunt <i>et al.</i> (1996)	Impacto das escolhas contábeis na tributação	Gestores ajustam estoques e <i>accruals</i> para reduzir carga tributária.
Guenther <i>et al.</i> (1997)	Escolha de regime contábil para fins tributários e evidenciação.	O uso do regime de competência para efeitos fiscais leva as empresas a adiar a renda para fins das demonstrações financeiras.
Mills <i>et al.</i> (1998)	Investimento em Planejamento Tributário	Empresas que investem mais em pesquisas sobre gestão de tributos pagam menos tributos em relação às demais.
Janssen (2000)	ETR	Destaca que uma métrica pode conter falhas e destaca que a escolha do método de ETR depende da questão de pesquisa.
Fields <i>et al.</i> (2001)	Pesquisas em Escolhas	Insera a gestão de tributos no conceito de escolhas

	Contábeis	contábeis.
Dicicco (2002)	Críticas ao planejamento tributário	O impacto negativo do uso inadequado do planejamento tributário na arrecadação tributária dos EUA.
Gallo (2002)	Reorganização Societária e tributação	A reorganização societária como forma de planejamento tributário pode gerar economia tributária nas empresas.
Bauman <i>et al.</i> (2000)	Escolhas Contábeis Tributárias para Gerenciamento de Resultado	O uso de provisões de tributos sobre o ativo para Gerenciamento de Resultados.
Aarbu e Mackie-Mason (2003)	O uso da Depreciação para redução da tributação	A depreciação impacta na tributação das empresas, no entanto, existem empresas que subutilizam essa prática.
Rego (2003)	ETR	Constatou que as empresas maiores possuem ETRs maiores; e as empresas com grandes lucros, antes do imposto de renda, possuem ETR menores.
Mills e Newberry (2005)	Escolha Contábil Tributária para obtenção de crédito	Há relação entre escolha contábil tributária com obtenção de crédito.
Iudicibus e Lopes (2004)	Teoria avançada da contabilidade	Os indivíduos agem em função de seus interesses pessoais, procurando maximizar seu bem-estar.
Silva <i>et al.</i> (2004)	Reorganização Societária e tributação	A reorganização societária pode gerar economia tributária.
Adhikari <i>et al.</i> (2005)	Escolhas Contábeis para diminuição da carga tributária	As grandes empresas da Malásia com baixa tributação do imposto de renda, diminuíram o resultado por meio de escolhas contábeis para um menor pagamento de tributos.
Janssen (2005)	Taxa tributária efetiva e incentivo fiscal	A taxa tributária efetiva das empresas holandesas que utilizam incentivos fiscais não difere muito das taxas nominais.
Malaquias <i>et al.</i> (2007)	O uso do JSCP	O JSCP gera economia tributária para quem paga.
Formigoni (2008)	Incentivos fiscais e estrutura de capital	As empresas que utilizam o Incentivo Fiscal não possuem carga tributária menor que as que não utilizam.
Piqueras (2010)	Gerenciamento de Resultado como forma de Planejamento Tributário	Há relação das diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável (<i>book-tax differences</i>) e gerenciamento de resultados no Brasil.
Nishioka (2010)	Planejamento tributário na constituição e gestão de sociedades	A criação de novas empresas pode ser caracterizada como uma prática de planejamento tributário.
Hanlon e Heitzman (2010)	Análise pesquisas em material tributário	Apresentam o <i>Current ETR</i> como métrica para tentar capturar o <i>tax avoidance</i> . Apresentam que vários estudos já utilizaram a ETR como: Schmidt (2006), Dhaliwal <i>et al.</i> (2004), Dyreng <i>et al.</i> (2008), Gupta e Newberry (1997), Rego (2003), Wilson (2009).
Waegenaere e Wielhouwer (2011)	O uso da Depreciação para redução da tributação	As empresas utilizam a depreciação para redução do lucro tributável.

A partir do Quadro 1 e de outros estudos apresentados no referencial teórico, foram formadas as proposições que embasam a presente pesquisa. Segue Quadro 2 com as proposições formadas:

Quadro 2 – Proposições e Constructos Teóricos da Pesquisa

TEMA	PROPOSIÇÕES TEÓRICAS	CONSTRUCTOS
Teoria Contratual da Firma	Segundo Williamson (1985), a economia dos custos de transação caracteriza a natureza humana conforme é conhecida por referência à racionalidade limitada e ao oportunismo. O oportunismo caracteriza-se pela busca do autointeresse.	As empresas exploram o contrato em busca de aproveitamento de oportunidades em benefício próprio. Essa exploração se materializa sob a forma de práticas que afetam os custos do contrato.
	Segundo Watts e Zimmerman (1986), os contratos e custos tendem a ser diferentes de zero pelo processo do contrato e pelo processo político que determina uma regulação do governo nas atividades das empresas. Os procedimentos contábeis afetam esses custos em ambos os processos e, com isso, a empresa consegue controlar seu fluxo de caixa.	
Escolhas Contábeis	Segundo Watts e Zimmerman (1986), a contabilidade é parte de um conjunto de contratos (formais ou informais) da firma e as partes interessadas concordam de forma voluntária com um conjunto amplo de escolhas contábeis passíveis de serem aplicadas.	A legislação tributária pode ser entendida como um contrato que define as relações entre governo e contribuinte.
	Conforme Watts (1992) as escolhas dos procedimentos contábeis derivam de variáveis econômicas.	As práticas tributárias decorrem de Escolhas Contábeis feitas a partir da legislação tributária que objetivam a redução de tributos.
	Fields <i>et al.</i> (2001) apontam que Escolhas Contábeis correspondem a qualquer decisão cuja intenção primária é influenciar (seja na forma ou substância) o resultado do sistema contábil de um modo particular incluindo retornos de impostos.	
ETR	Hanlon e Heitzman (2010) defendem que esta medida captura a taxa média de imposto para cada unidade monetária de lucro, objetivando detectar se há práticas tributárias nas companhias, uma vez que a utilização de práticas tributárias bem estruturadas resulta em uma redução das taxas efetivas de tributos.	A ETR captura o efeito das práticas tributárias sobre o lucro e pode ser influenciada por uma prática específica ou por um conjunto de práticas combinadas.
	Janssen (2000) aponta que pode haver grandes diferenças entre as taxas de impostos e as taxas efetivas de impostos. Em geral, a ETR tende a ser abaixo da taxa de imposto.	
	Callihan (1994) e Shevlin (1999) destacam que a ETR objetiva: i) medir o impacto dos impostos sobre os incentivos para o	

	investimento; ii) indicar a carga tributária das empresas; e iii) mensurar as escolhas tributárias sobre as sociedades.	
	Segundo Rego (2003), as empresas maiores possuem ETRs maiores; as empresas com grandes lucros, antes do imposto de renda, possuem ETRs menores.	

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa possui: i) finalidade aplicada, uma vez que buscou apresentar se as práticas tributárias, elencadas neste estudo, são uma solução para redução da ETR das empresas; ii) profundidade descritiva, pois buscou evidenciar e interpretar os efeitos das práticas tributárias elencadas nas empresas pesquisadas; iii) dados de origem documental, em função da coleta de dados nas Demonstrações Financeiras Publicadas, extraídas do endereço eletrônico da CVM, bem como legislação tributária e estudos realizados na área tributária; iv) caráter transversal, uma vez que buscou evidenciar a ETR das empresas no período de 2009 e 2010, tendo em vista a obrigatoriedade da evidenciação da apuração dos tributos sobre o lucro a partir da publicação do CPC 32 em 17 de julho de 2009; e v) natureza quantitativa, pois buscou dar tratamento estatístico aos dados coletados (APPOLINÁRIO, 2004).

3.2 Desenho da pesquisa

O conhecimento científico resulta da investigação metódica e sistemática da realidade, delimitado pela necessidade de comprovação concreta. Transcende a fatos e fenômenos em si mesmos, analisa-os para descobrir suas causas e concluir sobre leis gerais que regem. Sendo assim, o método científico pode ser caracterizado como um conjunto de regras para observar fenômenos e inferir conclusões a partir de tais observações (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

Visando organizar o método e regras estabelecidas nesta pesquisa, segue a Figura 1:

Figura 1 - Desenho da pesquisa

Na Figura 1 observa-se que o contrato estabelecido entre empresa e governo é caracterizado pela legislação tributária e pelas normas de contabilidade, sob a ótica da Teoria Contratual da Firma, pois a partir do momento em que a empresa é obrigada a cumprir regras tributárias e normas contábeis por força de lei, e que o governo é quem fiscaliza e fornece em troca estrutura, nota-se a existência de uma relação contratual entre empresa e governo. A empresa, à medida que escolhe práticas tributárias (de Depreciação Acelerada, Depreciação Acelerada Incentivada, JSCP, Reorganização Societária e Incentivos Fiscais Federais), com base no contrato, sob a luz da Teoria das Escolhas Contábeis, visando alterar o sistema contábil de forma particular (Elisão Tributária), influencia o IRPJ e a CSLL e, consequentemente, impacta a ETR.

3.3 População e amostra

A população-alvo desta pesquisa é formada pelas empresas abertas do Brasil, referente aos dados dos anos de 2009 e 2010, extraídos do endereço eletrônico da CVM. O motivo da escolha das empresas abertas do Brasil deu-se em função da possibilidade de acesso às informações por meio dos Demonstrativos Financeiros Publicados a partir da vigência do CPC 32. Foram excluídas as empresas financeiras em razão de a legislação tributária possuir tratamento diferenciado destas empresas em relação às demais, o que pode acarretar em práticas tributárias e impactos diferentes.

No que se refere à amostra de pesquisados, Lakatos e Marconi (2001, p. 108) definem que existem dois tipos de amostragem: não probabilística e probabilística. A primeira caracteriza-se pelo não emprego de procedimentos aleatórios de seleção, não podendo ser objeto de certos tipos de tratamento estatístico. A segunda é estabelecida pela escolha aleatória dos pesquisados, em que a seleção se faz de forma que cada um deles tenha a mesma probabilidade de ser escolhido. Esta pesquisa terá amostra não probabilística.

A Tabela 6 apresenta a quantidade de empresas por setor, agrupadas conforme os critérios de classificação estabelecidos pela CVM:

Tabela 6 - Quantidade de empresas abertas no Brasil por setor (excluindo as empresas financeiras) – 2009 e 2010

Setor	Número de Empresas	
	2009	2010
Agronegócio	11	11
Alimentos	18	18
Bens de Consumo	13	13
Comércio (Atacado e Varejo)	23	22
Comunicação e Tecnologia	8	8
Construção Civil	45	43
Energia	70	70
Gráfica e Editoras	1	1
Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	27	26
Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	40	37
Papel e Celulose	6	6
Petroquímica e Borracha	24	23
Saneamento	7	7
Serviços	22	21
Telecomunicações	31	30
Têxtil e Vestuário	30	30
Transporte e Logística	38	37
TOTAL	414	403

FONTE: adaptado da CVM (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2011)

Em cada um dos anos, foram excluídas as empresas para as quais não constavam os dados do LAIR, de acordo com o que foi publicado no endereço eletrônico da CVM. Além disso, excluíram-se as empresas com ETR acima de um (dados atípicos) (HAIR *et al.*, 2005). Essa exclusão deu-se em função da média do setor, pois as ETRs médias ponderadas variaram de 0,013 a 0,0217 em 2009 e de 0,005 a 0,305 em 2010, portanto valores acima de um comprometiam a análise.

Sendo assim, a seguinte quantidade de empresas compôs a amostra:

Tabela 7 – Amostra das empresas abertas no Brasil por setor – 2009 e 2010

Setor	Número de Empresas	
	2009	2010
Agronegócio	1	4
Alimentos	12	9
Bens de Consumo	5	7
Comércio (Atacado e Varejo)	15	18
Comunicação e Tecnologia	4	5
Construção Civil	32	34
Energia	56	60
Gráfica e Editoras	1	1
Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	14	19
Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	22	28
Papel e Celulose	6	4
Petroquímica e Borracha	6	10
Saneamento	6	5
Serviços	13	10
Telecomunicações	16	18
Têxtil e Vestuário	18	18
Transporte e Logística	23	22
TOTAL	250	272

3.4 Variáveis e definições operacionais

Variável, para Moraes (2003), configura-se como qualquer característica mensurável ou descritível do objeto alvo de investigação e pode ser classificada como: nominal (objetiva identificar); ordinal (objetiva identificar e ordenar); discreta (corresponde a uma contagem) ou contínua (corresponde a uma medida). Já em relação à posição, uma variável pode ser classificada como: dependente, independente ou interveniente.

Na presente pesquisa foram relacionadas as seguintes variáveis:

- (a) variáveis independentes - práticas tributárias: constantes no referencial teórico da presente pesquisa:
- i. depreciação acelerada (DA);
 - ii. depreciação acelerada incentivada (DAI);
 - iii. juros sobre capital próprio (JSCP);
 - iv. reorganização societária (RS);
 - v. incentivos fiscais federais que influenciam o IRPJ e a CSLL (Incentivos Fiscais - IF).
- (b) variável dependente - Taxa Tributária Efetiva: que será calculada pela razão entre a soma das despesas com IRPJ e CSLL e o LAIR para o período da análise.

$$Effective\ Tax\ Rate\ (ETR) = \frac{IRPJ/CSLL\ correntes}{Lucro\ Antes\ do\ Imposto\ de\ Renda\ (LAIR)}$$

No modelo estatístico, as variáveis independentes foram utilizadas na forma de *dummy*, ou seja, 1 para SIM (escolheu a prática) e 0 para NÃO (não escolheu a prática).

Conforme mencionado no referencial teórico desta pesquisa, essa medida (ETR) pode ser encontrada nos estudos realizados por Schmidt (2006), Dhaliwal *et al.* (2004), Dyreng *et al.* (2008), Gupta e Newberry (1997), Rego (2003), Wilson (2009), os autores a utilizam para detectar se há práticas tributárias nas companhias, uma vez que uma gestão tributária bem estruturada acarreta uma redução das taxas efetivas de tributos. Hanlon e Heitzman (2010), especificamente, citam a utilização da ETR em pesquisas tributárias como ferramenta de mensuração da elisão fiscal (*tax avoidance*).

Tang (2006) afirma que é difícil prever se uma ETR é baixa em função de uma gestão tributária, uma vez que podem existir incentivos fiscais. No entanto, na presente pesquisa, o incentivo fiscal é parte constante das práticas tributárias analisadas e, conforme demonstrado no referencial teórico, os incentivos brasileiros do IRPJ e da CSLL impactam diretamente na ETR.

3.5 Procedimento de coleta de dados

Para Lakatos e Marconi (2001, p. 107), as técnicas de coleta de dados se dividem em duas grandes partes: documentação indireta e documentação direta. Essa última conta com diversos tipos de instrumentos, tais como: entrevistas, testes, questionários etc.

A presente pesquisa utilizou a documentação direta, pois coletou dados das Demonstrações Financeiras Publicadas para tratamento estatístico de dados. Foram utilizadas as Demonstrações Financeiras da controladora, pois, nos demonstrativos consolidados, podem constar empresas coligadas ou controladas optantes pelo Lucro Presumido, o que pode acarretar em distorções no resultado.

Os seguintes dados das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas publicadas no ano de 2010 (evidenciação 2010 e 2009) foram coletados:

- a) Lucro antes do Imposto de Renda (LAIR) (valores nominais em reais da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE);
- b) IRPJ e CSLL corrente (valores nominais em reais da DRE);
- c) adoção do JSCP (menção do pagamento de JSCP nas Notas Explicativas – SIM ou NÃO);
- d) adoção de Reorganização Societária (fusão, cisão, incorporação e aquisição) – (menção da utilização de Reorganização Societária nas Notas Explicativas – SIM ou NÃO);
- e) adoção da Depreciação Acelerada (menção da utilização de Depreciação Acelerada nas Notas Explicativas – SIM ou NÃO);
- f) adoção da Depreciação Acelerada Incentivada (menção da utilização de Depreciação Acelerada Incentivada nas Notas Explicativas – SIM ou NÃO); e
- g) utilização de Incentivos Fiscais Federais do IRPJ e CSLL (menção da utilização de incentivo(s) fiscal(is) nas Notas Explicativas – SIM ou NÃO).

A partir do CPC 32, que trata de Tributos sobre o Lucro, as empresas passaram a divulgar informações da apuração do IRPJ e da CSLL com mais detalhes, o que possibilitou a coleta dos dados. Segundo o pronunciamento, as entidades devem contabilizar as consequências fiscais das transações e de outros eventos da mesma maneira como elas contabilizam as próprias transações e outros eventos. Assim, para as transações e outros eventos reconhecidos

no resultado, quaisquer efeitos fiscais relacionados também são reconhecidos no resultado. Para transações e outros eventos reconhecidos fora do resultado (em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido), quaisquer efeitos fiscais relacionados também são reconhecidos fora do resultado (em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido). Sendo assim, ficam evidenciados todos os efeitos fiscais na apuração do IRPJ e da CSLL, tanto os reconhecidos no resultado quanto aqueles não reconhecidos no resultado. Essa evidenciação auxiliou a coleta dos dados, pois foi possível observar todas as variáveis que compõem a apuração do IRPJ e da CSLL corrente e, conseqüentemente, o que impacta na ETR, pois alguns valores não reconhecidos no resultado impactam o IRPJ e a CSLL, mas não impactam o LAIR, como por exemplo: alguns incentivos fiscais federais do IRPJ e da CSLL.

Para uma melhor caracterização conceitual do IRPJ e da CSLL corrente e IRPJ e CSLL total, o próprio CPC 32, no item 5, traz uma definição de ambos:

Tributo corrente: o valor do tributo sobre o lucro devido (recuperável) com relação ao lucro tributável do período.

Despesa tributária: é o valor total incluído na determinação do lucro ou prejuízo para o período relacionado com o tributo sobre o lucro corrente ou diferido. A despesa tributária compreende a despesa tributária corrente e a despesa tributária diferida. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 32: Tributos sobre o Lucro, 2009, p. 4, grifos nossos)

Ainda no CPC 32, na parte que trata das evidenciações, no item 81, é mencionada a necessidade de evidenciação da alíquota média efetiva de forma separada:

81. O que segue também deve ser evidenciado separadamente: [...] c) uma explicação do relacionamento entre a despesa (receita) tributária e o lucro contábil em uma ou em ambas as seguintes formas: (i) uma reconciliação numérica entre despesa (receita) tributária e o produto do lucro contábil multiplicado pelas alíquotas aplicáveis de tributos, evidenciando também as bases sobre as quais as alíquotas aplicáveis de tributos são computadas; ou (ii) uma reconciliação numérica entre a alíquota média efetiva de tributo e a alíquota aplicável, divulgando também a base sobre a qual a alíquota aplicável de tributo é computada. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 32: Tributos sobre o Lucro, 2009, p. 34)

O item 86 do referido pronunciamento explica o que é alíquota média efetiva: “A alíquota média efetiva de tributos é a despesa (receita) tributária dividida pelo lucro contábil.”

Segue exemplo ilustrativo constante do Apêndice B – Exemplos Ilustrativos – do CPC 32 em relação à evidenciação tributária:

Despesa Tributária Corrente		
	\$	\$
	X5	X6
Lucro contábil	8.775	8.740
<i>Adições</i>		
Depreciação para fins contábeis	4.800	8.250
Doações para caridade	500	350
Multa por poluição ambiental	700	-
Custos de desenvolvimento de produto	250	250
Benefícios de Plano de Saúde	2.000	1.000
	<u>17.025</u>	<u>18.590</u>
<i>Exclusões</i>		
Depreciação para fins fiscais	(8.100)	(11.850)
Lucro tributável	<u>8.925</u>	<u>6.740</u>
Despesa fiscal corrente a 40%	<u>3.570</u>	
Despesa fiscal corrente a 35%		<u>2.359</u>

Ilustração 1 - Exemplo Ilustrativo do CPC 32

FONTE: Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 32 (2011)

Com base no exemplo ilustrativo acima, segue outro exemplo extraído das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis da empresa Marcopolo S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Conciliação				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	389.420	164.686	441.957	190.773
Aliquota nominal - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
	<u>132.403</u>	<u>55.993</u>	<u>150.265</u>	<u>64.863</u>
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(38.476)	(885)	(2.410)	(697)
Incentivo fiscal PDI (*)	(10.858)	(4.591)	(10.858)	(4.591)
Participação dos administradores	(1.768)	(1.888)	(1.768)	(1.888)
Recuperação de IRPJ/CS (**)	4.321	(10.289)	5.473	(10.289)
IR/CS sobre resultados no Exterior	2.967		2.967	
Outras adições (exclusões)	4.783	3.665	(47)	1.272
Adições e exclusões temporárias				
Prejuízos fiscais			<u>2.581</u>	<u>13.711</u>
	<u>93.372</u>	<u>42.005</u>	<u>146.203</u>	<u>62.381</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(80.174)	(10.708)	(134.562)	(47.010)
Diferido	<u>(13.198)</u>	<u>(31.297)</u>	<u>(11.641)</u>	<u>(15.371)</u>
	<u>93.372</u>	<u>42.005</u>	<u>146.203</u>	<u>62.381</u>
(*) Incentivo - Programa de desenvolvimento industrial				
(**) Impostos sobre provisões tributárias				

Ilustração 2 - Apuração do IRPJ e da CSLL da empresa Marcopolo S.A. – 2009 e 2010

FONTE: COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM (2011)

Observa-se, a partir da apuração do IRPJ e da CSLL da empresa Marcopolo, a evidenciação do LAIR e do IRPJ e da CSLL correntes. Com esses dados é possível calcular a ETR. Nota-

se, também, que, em determinadas evidenciações da apuração do IRPJ e da CSLL, conforme exemplo acima, podem ser observadas as escolhas das práticas tributárias, como o incentivo fiscal.

3.6 Tratamento dos dados

Antes da apresentação do modelo estatístico utilizado neste estudo, alguns ajustes foram realizados para que os resultados fossem os mais fidedignos possíveis. Esses ajustes serão apresentados a seguir de acordo com as observações feitas ao longo dos testes estatísticos realizados.

O ajuste realizado foi em relação aos prejuízos fiscais. Conforme evidenciado no exemplo acima, os prejuízos fiscais devem ser apresentados. Sendo assim, para não haver distorção nos resultados, este prejuízo fiscal foi desconsiderado, ou seja, o IRPJ e a CSLL foram recalculados sobre a base de cálculo sem a compensação dos prejuízos fiscais. Esse procedimento foi adotado visto que tanto podem existir empresas que possuem prejuízos fiscais a serem compensados, como podem existir empresas na amostra que não possuem prejuízos fiscais, o que pode influenciar a ETR de forma desproporcional. Segue Tabela 8 com um exemplo do cálculo realizado:

Tabela 8 – Ajuste do IRPJ e da CSLL nas empresas com prejuízos fiscais

	Original	Ajustado
LAIR	600.000	600.000
Adições/Exclusões	(100.000)	(100.000)
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL:	500.000	500.000
Prejuízo fiscal a compensar (30% da base de cálculo):	150.000	
Base de cálculo final do IRPJ e da CSLL:	350.000	500.000
IRPJ e CSLL	95.000	146.000
ETR	15,83%	24,33%

As companhias que omitiram, nas Notas Explicativas, a escolha de alguma prática elencada nesta pesquisa, ficando em desacordo com o que preconiza o CPC 32, para efeito da análise, foram consideradas como se a companhia não tivesse adotado a prática. Destaca-se que, se

fosse prática relevante, com reflexos no IRPJ e na CSLL, de acordo com as normas de auditoria, estas deveriam ser evidenciadas e mencionadas nas Notas Explicativas.

Após a coleta e tabulação dos dados, observou-se que menos de 2,94% das empresas, nos anos de 2009 e 2010, evidenciaram nas Notas Explicativas a escolha pela utilização da Depreciação Acelerada e/ou da Depreciação Acelerada Incentivada. Sendo assim, essas variáveis foram retiradas para análise estatística dos dados, por não haver nenhuma relevância para o modelo. Cabe ressaltar que foram realizados testes considerando as empresas supracitadas excluídas da amostra, no entanto, os resultados não foram significativos.

Na pesquisa realizada por Hunt *et al.* (1996), apresentada anteriormente, da mesma forma como realizado nesta tese, foi utilizado um conjunto de práticas tributárias (avaliação do estoque, *accruals* correntes e depreciação) para analisar os efeitos destas na carga tributária. No entanto, as empresas evidenciaram a utilização de depreciação, mas não foi observado, nos resultados, o impacto da depreciação para redução de tributos. Esse resultado demonstra que a depreciação pode ser uma variável irrelevante para os resultados. Outro estudo que corrobora com a afirmação é o de Aarbu e Mackie-Mason (2003), apresentado anteriormente, no qual os autores constataram que muitas empresas não têm a pretensão de utilizar todas as possibilidades de deduções permitidas para depreciação para fins fiscais.

Para analisar os efeitos que as práticas de tributação do IRPJ e da CSLL, escolhidas pelas companhias abertas do Brasil, exercem sobre a ETR, utilizou-se o Modelo Geral Linear. Este modelo combina a regressão e a ANOVA em sua análise e possui algumas suposições. Uma delas se refere à normalidade da variável dependente (neste caso, a ETR). Esse mesmo modelo foi utilizado na pesquisa de Rego (2003) e Formigoni (2008). Segue fórmula do modelo: $Y = XB + U$, dado que: $Y_{n \times k}$ $X_{n \times r}$ são matrizes onde as colunas são variáveis aleatórias; $B_{r \times k}$ é uma matriz de parâmetros estimáveis; e $U_{n \times k}$ é uma matriz de erros normalmente assumida como possuindo distribuição normal multivariada.

O Modelo Geral Linear foi escolhido, pois correspondeu aos pré-testes realizados, cumprindo previamente os objetivos propostos nesta pesquisa, e também por sua utilização por outros autores como Rego (2003) e Formigoni (2008) que realizam estudo com variáveis e dados semelhantes aos desta pesquisa.

Usando o teste de Kolmogorov-Smirnov, testou-se a normalidade da ETR para os anos de 2009 e 2010 separadamente (HAIR *et al.*, 2005). Este teste mostrou que a ETR não possui distribuição normal em nenhum dos anos, o que poderia dificultar a interpretação dos resultados. Desta forma, para se evitar vieses na análise, optou-se por analisar os anos de 2009 e 2010 separadamente e confrontar seus resultados. Essa prática também evitou a “sobreposição” de empresas que fazem parte da amostra nos dois anos.

Para cada modelo avaliado, também se testou a homogeneidade da variância (homocedasticidade), através do teste de Levene (HAIR *et al.*, 2005). O teste de Levene mostrou a existência de heterocedasticidade em todos os casos, ou seja, as matrizes de variância não são iguais nos grupos das variáveis independentes. Com isto, testaram-se transformações da variável ETR que não foram frutíferas. Desta forma, optou-se por manter a ETR em sua forma original e utilizar a confrontação dos resultados em cada ano como uma forma de avaliar a estabilidade dos resultados.

Após os testes preliminares apresentados anteriormente, observou-se a necessidade de criar diversos modelos, a partir do Modelo Geral Linear, com o propósito de analisar o efeito das práticas tributárias em conjunto, individualmente e combinadas em si, sobre a ETR, bem como a média da ETR por setor e se empresas de setores diferentes, com práticas tributárias diferentes, poderiam ter ETRs também diferentes. Os modelos estão apresentados a seguir:

- **Modelo 1:** $ETR = a * \text{grupos de práticas tributárias (2 níveis)}$

Onde:

$ETR = \text{IRPJ/CSLL correntes} \div \text{LAIR}$

a = coeficiente da equação estimado pelo modelo

grupos de práticas 1 = adota ao menos uma prática elencada na pesquisa

grupos de práticas 2 = não adota prática elencada na pesquisa.

O Modelo 1 avalia se as empresas que não escolheram a utilização de práticas tributárias, elencada nesta pesquisa, possuem ETR diferente das que escolheram utilizar pelo menos uma prática tributária, elencada nesta pesquisa.

- **Modelo 2:** $ETR = a * \text{grupos de práticas (8 níveis)}$

Onde:

$$ETR = IRPJ/CSLL \text{ correntes} \div LAIR$$

a = coeficiente da equação estimado pelo modelo

grupos de práticas 1 = nenhuma prática

grupos de práticas 2 = somente Juros sobre o Capital Próprio (JSCP)

grupos de práticas 3 = somente Reorganização Societária (RS)

grupos de práticas 4 = somente Incentivos Fiscais (IF)

grupos de práticas 5 = JSCP e RS

grupos de práticas 6 = JSCP e IF

grupos de práticas 7 = RS e IF

grupos de práticas 8 = JSCP, RS e IF (todas as práticas).

Já o Modelo 2 avalia as diferenças na ETR com relação a oito grupos de empresas: (1) as que não escolheram utilizar prática; (2) as que escolheram utilizar somente JSCP; (3) as que escolheram utilizar somente RS; (4) as que escolheram utilizar somente IF; (5) as que escolheram utilizar JSCP e RS; (6) as que escolheram utilizar JSCP e IF; (7) as que escolheram utilizar RS e IF; e (8) aquelas que escolheram utilizar três práticas (JSCP, RS e IF).

- **Modelo 3:** $ETR = a * \text{setor}$

Onde:

$$ETR = IRPJ/CSLL \text{ correntes} \div LAIR$$

a = coeficiente da equação estimado pelo modelo

setor = setores elencados na pesquisa.

O Modelo 3, por outro lado, avalia se empresas de setores diferentes podem ter ETRs diferentes independentemente das práticas tributárias escolhidas.

- **Modelo 4:** $ETR = a * \text{grupos de práticas (8 níveis)} + b * \text{setor} + c * \text{setor} * \text{práticas}$

Onde:

$$ETR = IRPJ/CSLL \text{ correntes} \div LAIR$$

a = coeficiente da equação estimado pelo modelo

grupos de práticas 1 = nenhuma prática

grupos de práticas 2 = somente JSCP

grupos de práticas 3 = somente RS

grupos de práticas 4 = somente IF

grupos de práticas 5 = somente JSCP e RS

grupos de práticas 6 = somente JSCP e IF

grupos de práticas 7 = somente RS e IF

grupos de práticas 8 = JSCP, RS e IF (todas as práticas)

b = coeficiente da equação estimado pelo modelo

setor = setores elencados na pesquisa

c = coeficiente da equação estimado pelo modelo.

O Modelo 4 combina os efeitos das práticas (em oito níveis), do setor e o efeito combinado entre eles na ETR.

Todos os modelos foram testados uma segunda vez ponderando pelo ativo total da empresa, uma vez que esta poderia ser uma variável importante para a análise, pois, conforme observado na pesquisa de Rego (2003), o porte da empresa influencia a ETR; assim como na pesquisa de Hagerman e Zmijewski (1979) na qual os autores afirmam que o tamanho da empresa motiva a escolha de gestores nos padrões de contabilidade.

Para o cálculo do *General Linear Model* (GLM) ponderado foi utilizado o ativo de cada empresa na ponderação. As equações não mudam, o que muda é a forma de calcular os coeficientes “a”, “b”, “c” das equações, ou seja, foram dados pesos diferentes de acordo com o ativo total. Não foi realizada a análise individualizada por setor e porte em função do baixo número de empresas em alguns setores e portes.

Estas oito análises, ou seja, duas análises para cada modelo (uma com ponderação do ativo, outra sem a ponderação do ativo) foram avaliadas separadamente para os anos de 2009 e 2010 e seus resultados confrontados.

Para avaliar cada modelo, utilizou-se a significância dos coeficientes (nível de significância de 0,10) e o valor do R-quadrado (HAIR *et al.*, 2005).

3.7 Sub-hipóteses formuladas

Conforme mencionado na seção anterior, com o propósito de analisar o efeito das práticas tributárias sobre a ETR: em conjunto, individualmente e combinadas em si, bem como mensurar a média da ETR por setor e observar se o setor, as práticas tributárias, ou ambos combinados impactam a ETR de forma diferente, foram criados quatro modelos. Esses quatro modelos foram testados individualmente nos anos de 2009 e 2010, sem ponderação pelo porte e com ponderação pelo porte. Sendo assim, a partir da H_0 criada de que as empresas que escolhem determinadas práticas tributárias sobre o lucro apresentam ETR inferior às demais; e a partir da criação dos Modelos 1 e 2 ponderados e não ponderados, foram criadas duas sub-hipóteses:

H_1 : as empresas que empregam ao menos uma prática tributária do IRPJ e da CSLL elencada na pesquisa apresentam ETR inferior às que não empregam nenhuma prática (Modelo 1).

H_2 : as empresas que empregam uma prática tributária ou conjunto de práticas tributárias do IRPJ e da CSLL elencada na pesquisa apresentam ETR inferior às que não empregam nenhuma prática (Modelo 2).

Delineados todos os procedimentos metodológicos, serão apresentados, na próxima parte, os resultados da pesquisa, bem como a sua análise.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta parte, após a análise descritiva da amostra pesquisada, serão apresentados e analisados os resultados da aplicação do Modelo Geral Linear, conforme especificado no capítulo 3.

4.1 Análise descritiva

Foram analisadas 250 empresas no ano de 2009 e 272 empresas no ano de 2010. A seguir será apresentada a distribuição por setor de atividade e ativo total em cada ano. Essa evidenciação se faz presente, pois se constatou que o porte da empresa pode impactar nos resultados, como será apresentado ao longo do tratamento dos dados. Segue Tabela 9 com número de empresas por setor e ativo total médio do setor.

Tabela 9 – Empresas pesquisadas – 2009 e 2010

Setor de atividade	2009		2010	
	Nº de empresas	Ativo total médio do setor*	Nº de empresas	Ativo total médio do setor*
Agronegócio	1	10.470.509	4	3.927.190
Alimentos	12	2.968.897	9	2.779.350
Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	5	8.633.693	7	6.857.419
Comércio (Atacado e Varejo)	15	26.042.162	18	24.057.304
Comunicação e Tecnologia	4	746.518	5	918.444
Construção Civil	32	1.771.049	34	2.403.449
Energia	56	4.705.157	60	6.228.319
Gráficas e Editoras	1	529.484	1	609.418
Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	14	2.221.935	19	1.971.566
Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	22	16.927.743	28	22.499.449
Papel e Celulose	6	10.228.052	4	15.099.503
Petroquímicos e Borracha	6	57.630.368	10	50.832.245
Saneamento, Serviço de Água e Gás	6	6.558.293	5	8.354.033
Serviços	13	1.973.803	10	3.134.582
Telecomunicações	16	8.920.894	18	9.114.462
Têxtil e Vestuário	18	735.156	18	704.188
Transporte e Logística	23	1.931.608	22	1.928.230
Total	250	7.518.589	272	9.230.926

* em milhares de reais

Observando a Tabela 9 constata-se que o setor com maior representatividade em número de empresas na amostra, tanto em 2009 como em 2010, é o setor de energia, seguido pelo da

construção civil. No setor de gráficas e editoras há apenas uma empresa em 2009 e 2010, já no de agronegócio há uma empresa em 2009 e quatro em 2010. O setor com maior ativo total em 2009 e 2010, em função do número de empresas, foi o de agronegócio (1 empresa); e o de menor ativo, em função do número de empresas, foi o de têxtil e vestuário (18 empresas).

A distribuição por práticas tributárias escolhidas dentre as empresas analisadas é evidenciada na Tabela 10, conforme segue:

Tabela 10 – Distribuição por prática ou grupo de práticas tributárias escolhidas – 2009 e 2010

Práticas Tributárias	2009		2010	
	Nº de empresas	% de empresas	Nº de empresas	% de empresas
nenhuma prática	79	31,6	89	32,7
somente JSCP	28	11,2	24	8,8
somente RS	26	10,4	26	9,6
somente IF	47	18,8	42	15,4
somente JSCP e RS	10	4,0	18	6,6
somente JSCP e IF	37	14,8	40	14,7
somente RS e IF	9	3,6	16	5,9
JSCP, RS e IF	14	5,6	17	6,3
Total	250	100	272	100

Na Tabela 10 observa-se que 31,6% das empresas pesquisadas em 2009 e 32,7% das pesquisadas em 2010 não adotavam nenhuma das práticas tributárias elencadas nesta pesquisa. Pode-se verificar que o número de empresas que não utilizam nenhuma prática tributária permaneceu praticamente o mesmo nos dois anos analisados (em relação ao número total de empresas da amostra), pois houve um aumento de 1,1 pontos percentuais. No entanto, em números totais (considerando o total de empresas da amostra), nota-se que quase um terço das empresas analisadas não adota nenhuma prática tributária elencada no estudo. Por outro lado, as empresas que escolheram adotar todas as práticas tributárias destacadas na análise, tanto em 2009 como em 2010, não chegam a 6,5%. Este fato pode ser acarretado pela impossibilidade de algumas empresas apurarem JSCP, por terem Patrimônio Líquido negativo, ou não escolheram fazer qualquer tipo de reorganização societária ou utilização de incentivos fiscais. Portanto, a percentual de 6,5%, que representa as empresas com adoção de todas as práticas tributárias elencadas no estudo, pode não ser relevante para efeito da análise, pois podem existir impossibilidades de adoção de práticas tributárias; por outro lado, pode ser relevante à medida que pode ser observado se aquelas que empregam todas as práticas tributárias possuem ETR inferior àquelas que empregam duas, uma ou nenhuma prática tributária.

Fica evidente na Tabela 10 uma predominância de empresas, 68,4% em 2009 e 67,3% em 2010, que escolheram adotar alguma prática tributária ou conjunto de práticas tributárias elencadas no estudo. Este fato demonstra que as empresas estão fazendo escolhas de práticas tributárias, mas estas escolhas estão afetando a ETR de forma diferente das que não escolheram adotar nenhuma prática tributária dentre as elencadas na análise?

4.2 Análise dos efeitos das práticas tributárias sobre a ETR das empresas

- Modelo 1 - ETR média em função da adoção de práticas tributárias

Primeiramente foram separadas as empresas em dois grupos: i) aquelas que escolheram pelo menos uma prática tributária; e ii) aquelas que escolheram não utilizar nenhuma dentre as práticas tributárias. Em seguida, foi utilizado o Modelo Geral Linear para verificar se as empresas que não adotavam nenhuma das práticas tributárias elencadas nesta pesquisa possuem ETR significativamente diferente das demais (Modelo 1).

Por meio deste teste, constatou-se, em 2009, que as empresas que escolheram não utilizar nenhuma prática tributária, têm ETR média de 0,071 (com desvio padrão de 0,114 e *p-value* na equação inferior a 0,001); e aquelas que escolheram pelo menos uma prática tributária possuem média de 0,137 (com desvio padrão de 0,150 e *p-value* na equação inferior a 0,001). O R-quadrado ficou em 0,428, indicando que 42,8% da variância em ETR pode ser explicada pela prática ou conjunto de práticas escolhidas. O teste *Least Square Difference* (LSD), realizado posteriormente, mostra uma diferença estatisticamente significativa (*p-value* de 0,019) entre as médias dos dois grupos. Da mesma forma, no ano de 2010, constatou-se que as empresas que não adotam nenhuma prática tributária, dentre as elencadas no estudo, têm média de ETR de 0,074 (com desvio padrão de 0,137 e *p-value* na equação inferior a 0,001); e aquelas que adotam ao menos uma prática tributária possuem média 0,122 (com desvio padrão de 0,134 e *p-value* na equação inferior a 0,001). O R-quadrado ficou em 0,395, indicando que 39,5% da variância na ETR pode ser explicada pela prática tributária. O teste LSD, realizado posteriormente, mostra uma diferença estatisticamente significativa (*p-value* de 0,006) entre as médias dos dois grupos. Segue Tabela 11 com os resultados:

Tabela 11 – ETR média em função da adoção de práticas tributárias – 2009 e 2010

Práticas Tributárias	2009			2010		
	%ETR		<i>p-value</i>	%ETR		<i>p-value</i>
	Média	Desvio padrão		Média	Desvio padrão	
nenhuma prática	0,071	0,114	<0,001	0,074	0,137	<0,001
ao menos uma prática	0,137	0,150	<0,001	0,122	0,134	<0,001
R-quadrado	0,428			0,395		

Observa-se na Tabela 11 que a variação do grupo “nenhuma prática” de 0,071 em 2009 para 0,074 em 2010, e a variação do grupo “ao menos uma prática” de 0,137 em 2009 para 0,122 em 2010 foram pequenas. Deste modo, esse resultado revela que as escolhas realizadas pelas empresas não foram significativamente diferentes entre os anos, pois as médias de 2009 e 2010 são próximas.

Sendo assim, constatou-se que as empresas que adotam pelo menos uma prática tributária possuem ETR maior do que as que não adotam nenhuma prática tributária tanto no ano de 2009, quanto no ano de 2010, ou seja, os resultados são similares entre os anos. Com esses resultados, nota-se que a H_1 formulada nesta pesquisa, de que as empresas que empregam ao menos uma prática tributária do IRPJ e da CSLL elencada na pesquisa apresentam ETR inferior às que não empregam nenhuma prática foi refutada.

No entanto, ao analisar os bancos de dados, observa-se que existem disparidades de ETR em relação à diferença de porte das empresas (Ativo Total). Por exemplo: no ano de 2010 a empresa LLX Logística S/A (excluída da amostra) teve uma ETR de 4,52, com um Ativo Total de R\$ 968.230, já a empresa Gerda S/A teve uma ETR de 0,006 com um Ativo Total de R\$ 23.588.992. Sendo assim, foi utilizado, alternativamente, o mesmo modelo, mas fazendo-se uma ponderação pelo ativo total de cada empresa na tentativa de se encontrar resultados diferentes.

- Modelo 1 – ETR média em função da adoção de práticas tributárias - ponderado pelo porte

Quando é realizada uma ponderação pelo ativo total (conforme explicado na seção 3.6), no ano de 2009, verifica-se que as empresas que escolheram não utilizar nenhuma prática tributária possuem ETR média de 0,217 (com erro padrão de 0,015), enquanto que as que escolheram adotar ao menos uma prática tributária possuem média para a ETR de 0,140 (com

erro padrão de 0,008). O *p-value* para o LSD de comparação entre os dois grupos foi inferior a 0,001, indicando diferenças estatisticamente significativas entre eles. No ano de 2010, observa-se o mesmo comportamento, pois a ETR média das empresas que não adotam “nenhuma prática” foi de 0,189 (com erro padrão de 0,019), enquanto que as que adotam ao menos uma prática tributária possuem ETR média de 0,123 (com erro padrão de 0,009). O *p-value* para o LSD de comparação entre os dois grupos foi de 0,002, também indicando diferenças estatisticamente significativas entre eles.

Assim, quando é realizada uma ponderação pelo ativo total, observa-se que as empresas que escolhem ao menos uma prática tributária possuem ETR inferior à das que escolhem não adotar nenhuma prática tributária. Segue Tabela 12 para melhor visualização:

Tabela 12 - ETR média em função da adoção de práticas tributárias – ponderada – 2009 e 2010

Práticas Tributárias	2009			2010		
	%ETR		<i>p-value</i>	%ETR		<i>p-value</i>
	Média	Desvio padrão		Média	Desvio padrão	
nenhuma prática	0,217	0,015	<0,001	0,189	0,019	<0,001
ao menos uma prática	0,140	0,008	<0,001	0,123	0,009	<0,001

Esse resultado demonstra que o porte da empresa influencia os resultados da análise, indicando que o porte é variável relevante para explicação das escolhas das práticas tributárias e seu respectivo efeito na ETR. Considerando este modelo, ou seja, apenas dois níveis (adota ao menos uma prática; não adota nenhuma), e fazendo uma ponderação pelo Ativo Total, nota-se que a H_1 formulada nesta pesquisa, de que as empresas que empregam ao menos uma prática tributária do IRPJ e da CSLL elencada na pesquisa apresentam ETR inferior às que não empregam nenhuma prática, não foi refutada.

Observa-se, da mesma forma encontrada no Modelo 1 sem ponderação pelo ativo, que a variação de um ano para o outro foi pequena em ambas as situações, evidenciando que as escolhas realizadas pelas empresas não foram diferentes.

- Modelo 2 - ETR média em função da adoção de prática ou conjunto de práticas tributárias

Para analisar os possíveis efeitos da escolha de alguma prática tributária ou grupo de práticas tributárias em específico sobre a ETR, as empresas foram divididas em oito grupos:

- Grupo 1. nenhuma prática (N=79)
 Grupo 2. somente JSCP (N = 28)
 Grupo 3. somente RS (N= 26)
 Grupo 4. somente IF (N= 47)
 Grupo 5. somente JSCP e RS (N= 10)
 Grupo 6. somente JSCP e IF (N= 37)
 Grupo 7. somente RS e IF (N= 9)
 Grupo 8. JSCP, RS e IF (N=14).

Com esta divisão testou-se o GLM de forma a verificar a existência de diferenças nas ETRs dos grupos. Utilizou-se a ETR como variável dependente e uma variável de grupo (divisão acima) como variável independente (Modelo 2). Os resultados da análise são demonstrados na Tabela 13.

Tabela 13 – ETR média pela adoção de prática ou conjunto de práticas tributárias – 2009 e 2010

Práticas Tributárias	2009			2010		
	%ETR		<i>p-value</i>	%ETR		<i>p-value</i>
	Média	Desvio padrão		Média	Desvio padrão	
somente JSCP e IF	0,206	0,138	< 0,001	0,189	0,111	< 0,001
JSCP, RS e IF	0,135	0,102	< 0,001	0,151	0,118	< 0,001
somente JSCP e RS	0,134	0,107	0,002	0,092	0,109	0,003
somente IF	0,133	0,17	< 0,001	0,103	0,141	< 0,001
somente JSCP	0,133	0,148	< 0,001	0,187	0,171	< 0,001
somente RS	0,086	0,157	0,002	0,027	0,071	0,276
nenhuma prática	0,071	0,114	< 0,001	0,074	0,137	< 0,001
somente RS e IF	0,049	0,091	0,281	0,066	0,101	0,039
R-quadrado	0,465			0,470		

Na Tabela 13 constata-se que o R-quadrado ficou em 0,465, em 2009 e 0,470 em 2010, indicando que 46,5% da variância na ETR em 2009 e 47% da variância na ETR em 2010 podem ser explicadas pelas práticas tributárias elencadas (às exceções para “somente RS e IF” cujo *p-value* foi superior a 0,05 em 2009 e “somente RS” cujo *p-value* foi superior a 0,05 em 2010).

O teste LSD, realizado posteriormente, mostrou que, no ano de 2009, as empresas que escolheram a utilização do JSCP combinada com mais outra prática tributária (RS e IF) possuem ETR significativamente diferente das demais empresas (*p-value* inferior a 0,05 nas

comparações). No ano de 2010, as empresas que escolheram utilizar “somente JSCP”, “somente JSCP e IF” e “JSCP, RS e IF” possuem ETR significativamente diferente das demais empresas (*p-value* inferior a 0,05 nas comparações). Por outro lado, as empresas que escolheram: “somente RS” (no ano de 2010) e “somente RS e IF” (nos anos de 2009 e 2010) obtiveram ETR menor que as empresas que escolheram “nenhuma prática”.

Assim, pode-se afirmar que as empresas que escolhem adotar JSCP combinada com mais outra prática tributária (RS e IF) possuem ETR maior em relação às das demais empresas em 2009; e as empresas que adotam “somente JSCP”, “somente JSCP e IF” e “JSCP, RS e IF” possuem ETR maior do que as demais empresas em 2010. Esse resultado evidencia o que foi tratado nos exemplos apresentados na seção 2.3.1 desta pesquisa (Exemplos da influência das práticas tributárias na ETR), onde ficou demonstrado que a utilização de JSCP acima do limite de dedução, previsto na legislação, pode ocasionar um resultado inverso, ou seja, a utilização do JSCP acima do limite pode ocasionar uma ETR maior em relação ao uso até o limite estabelecido.

Da mesma forma como apresentado nos resultados do Modelo 1, sem a ponderação do Ativo Total, nota-se que a H₂ formulada nesta pesquisa, de que as empresas que empregam uma prática tributária ou conjunto de práticas tributárias do IRPJ e da CSLL elencada na pesquisa apresentam ETR inferior às que não empregam nenhuma prática, foi refutada parcialmente.

- Modelo 2 – ETR média em função da adoção de prática ou conjunto de práticas tributárias - ponderado pelo porte

Após esta análise, testou-se novamente o GLM ponderado pelo total do ativo. O R-quadrado, em 2009, passou de 0,465 para 0,720 e, em 2010, o R-quadrado passou de 0,470 para 0,656, indicando um melhor ajuste e as médias para a ETR foram corrigidas. Os resultados são mostrados na Tabela 14:

Tabela 14 – ETR média em função da adoção de prática ou conjunto de práticas tributárias – ponderada - 2009 e 2010

Práticas Tributárias	2009			2010		
	%ETR		<i>p-value</i>	%ETR		<i>p-value</i>
	Média	Desvio padrão		Média	Desvio padrão	
nenhuma prática	0,217	0,014	< 0,001	0,189	0,016	< 0,001
somente JSCP e IF	0,172	0,021	< 0,001	0,173	0,022	< 0,001
somente JSCP e RS	0,171	0,015	< 0,001	0,203	0,016	< 0,001
somente JSCP	0,163	0,029	< 0,001	0,305	0,035	< 0,001
JSCP, RS e IF	0,149	0,013	< 0,001	0,082	0,013	< 0,001
somente IF	0,092	0,022	< 0,001	0,122	0,03	< 0,001
somente RS	0,062	0,027	0,022	0,005	0,02	0,816
somente RS e IF	0,013	0,042	0,752	0,086	0,038	0,025
R-quadrado	0,720			0,656		

O teste LSD, realizado posteriormente no ano de 2009, mostrou que as empresas que não adotam “nenhuma prática” possuem %ETR significativamente (do ponto de vista estatístico) diferente das demais empresas (*p-value* inferior a 0,10 nas comparações). Além disso, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as empresas que escolhem adotar “somente RS”, “somente IF” e “somente RS e IF”, no que se refere à ETR. Assim, pode-se atestar que as empresas que escolheram “nenhuma prática” possuem ETR maior do que as demais empresas; e aquelas que escolheram adotar “somente RS”, “somente IF” ou “somente RS e IF” são as que possuem uma ETR menor, ou seja, fica evidente que as práticas de “somente IF”, “somente RS” e ambas combinadas provocam uma redução significativa na ETR em relação às outras combinações. Sendo assim, nota-se que a H₂ formulada nesta pesquisa, de que as empresas que empregam uma prática tributária ou conjunto de práticas tributárias do IRPJ e da CSLL elencada na pesquisa apresentam ETR inferior às que não empregam nenhuma prática, não foi refutada.

Já no ano de 2010, o teste LSD realizado mostrou que as empresas que adotam “somente JSCP”, “JSCP e RS” ou “nenhuma prática” possuem ETR significativamente diferente das demais empresas (*p-value* inferior a 0,05 nas comparações). Além disso, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as empresas que adotam “somente RS”, “somente RS e IF” e “JSCP, RS e IF” no que se refere à ETR. Assim, pode-se afirmar que as empresas que adotam “somente JSCP” e “somente JSCP e RS” ou “nenhuma prática” possuem ETR maior do que as demais empresas. Esse resultado está alinhado à análise anterior pelo Modelo 2 (sem ponderação pelo Ativo Total). Sendo assim, nota-se que, mesmo ponderando pelo porte, o uso do JSCP acima do limite pode provocar um efeito inverso na ETR, de forma isolada ou combinada com as outras práticas tributárias.

Com esse resultado (no ano de 2010), analisado o efeito das práticas tributárias na ETR, mesmo fazendo uma ponderação pelo ativo total, nota-se que a H₂ formulada nesta pesquisa, de que as empresas que empregam uma prática tributária ou conjunto de práticas tributárias do IRPJ e da CSLL elencada na pesquisa apresentam ETR inferior às que não empregam nenhuma prática, foi refutada parcialmente.

Do ponto de vista estatístico, esse resultado pode ter sido obtido em função do número de empresas para cada grupo de práticas tributárias escolhidas (Tabela 11), aumentando a variância. No Modelo 1, a variância é menor tendo em vista a separação das empresas em dois níveis (utiliza ao menos uma prática; não utiliza nenhuma prática elencada nesta pesquisa), ou seja, foram formados dois grandes grupos. Já no Modelo 2 foram formados oito grupos e, portanto, a variância pode ser maior.

4.3 Análise das práticas tributárias e da ETR por setor

- Modelo 3 - ETR média por setor

Uma vez que o porte pode impactar na ETR, conforme observado nos modelos anteriores, foi avaliado se empresas de setores diferentes possuem ETRs diferentes. Para isso, foi utilizado o Modelo Geral Linear univariado, com a ETR como variável dependente, e o setor como variável independente. Como os setores de agronegócio (em 2009) e gráficas e editoras (em 2009 e 2010) foram representados por apenas uma empresa, eles foram excluídos da análise.

Na Tabela 15 são demonstradas os coeficientes das variáveis de cada setor com seu respectivo *p-value* na equação de regressão (Modelo 3).

Tabela 15 – ETR média por setor – 2009 e 2010

Setores	2009			2010		
	%ETR		<i>p-value</i>	%ETR		<i>p-value</i>
	Média	Desvio padrão		Média	Desvio padrão	
Agronegócio				0,005	0,008	0,94
Alimentos	0,122	0,191	0,002	0,099	0,192	0,027
Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	0,084	0,117	0,174	0,106	0,134	0,037
Comércio (Atacado e Varejo)	0,149	0,119	< 0,001	0,115	0,132	< 0,001
Comunicação e Tecnologia	0,01	0,02	0,882	0,071	0,102	0,239
Construção Civil	0,052	0,094	0,034	0,04	0,101	0,08
Energia	0,127	0,12	< 0,001	0,153	0,157	< 0,001
Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	0,151	0,187	< 0,001	0,084	0,126	0,007
Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	0,14	0,14	< 0,001	0,099	0,122	< 0,001
Papel e Celulose	0,107	0,174	0,057	0,11	0,045	0,101
Petroquímicos e Borracha	0,128	0,135	0,024	0,126	0,169	0,003
Saneamento, Serviço de Água e Gás	0,315	0,195	< 0,001	0,234	0,132	< 0,001
Serviços	0,158	0,178	< 0,001	0,092	0,117	0,03
Telecomunicações	0,042	0,088	0,226	0,068	0,116	0,031
Têxtil e Vestuário	0,066	0,075	0,043	0,096	0,077	0,003
Transporte e Logística	0,156	0,189	< 0,001	0,135	0,167	< 0,001
R-quadrado	0,478			0,433		

O teste LSD, realizado após o GLM, em 2009 e 2010, demonstra que o setor de saneamento, serviços de água e gás possui ETR significativamente superior aos demais setores (*p-value* inferior a 0,05 em 2009 e 2010 na comparação com cada um dos demais setores). Ou seja, o setor com maior ETR média, de todos os outros analisados nesta pesquisa, é o de saneamento, serviços de água e gás. Já o setor com menor ETR média é do Agronegócio, seguido pelo setor de Comunicação e Tecnologia. Nota-se ainda, na Tabela 15, que a maioria dos setores sofreu uma queda na ETR do ano de 2009 para o ano de 2010. Essa queda pode ter sido ocasionada por escolhas de práticas tributárias ou por outras variáveis que não puderam ser contempladas nesta pesquisa.

O R-quadrado ficou em: i) 0,478 em 2009, indicando que 47,8% da variância em ETR podem ser explicadas pelos setores com *p-value* inferior a 0,05; e ii) 0,433 em 2010, indicando que 43,3% da variância em ETR podem ser explicadas pelos setores com *p-value* inferior a 0,05. Este resultado evidencia que os setores possuem ETRs diferentes, independentemente das práticas tributárias escolhidas.

- Modelo 3 – ETR média por setor - ponderado por porte

Após esta análise, testou-se novamente o GLM, em 2009 e 2010, ponderado pelo total do ativo (conforme explicado na seção 3.6). O R-quadrado passou de 0,478 para 0,745, em 2009, e de 0,433 para 0,607, em 2010, indicando uma melhora do ajuste, e as médias para a ETR

foram corrigidas. Os resultados são demonstrados na Tabela 16.

Tabela 16 – ETR média por setor – ponderado - 2009 e 2010

SETORES	2009			2010		
	%ETR		<i>p-value</i>	%ETR		<i>p-value</i>
	Média	Desvio padrão		Média	Desvio padrão	
Agronegócio				0,005	0,095	0,96
Alimentos	0,153	0,047	0,001	0,023	0,075	0,754
Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	0,037	0,042	0,382	0,059	0,054	0,277
Comércio (Atacado e Varejo)	0,165	0,014	< 0,001	0,227	0,018	< 0,001
Comunicação e Tecnologia	0	0,162	0,999	0,039	0,175	0,823
Construção Civil	0,028	0,037	0,446	0,018	0,041	0,657
Energia	0,175	0,017	< 0,001	0,149	0,019	< 0,001
Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	0,091	0,05	0,072	0,085	0,061	0,165
Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	0,211	0,014	< 0,001	0,148	0,015	< 0,001
Papel e Celulose	0,117	0,036	0,001	0,134	0,048	0,006
Petroquímicos e Borracha	0,164	0,015	< 0,001	0,082	0,017	< 0,001
Saneamento, Serviço de Água e Gás	0,294	0,044	< 0,001	0,258	0,058	< 0,001
Serviços	0,273	0,055	< 0,001	0,264	0,067	< 0,001
Telecomunicações	0,049	0,023	0,037	0,053	0,029	0,071
Têxtil e Vestuário	0,061	0,077	0,43	0,08	0,105	0,449
Transporte e Logística	0,126	0,042	0,003	0,089	0,058	0,124
R-quadrado	0,745			0,607		

O teste LSD, realizado após o GLM, em 2009 e 2010, mostra que os setores de serviços; saneamento, serviços de água e gás; e metalurgia, siderurgia e extração mineral (somente em 2009) possuem ETR significativamente diferente dos demais setores (*p-value* inferior a 0,10 na comparação com cada um dos demais setores), mas iguais entre si. Assim, pode-se concluir que estes setores são os que possuem ETR mais elevada, independente das práticas tributárias escolhidas. Além disso, os setores de têxtil e vestuário; de telecomunicações; de bens de consumo, farmacêutico e de higiene; de construção civil; de comunicação e tecnologia; de alimentos (somente em 2010); e de agronegócio (somente em 2010) são os que possuem as menores médias para a ETR (não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos). Da mesma forma, como evidenciado no Modelo 3 sem a ponderação pelo ativo total, esse resultado evidencia que os setores possuem ETRs diferentes, independente das práticas tributárias escolhidas.

O setor de Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral obteve uma queda do ano de 2009 para o de 2010, não constando como setor com maiores ETRs. O setor de Alimentos também obteve uma queda significativa na ETR do ano de 2009 para o ano de 2010. Já no setor de Comércio houve o resultado inverso, ou seja, um aumento do ano de 2009 para o ano de 2010.

O motivo destes resultados não pôde ser captado por meio desta pesquisa, no entanto uma possível resposta para esses resultados seria o uso de práticas tributárias em determinado ano, não repetido em anos seguintes, ou vice-versa.

Analisando a Tabela 16, ressalta-se que as empresas de têxtil e vestuário; telecomunicações; bens de consumo, farmacêutico e higiene; construção civil; e comunicação e tecnologia possuem as menores ETRs nos dois anos avaliados. Pode-se inferir que são setores que foram mais eficientes na utilização de práticas tributárias, pois permaneceram dois anos consecutivos com ETRs inferiores aos demais setores.

Analisando as Tabelas 9, 15 e 16, nota-se um aumento da ETR nos setores de Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral e no setor de Serviços, quando da ponderação pelo porte. Esse aumento foi em função da dispersão do Ativo Total do ano de 2009 para o ano de 2010, no entanto o aumento do Ativo Total dos setores de Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral pode ter se dado em função do aumento de empresas de 22 para 28, mas o mesmo não foi observado no setor de Serviços, onde houve uma diminuição no número de empresas: de 13 para 10. Assim sendo, pode-se inferir que as empresas que compuseram o setor de Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral em 2010 possuíam ETRs maiores do que as que compunham o setor em 2009 e as empresas que deixaram o setor de Serviços em 2010 possuem ETRs pequenas em relação às demais empresas do setor em 2009.

4.4 Análise dos efeitos das práticas tributárias escolhidas e setores na ETR

- Modelo 4 - GLM (setor; práticas tributárias; setor e práticas tributárias)

Como já observado nos Modelos 1 e 2 ponderados pelo porte, as práticas tributárias explicam a ETR, dado o R-quadrado que foi de 0,428 em 2009 e 0,395 em 2010 no Modelo 1 e de 0,720 em 2009 e 0,656 em 2010 no Modelo 2; e como observado no Modelo 3 ponderado pelo porte, o setor também pode explicar a ETR, tendo em vista o R-quadrado de 0,745 em 2009 e 0,607 em 2010. Deste modo, nesta análise, o objetivo foi verificar se o setor, as práticas tributárias, ou ambos combinados poderiam impactar de forma diferente a ETR. Para isso, utilizou-se o GLM com os grupos de práticas (oito grupos) e o setor como variáveis

independentes (fatores fixos) e a ETR como variável dependente. Além disso, combinaram-se os efeitos das práticas tributárias com o setor (Modelo 4).

Como os setores de agronegócio e gráficas e editoras foram representados por apenas uma empresa no ano de 2009, eles foram excluídos da análise. Já em 2010, apenas o setor de gráficas e editoras foi excluído por continuar com uma empresa.

Tabela 17 – GLM (setor; práticas tributárias; setor e práticas tributárias) – 2009 e 2010

Variáveis	2009		2010	
	F	<i>p-value</i>	F	<i>p-value</i>
Setor	2,021	0,019	1,002	0,455
Práticas	1,955	0,064	2,775	0,009
Setor*práticas	1,268	0,12	1,176	0,201
R-quadrado	0,681		0,660	

Analisando a Tabela 17, observa-se que a variável mais importante para se explicar a variância na ETR no ano de 2009 é o setor da empresa, seguida pelas práticas tributárias (se considerado um nível de significância de 0,10). Por outro lado, no ano de 2010, nota-se que a variável mais importante para se explicar a variância em ETR são as práticas tributárias. O efeito combinado de setor e prática tributária não se mostrou significativo, em ambos os anos, ou seja, dentro de um mesmo setor as práticas tributárias não acarretam diferenças significativas na ETR. Além disso, no ano de 2010, o setor por si só não foi importante na variância da ETR, diferentemente do ano de 2009. Nota-se que as práticas tributárias, por setores, não geram impactos significativamente diferentes na ETR.

- Modelo 4 – GLM (setor; práticas tributárias; setor e práticas tributárias) - ponderado pelo porte

Do mesmo modo como utilizado nos outros modelos, foi realizada uma ponderação pelo total do ativo. Seguem, na Tabela 18, os resultados encontrados.

Tabela 18 – GLM (setor; práticas tributárias; setor e práticas tributárias) - 2009 e 2010 - ponderado

Variáveis	2009		2010	
	F	<i>p-value</i>	F	<i>p-value</i>
Setor	2,117	0,013	0,685	0,797
Práticas	0,776	0,608	0,859	0,54
Setor*práticas	4,004	< 0,001	2,377	< 0,001
R-quadrado	0,917		0,877	

Analisando a Tabela 18, no ano de 2009 e 2010, observa-se que o R-quadrado aumentou, indicando um melhor ajuste do modelo. Neste novo modelo, nota-se que o setor (em 2009) e o efeito combinado de setor e práticas tributárias se mostraram significativos. Diferentemente do exposto no Modelo 4, sem ponderação, isto indica que a ETR pode depender apenas do setor ou ainda de certas práticas tributárias dentro de cada setor para explicar o efeito na ETR, e que determinadas práticas tributárias em determinados setores podem impactar de forma mais significativa na ETR.

Diferentemente do apresentado nos resultados dos Modelos 1 e 2, com a ponderação do Ativo Total, neste Modelo não pôde ser observado se a utilização de práticas tributárias afeta a tributação do lucro das companhias abertas do Brasil, reduzindo a ETR, pois o objetivo foi evidenciar se podem existir variações significativas na ETR em função das práticas tributárias combinadas com o setor.

Considerando os resultados evidenciados, será apresentada a Tabela 19 que indica se as hipóteses foram refutadas ou não refutadas.

Tabela 19 – Resultados das hipóteses

Hipótese/Sub-hipóteses	2009		2010	
	Não Ponderado	Ponderado	Não Ponderado	Ponderado
H ₀ : as empresas que escolhem determinadas práticas tributárias sobre o lucro apresentam ETR inferior às demais.	Refutada Parcialmente	Não Refutada	Refutada	Refutada Parcialmente
H ₁ : as empresas que empregam ao menos uma prática tributária do IRPJ e da CSLL elencada na pesquisa apresentam ETR inferior às que não adotam nenhuma prática (Modelo 1).	Refutada	Não Refutada	Refutada	Não Refutada
H ₂ : as empresas que empregam uma prática tributária ou conjunto de práticas tributárias do IRPJ e da CSLL elencada na pesquisa apresentam ETR inferior às que não adotam nenhuma prática (Modelo 2).	Refutada Parcialmente	Não Refutada	Refutada Parcialmente	Refutada Parcialmente

Apresentados os achados desta pesquisa, na próxima parte do estudo irá se estabelecer uma discussão destes achados com o que foi formulado no referencial teórico, objetivando observar alinhamento às teorias e confrontar os resultados entre os autores citados e os resultados encontrados nesta pesquisa.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando os resultados encontrados entre os modelos utilizados, constatou-se que as escolhas realizadas pelas empresas sobre as práticas tributárias elencadas nesta pesquisa (JSCP, RS e IF) impactam a ETR, de forma positiva ou negativa. Estes resultados evidenciam a afirmação de Watts e Zimmerman (1986), de que os contratos e o custo informacional tendem a ser diferentes de zero, pelo processo do contrato e pelo processo político que determina uma regulação do governo nas atividades das empresas. Desta maneira, conforme os mesmos autores, os procedimentos contábeis afetam esses custos em ambos os processos e, com isso, a empresa consegue controlar seu fluxo de caixa. Sweeney (1994) corrobora com a afirmação após pesquisa empírica realizada, em que os resultados evidenciam que as decisões dos gerentes são influenciadas por considerações de fluxo de caixa.

Williamson (1985) aponta, sob a perspectiva da Teoria dos Contratos, que a economia dos custos de transação caracteriza a natureza humana, como é conhecida por referência à racionalidade limitada e ao oportunismo, em que a primeira reconhece os limites de competência cognitiva e o segundo o substitui pela simples busca do autointeresse. Este autointeresse, destacado por Williamson (1985), talvez explique os resultados encontrados, já que houve um efeito positivo na ETR, ou seja, aquelas empresas que conseguiram obter ETR menor em relação às demais, em função das suas escolhas e em relação às práticas tributárias que estavam disponíveis para todos. Entretanto, não foi objetivo desta pesquisa identificar o autointeresse e oportunismo como fator indutor das decisões dos gestores quanto às práticas tributárias.

Considerando os resultados de forma mais específica, verificou-se, na análise descritiva, uma predominância de empresas no uso das práticas tributárias elencadas na pesquisa, ou seja, 68,4% em 2009 e 67,3% em 2010. Este fato demonstra que a maior parte das empresas abertas estão fazendo escolhas de práticas tributárias. Os resultados encontrados por Soares (2008), nas 87 empresas paranaenses de capital fechado, evidenciaram 81,40% de empresas que escolheram utilizar práticas de gestão de tributos. Isso demonstra que tanto empresas abertas, como fechadas (considerando apenas o estado do Paraná), na sua maior parte têm utilizado práticas tributárias, apesar da limitação do estudo não contemplar outras práticas tributárias.

De outra forma, observou-se que 31,6% das empresas em 2009 e 32,7% das empresas em 2010, escolheram não adotar nenhuma prática tributária elencada na pesquisa. O estudo de Aarbu e Mackie-Mason (2003), feito com empresas norueguesas, constatou que muitas empresas não têm a pretensão de utilizar todas as possibilidades de deduções permitidas para depreciação para fins fiscais. Intuitivamente, Aarbu e Mackie-Mason (2003) sugeriram que esse tipo de comportamento pode parecer estranho. Todavia, o estudo sustentou as explicações: i) empresas que apresentaram prejuízos fiscais em curso ou as que carregaram perdas passadas subutilizaram depreciação, a fim de recuperar perdas fiscais antes que expirassem; ii) empresas com o desempenho econômico ruim tenderam a subutilizar suas deduções; iii) os custos de cumprimento das obrigações fiscais desencorajaram a utilização da depreciação acelerada, especialmente nas pequenas empresas. Pelo estudo, portanto, não há, para Aarbu e Mackie-Mason (2003), apoio para outras hipóteses. Sendo assim, os autores afirmam que existem empresas que não utilizam práticas tributárias para redução de tributos em função de outras situações (como as anteriormente apresentadas). Isso rebate a afirmação feita por Fields *et al.* (2001, p. 282), de que: “[...] é difícil de entender por que gestores não minimizariam o valor presente do pagamento de tributos.”²⁹

Claro está que a presente pesquisa não utilizou, em sua análise, as práticas de depreciação, em função da sua baixa adoção na amostra de empresas utilizadas. No entanto, pode-se questionar que a não utilização das outras práticas elencadas na pesquisa pode ser fruto dos mesmos motivos apresentados por Aarbu e Mackie-Mason (2003).

Outro motivo pela não utilização de nenhuma prática tributária elencada no estudo, pode estar atrelado à separação de propriedade e controle citada por Hanlon e Heitzman (2010). Segundo as autoras, se elisão fosse uma atividade que valesse a pena, os proprietários elaborariam uma estrutura de incentivos para assegurar que gestores tomassem decisões tributárias eficientes. Sendo assim, talvez a não utilização das práticas tributárias se dê em função do conflito de agência.

Analisando especificamente o Modelo 1 (ETR média em função da adoção de práticas tributárias), notou-se que as empresas que não escolheram qualquer prática tributária elencadas nesta pesquisa possuem ETR maior do que aquelas que escolheram adotar ao

²⁹ “[...] it is hard to understand why managers would not minimize the present value of the tax payments”.

menos uma prática tributária, tanto no ano de 2009 como em 2010, somente quando há uma ponderação pelo ativo total. Nesse Modelo (Modelo 1), o objetivo era evidenciar se as empresas que adotassem ao menos uma prática tributária poderiam ter qualquer vantagem em relação àquelas que não adotavam nenhuma prática elencada nesta pesquisa. No entanto, sem o detalhamento das práticas tributárias elencadas e dos setores destacados nesta pesquisa.

Esse resultado, de forma global (dois níveis), confirma a hipótese de que a utilização de práticas tributárias afeta a tributação do lucro, reduzindo a ETR, ficando alinhado às pesquisas de: i) Dhaliwal e Wang (1992) que evidenciaram que as empresas norte-americanas em 1986 se utilizaram de escolhas contábeis no resultado contábil para alteração da base de cálculo do imposto de renda, visando um pagamento menor deste tributo; ii) Boynton *et al.* (1992) que evidenciam que as mesmas empresas utilizadas por Dhaliwal e Wang (1992) fizeram escolhas de *accruals* discricionários redutores de resultado para um menor pagamento de tributo; iii) Hunt *et al.* (1996) que demonstraram que, além dos *accruals* discricionários, as empresas fazem escolhas relacionadas à avaliação dos estoques para redução de tributos. Os autores Hunt *et al.* (1996) não observaram consistência estatística no uso da depreciação para redução de tributos; iv) Gallo (2002) e Silva *et al.* (2004), que observaram que, nos estados do Rio de Janeiro de 1996 a 2001 e de São Paulo de 1999 a 2000, apenas a incorporação e a cisão nas alienações de ativos líquidos vêm sendo praticadas pelas empresas, sem caracterizar uma operação de compra e venda; essa constatação comprova a eliminação do ganho ou perda de capital para tributação do IRPJ nas alienações efetuadas de participações societárias e também de ativos; nesse sentido, a economia tributária para a empresa, em caso de ganho de capital, será de aproximadamente 34% (considerando o adicional do IRPJ) sobre o ganho de capital; e v) Adhikari *et al.* (2005), em pesquisa realizada com grandes empresas da Malásia, observaram que grandes empresas com baixa tributação do imposto de renda diminuíram o resultado para um menor pagamento de tributos, a fim de influenciar a política fiscal. Segundo os autores Adhikari *et al.* (2005), as empresas usam escolhas contábeis para realizar objetivos econômicos.

Já observando os resultados do Modelo 2 (ETR média em função da adoção de prática ou conjunto de práticas tributárias), o efeito inverso na ETR em função da escolha do JSCP, sozinho ou combinado com outra prática, pode ser caracterizado pelo problema de agência, exposto por Hanlon e Heitzman (2010), em que a separação de propriedade e controle pode conduzir a decisões tributárias que refletem interesses privados dos gestores. Sendo assim, a

opção do pagamento de JSCP acima do limite legal pode ser consequência deste problema de agência, ou seja, para demonstrar boas remunerações aos investidores, o gestor paga JSCP acima do limite de dedução legal. Outro interesse dos gestores que pode refletir nos mesmos resultados inversos é a divulgação de informações para captação de recursos, pois a empresa de capital aberto pode estar mais preocupada com questões de divulgação de informações para captação de capital, do que propriamente de escolhas de práticas tributárias para obter uma ETR menor, pois algumas práticas tributárias podem apresentar um desempenho menor do que a expectativa do mercado. Outra pesquisa que corrobora com estes resultados é a de Malaquias *et al.* (2007) que, ao fazer um acompanhamento entre duas empresas do ramo de telecomunicações listadas na Bovespa no ano de 2006, concluiu que a contabilização de JSCP não indica, necessariamente, uma economia tributária.

Outro resultado encontrado no Modelo 2 (ETR média em função da adoção de prática ou conjunto de práticas tributárias - ponderado pelo porte) foi de que as práticas de “somente IF”, “somente RS” e ambas combinadas (RS e IF) impactam mais a ETR em relação às outras combinações. Este resultado contraria um dos achados da pesquisa realizada por Formigoni (2008) (uma vez que o estudo possui objetivos diferentes desta pesquisa), no qual o autor constata que as empresas nacionais que utilizam IF não possuem um nível de tributação menor que as demais empresas. Janssen (2005), por sua vez, destaca que a ETR de empresas holandesas que utilizam IF não difere das taxas nominais. Nota-se, pelos resultados encontrados, que, no Brasil, essa diferença existe, destacando que esse resultado é válido apenas sob uma perspectiva que considera os ativos das empresas (porte). E, por outro lado, esses resultados estão alinhados às pesquisas realizadas por Gallo (2002) e Silva *et al.* (2004), apresentados anteriormente, nos quais os autores constataam que alguns institutos da reorganização societária (incorporação e a cisão) podem gerar economia no IRPJ e na CSLL.

Portanto, os resultados apresentados e discutidos, no Modelo 2 (ETR média em função da adoção de prática ou conjunto de práticas tributárias), apresentam a dificuldade de se compreender o comportamento individualizado por práticas tributárias escolhidas, ou individualizado por conjunto de práticas tributárias escolhidas na ETR, pois os resultados demonstram que: enquanto algumas empresas escolheram o uso de práticas tributárias, como “somente JSCP e RS” e “somente JSCP e IF”, e obtiveram ETR elevada, da mesma forma que as empresas que escolheram não adotar “nenhuma prática”, outras empresas escolheram utilizar “somente RS” e “somente RS e IF” e obtiveram ETR inferior. Uma possível

justificativa para esses resultados encontra-se na afirmação de Watts (1992) de que as Escolhas Contábeis variam de empresa para empresa e os procedimentos contábeis derivam de variáveis econômicas. Como as EC são similares dentro de uma mesma organização, os seus modelos predizem variações em cada tipo operação e explicam a razão pela qual ocorrem.

Nos resultados encontrados no Modelo 3 (ETR média por setor) e na análise do Ativo Total e LAIR, diretamente no banco de dados, constante nos Apêndices 1 e 2, ficou demonstrado que os setores possuem ETRs diferentes, independente das práticas tributárias escolhidas, evidenciando que o porte, em função do total do ativo, e o LAIR, não são variáveis relevantes para observar se as empresas maiores ou com LAIR maiores possuem ETRs maiores; e as de menor porte com LAIR menores possuem ETRs menores (vide exemplo citado na seção 4.2). Esses resultados, obtidos pela presente pesquisa, diferenciam-se dos achados de Rego (2003), pois o autor observou, na pesquisa realizada com 19.737 empresas do período de 1990 a 1997, que as empresas maiores possuem ETRs maiores e as empresas com grandes lucros antes do imposto de renda possuem ETRs menores. Segundo o autor, essa relação negativa entre ETR e LAIR é consistente entre empresas com grandes Lucros antes do Imposto de Renda e que tenham mais incentivos e recursos para investir em planejamento tributário.

Claro está que na presente pesquisa não foi possível observar as empresas que possuíam mais recursos para investimento em planejamento tributário, contudo observam-se resultados diferentes entre empresas brasileiras e norte-americanas na relação porte e ETR.

Ao analisar o Modelo 4 (GLM (setor; práticas tributárias; setor e práticas tributárias - ponderado pelo porte), verificou-se que, independente do ano, o efeito combinado entre o setor e as práticas tributárias escolhidas foi o fator estatisticamente importante para se explicar a variância em ETR. Desta forma, pode-se dizer que, dentro de um mesmo setor, empresas com práticas tributárias diferentes tendem a possuir ETRs também diferentes. Sendo assim, esse resultado evidencia que as escolhas das práticas tributárias dentro de cada setor impactam significativamente a ETR, podendo a empresa obter vantagem competitiva em relação às demais. Essa evidência está alinhada ao destacado por Watts e Zimmerman (1986), sob o enfoque dos direitos de propriedades, em que a empresa é vista como uma equipe de indivíduos autointeressados que reconhecem que o seu próprio bem-estar depende do sucesso da empresa em concorrência com outras empresas. E também está alinhada ao próprio

conceito de Escolhas Contábeis, destacado por Fields *et al.* (2001), em que a intenção primária é influenciar (seja na forma ou substância) o resultado do sistema contábil de um modo particular, incluindo não apenas demonstrações financeiras publicadas de acordo com o GAAP, mas também retornos de impostos.

No geral, quando realizada a ponderação pelo ativo total, as empresas que não adotam “nenhuma prática” ou “somente JSCP e RS” possuem a maior ETR, enquanto que as que adotam “somente RS” ou “somente RS e IF” são as que possuem menor ETR. Os setores com menor ETR são têxtil e vestuário, telecomunicações, bens de consumo, farmacêutico e higiene, construção civil, e comunicação e tecnologia, enquanto que os setores que possuem maiores ETRs são os de serviços e os de saneamento, serviços de água e gás.

Constata-se, pois, que a ponderação pelo ativo total alterou os resultados nos diversos modelos utilizados, situação que pode ser compreendida em função do porte das companhias, inferindo-se que a diferença de porte pode influenciar escolhas de práticas tributárias, bem como os seus efeitos. A pesquisa de Hagerman e Zmijewski (1979) evidenciou que, além do risco e da concentração tributária, a intensidade de capital e o tamanho da empresa são fatores que motivam a escolha de gestores nos padrões de contabilidade. Outra pesquisa, que suporta a utilização da ponderação, é a de Rego (2003) que observou existirem diferenças nas ETRs de empresas de portes diferentes, em razão de incentivos, planejamento tributário e do LAIR.

As discussões supracitadas evidenciam que os resultados encontrados estão aderentes às teorias utilizadas e que, por um lado, são confirmados e, por outro, fazem contrapontos interessantes que requerem o debate deste tema sob diferentes perspectivas, haja vista a interdisciplinaridade que envolve muitas das questões tributárias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os efeitos da adoção de determinadas práticas tributárias sobre a ETR das empresas no Brasil. A hipótese geral defendida na pesquisa foi: H_0 : as empresas que escolhem determinadas práticas tributárias sobre o lucro apresentam ETR inferior às demais.

Para a hipótese formulada foram testadas 250 empresas no ano de 2009 e 272 empresas no ano de 2010, das quais 31,6% em 2009 e 32,7% em 2010 não adotavam nenhuma das práticas tributárias objeto deste estudo. As que adotaram todas as práticas tributárias, tanto em 2009 como em 2010, não chegam a 6,5% da amostra. As ETRs médias ponderadas variaram de 0,013 a 0,0217 em 2009 e de 0,005 a 0,305 em 2010, considerando a análise por práticas tributárias, e variaram de 0,000 a 0,294 em 2009 e de 0,005 a 0,258 em 2010, considerando a análise por setores.

Em uma análise em dois grupos, verificou-se que as empresas que adotam ao menos uma prática tributária possuem ETR menor em relação àquelas que não adotam nenhuma prática tributária pesquisada, ponderando o Ativo. Já em uma análise com oito grupos, ponderando o Ativo, as empresas que não adotam “nenhuma prática” ou “JSCP e RS” apresentam a maior ETR, enquanto que as que adotam “somente RS” ou “RS e IF” são as que apresentam menor ETR. Os setores com menor ETR são têxtil e vestuário, telecomunicações, bens de consumo, farmacêutico e higiene, construção civil, e comunicação e tecnologia, enquanto que os setores que possuem maiores ETRs são os de serviços e os de saneamento, serviços de água e gás.

A partir destes resultados, resumem-se, a seguir, os principais resultados e contribuições da pesquisa realizada:

- a) as práticas tributárias previstas na legislação tributária brasileira, possíveis de serem observadas nas DFP são: i) Depreciação Acelerada; ii) Depreciação Acelerada Incentivada; iii) JSCP; iv) Reorganização Societária; e v) Incentivos Fiscais;
- b) as práticas tributárias testadas nesta pesquisa podem reduzir a ETR. Sendo assim, estas podem ser consolidadas cientificamente, contribuindo assim para a discussão teórica e para o mercado profissional interessados nos efeitos destas práticas;

- c) a utilização de incentivos fiscais pode resultar em uma redução da ETR, diferentemente de um dos resultados obtidos por Formigoni (2008) e Janssen (2005), visto que o primeiro observou que empresas que se utilizavam de incentivos fiscais não possuíam carga tributária do IRPJ e CSLL menor em relação às demais empresas; e o segundo não encontrou diferença na taxa tributária efetiva em relação às alíquotas fiscais;
- d) a utilização da reorganização societária pode resultar em uma redução da ETR;
- e) não há obviedade de que, se uma empresa adota uma prática tributária, certamente ela terá uma ETR menor em relação às demais;
- f) as práticas tributárias elencadas nesta pesquisa podem explicar a ETR, ou seja, estas podem impactar positivamente ou negativamente a ETR;
- g) o porte da empresa (ativo total) influencia na análise do efeito das práticas tributárias na ETR;
- h) as influências que as práticas tributárias podem exercer sobre a ETR, onde uma prática isoladamente pode impactar negativamente, mas - combinada com outra(s) prática(s) - pode impactar positivamente, remetem à necessidade da extensão da pesquisa; e
- i) possibilidade de se fazer pesquisa tributária com dados divulgados pelas Demonstrações Financeiras Publicadas, principalmente, a partir da vigência do CPC 32.

Diante das averiguações, foi possível alcançar o objetivo geral e os específicos, não refutando a hipótese geral formulada, de acordo com o Modelo 1 ponderado (2009 e 2010) e Modelo 2 ponderado (2009), pois observou-se que as empresas que adotam as práticas tributárias estudadas neste trabalho possuem ETR média menor em relação às demais. Entretanto, fica evidente, de certa maneira, a limitação da pesquisa, ao observar os resultados do Modelo 2 (ponderado 2010), onde existem explicações a serem alcançadas, pois já ficou comprovado que as práticas tributárias podem explicar a ETR. A partir desta limitação pode-se dizer, também, que os dados contábeis apresentados, segundo as normas de contabilidade vigentes sobre os tributos sobre o lucro, já evoluíram, mas poderiam conter melhor evidenciação na apuração do IRPJ e da CSLL.

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, observou-se, ainda, que: (a) a legislação tributária pode ser entendida como um contrato que define as relações entre governo e contribuinte; (b) as práticas tributárias decorrem de Escolhas Contábeis feitas a partir da legislação tributária que objetivam a redução de tributos; (c) algumas empresas conseguem explorar o contrato em busca de aproveitamento de oportunidades em benefício próprio,

principalmente quando o porte é levado em consideração; (d) a ETR é capaz de capturar o efeito das práticas tributárias sobre o lucro e pode ser influenciada por uma prática específica ou por um conjunto de práticas combinadas.

No entanto, deve ser evidenciado que as principais limitações da pesquisa situam-se:

- a) na falta de dados internos das companhias para observação das práticas tributárias, dada a coleta apenas pelas Demonstrações Financeiras Publicadas, o que impossibilitou compreender melhor o porquê de uma prática isoladamente impactar negativamente na ETR, mas - combinada com outra prática - impactar positivamente;
- b) na limitação de práticas tributárias para teste, sendo que nem todas podem ser observadas nas Demonstrações Financeiras Publicadas; e
- c) na análise somente em empresas abertas no período de 2009 e 2010, não se podendo generalizar os resultados para todas as empresas nem outros períodos.

Considerando que a pesquisa científica objetiva contribuir para levar a discussão do problema a um estágio mais elevado, é relevante mencionar as possibilidades de futuras pesquisas pertinentes ao tema desenvolvido:

- a) buscar informações internas nas companhias para embasar o uso das práticas, indicando os motivos de diferenças de ETRs quando da utilização das mesmas práticas, individualizadas ou conjuntas;
- b) buscar análises comparativas com empresas não abertas;
- c) buscar possíveis comparações entre empresas com capital de origem nacional e internacional;
- d) observar as motivações que levaram as empresas às escolhas que provocaram aumentos ou diminuições nas ETRs, globalmente e entre os setores;
- e) identificar o autointeresse e oportunismo como fator indutor das decisões dos gestores quanto às práticas tributárias;
- f) observar possíveis combinações das ETRs com a estrutura administrativo-tributária das empresas, ou seja, observar se aquelas empresas que possuem um departamento de gestão de tributos, um comitê tributário, uma consultoria tributária e/ou possuem diferentes níveis de investimentos em estruturas de gestão tributária, apresentam

resultados significativamente diferentes, em relação às que não possuem a mesma estrutura;

- g) realizar uma pesquisa longitudinal acompanhando a adoção de práticas tributárias ao longo do tempo e evidenciando seus efeitos na ETR;
- h) observar se as alterações de ETR do ano de 2009 para o ano de 2010 não poderia ser fruto da adoção inicial do CPC 32; e
- i) observar as diferenças temporárias obtidas entre a ETR corrente e ETR total.

Observou-se que este estudo possui implicações de ordem prática, tendo em vista a possibilidade de seu uso para as empresas na análise da adoção de práticas tributárias que podem impactar sua ETR em relação aos seus concorrentes; e ao órgão fiscalizador que poderá utilizá-la para realizar um acompanhamento da utilização das práticas tributárias e seus efeitos na ETR.

As contribuições teóricas destes estudo podem ser observadas a partir da utilização da TEC e TCF para embasar pesquisas tributárias, onde foram formulados constructos. Essa contribuição pode servir de base para futuras pesquisas.

Por fim, constatou-se que as empresas que adotam práticas tributárias podem ter ETR inferior à das que não adotam, consolidando cientificamente estas práticas tributárias até então consolidadas apenas pelo mercado. O porte é fator importante na análise, pois quando não houve ponderação, não foi possível observar vantagem na adoção das práticas tributárias. Essa evidencia deixa claro a não obviedade que a adoção de alguma prática tributária diminuirá a ETR.

É patente que a pesquisa realizada buscou contribuir, e contribuiu, para disseminar a possibilidade de se fazer pesquisa tributária com dados divulgados pelas Demonstrações Financeiras Publicadas, principalmente, a partir da vigência do CPC 32 e fazer pesquisa tributária utilizando como teorias base a TCF e TEC; e também para provocar reflexão e debate concernentes à simplificação e desoneração dos tributos, visto que a arrecadação tributária, assim como o desempenho das empresas contribuintes, constituem dois elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país.

REFERÊNCIAS

AARBU, KARL O.; MACKIE-MASON, J. K. *Explaining underutilization of tax depreciation deductions: empirical evidence from Norway*. **International Tax and Public Finance**. [S.l.], v. 10, p. 229-257, 2003.

ABREU, A. F. **Um estudo sobre a estrutura de capital e a política de dividendos considerando a tributação brasileira**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

ADHIKARI, A.; DERASHID, C.; ZHANG, H. *Earnings management to influence tax policy: evidence from large Malaysian firms*. **Journal of International Financial Management and Accounting**. [S.l.], v. 16, n. 2, p. 142-163, 2005.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.

ATKINSON, A. A.; BANKER, R. D.; KAPLAN, R. S.; YOUNG, S. M. **Contabilidade gerencial**. Tradução de André Olímpio M. C. Castro. São Paulo: Atlas, 2000.

BAR-YOSEF, Sasson; SEN, Pradyot K. *On optimal choice inventory accounting method*. **Accounting Review**. [S.l.], v. 67, n. 2, p. 320, 1992.

BAUMAN, C. C.; BAUMAN, M. P.; HALSEY, R. F. *Do firms use the deferred tax asset valuation allowance to manage earnings?* **The Journal of the American Taxation Association**. [SI], v. 23 supplement, p. 27-48, August 2000.

BOWEN, Robert. M. *et al. Economic and industry determinants of accounting method choice*. University of Washington Business School, Seattle, 1999.

BOYNTON, Charles E. *et al. Earnings management and the corporate alternative minimum tax*. **Journal of Accounting Research**. Chicago, v. 30 supplement, p. 131-153, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 17/07/2010.

BRASIL. **Decreto n. 2.259, de 20 de junho de 1997.** Regulamenta a legislação do imposto de renda na parte relativa a incentivos fiscais. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos/Ant2001/Ant1999/Dec225997.htm>> Acesso em 2012.

_____. **Decreto n. 3.000, de 26 de março de 1999.** Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/RIR/default.htm>>. Acesso em: 17/06/2010.

_____. **Decreto n. 6.180, de 3 de agosto de 2007.** Regulamenta a Lei n. 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos/2007/dec6180.htm>>. Acesso em 2012.

CABELLO, Otávio G.; PEREIRA, Carlos A. A utilização de atividades empresariais secundárias como forma de planejamento tributário: um estudo de caso. *In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, XVII., 2010, Bauru (SP). **Anais...** Bauru: Faculdade de Engenharia de Bauru – FEB da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, 2010.

CALLIHAN, D.S. *Corporate effective tax rates: a synthesis of the literature*. **Journal of Accounting Literature**. [S.l.], v. 13, p. 1-43, 1994.

CHAVES, Francisco C. **Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada**. São Paulo: Atlas, 2010.

CHEN, K.-P.; CHU, C. *Internal control vs. external manipulation: a model of corporate income tax evasion*. **The RAND Journal of Economics**. Santa Monica, v. 36, p. 151-164, 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Deliberação 207, de 13 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre a contabilização dos juros sobre o capital próprio previstos na Lei n. 9.249/95. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=\\deli\\deli207.doc>. Acesso em 2012.

_____. **ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras informações.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 15/06/2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 32: tributos sobre o lucro**. Brasília: 17/07/2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15/05/2011.

CROCKER, K.; SLEMROD, J. *Corporate tax evasion with agency costs*. **Journal of Public Economics**. [S.l.], v. 89, p. 1593-1610, 2005.

DHALIWAL, D.; GLEASON, C.; MILLS, L. *Last-chance earnings management: using the tax expense to meet analyst's forecast*. **Contemporary Accounting Research**. [S.l.], v. 21, p. 431-459, Summer 2004.

DHALIWAL, D.; WANG, S. W. *The effect of book income adjustment in the 1986 alternative minimum tax on corporate financial reporting*. **Journal of Accounting and Economics**. Rochester, v. 15, p. 7-26, 1992.

DICICCO, Joel. *The death of corporate tax*. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**. Boca Raton, v. 14, n. 3, p. 361-393, 2002.

DYRENG, S.; HANLON, M.; MAYDEW, E. *Long-run corporate tax avoidance*. **The Accounting Review**. [S.l.], v. 83, p. 61-82, 2008.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Incorporação, fusão, cisão e outros eventos societários**. São Paulo: Atlas, 2001.

FERREIRA, Mauro Celso G. **Efeito da tributação sobre o lucro nos retornos de mercado no Brasil**. Brasília, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FIELDS, Thomas D et al. *Empirical research on accounting choice*. **Journal of Accounting and Economics**. Rochester, v. 31, issues 1-3, p. 255-307, 2001.

FORMIGONI, Henrique. **A influência dos incentivos fiscais sobre a estrutura de capital e a rentabilidade das companhias abertas brasileiras não financeiras**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

FRANCIS, J. *Discussion of empirical research on accounting choice*. **Journal of Accounting and Economics**. Rochester, v. 31, p. 309-319, 2001.

FRANKEL, M.; TREZEVANT, R. *The year-end LIFO inventory purchasing decision: an empirical test*. **The Accounting Review**. [S.l.], 69, p. 382-398, April 1994.

FURUBOTN, Eirik G.; RICHTER, Rudolf. *Institutions and economic theory: the contribution of the new institutional economics*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1997.

GALLO, Mauro Fernando. **Uma contribuição ao estudo do planejamento tributário nos processos de fusão, cisão e incorporação**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Programa de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica, Centro Universitário Álvares Penteado.

_____. **A relevância da abordagem contábil na mensuração da carga tributária das empresas**. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

GUENTHER, David A.; MAYDEW, Edward L.; NUTTER, Sarah E. *Financial reporting, tax costs, and book-tax conformity*. **Journal of Accounting and Economics**. Rochester, v. 23, p. 225-248, 1997.

GUPTA, S.; NEWBERRY, K. *Determinants of the variability in corporate effective tax rates: evidence from longitudinal study*. **Journal of Accounting and Public Policy**. [S.l.], p. 1-34, 1997.

HAGERMAN, Robert L.; ZMIJEWSKI, Mark E. *Some economic determinants of accounting policy choice*. **Journal of Accounting and Economics**. Rochester, v. 1, p. 141-161, 1979.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HANLON, Michelle; HEITZMAN, Shane. *A review of tax research*. **Journal of Accounting and Economics**. Rochester, v. 50, p. 127-178, 2010.

HOLTHAUSEN, Robert W.; LEFTWICH, Richard W. *The economic consequences of accounting choice implications of costly contracting and monitoring*. **Journal of Accounting and Economics**. Rochester, v. 5, p. 77-117, 1983.

HUNT, A.; MOYER, S.; SHEVLIN, T. *Managing interacting accounting measures to meet multiple objectives: a study of LIFO firms*. **Journal of Accounting and Economics**. Rochester, v. 21, p. 339-374, 1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, A. B. (Coord.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

JACOB, J. *Taxes and transfer pricing: income shifting and the volume of intrafirm transfers*. **Journal of Accounting Research**. Chicago, v. 34, p. 301-312, 1996.

JANSSEN, B. *Corporate effective tax rates in the Netherlands*. **De Economist**. [S.l.], v. 153, n. 1, p. 47-66, Spring 2005.

_____. *Effective tax rate (ETR) measures: alternatives and their validity*. **MARC Working Paper**. 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, Alexsandro B.; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2007.

MALAQUIAS, Rodrigo F. *et al.* Contabilização de juros sobre o capital próprio e economia tributária são sinônimos? *In*: SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO - SEMEAD, X., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2007.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **“Gerenciamento” dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

MARTINS, E.; ANUATTI NETO, F.; PEANO, C. **Origem do modelo brasileiro de correção monetária das demonstrações financeiras**. Estudo da ABRADEE-Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. São Paulo: FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, FEA/USP, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MAYDEW, Edward L. *Empirical tax research in accounting: a discussion*. **Journal of Accounting and Economics**. Rochester, v. 31, p. 389-403, 2001.

MEIRELES, J. L. F. **Inovação tecnológica na indústria brasileira: investimento, financiamento e incentivo governamental**. São Carlos, 2008. Tese (Doutorado em Engenharia

de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Departamento de Engenharia, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

MILLS, Lillian F. *et al.* *Investments in tax planning*. **The Journal of the American Taxation Association**. Sarasota, v. 20, n. 1, p. 1-20, Spring 1998.

_____; NEWBERRY, Kaye J. *Firms' off-balance sheet and hybrid debt financing: evidence from their book-tax reporting differences*. **The Journal of Accounting Research**. Chicago, v. 43, n. 2, p. 251-282, May. 2005.

MORAIS, José Fausto de. O que precisamos saber antes de falar sobre casuística, métodos e resultados. **Revista Estima**. [S.l.], v. 1, n. 2, p. 9-11, Jul./Set. 2003.

MUNIZ, Ian de Porto Alegre. **Reorganizações societárias**. São Paulo: Makron Books, 1996.

NEVES, César das. **Análise de investimentos**: projetos industriais e engenharia econômica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

NISHIOKA, Alexandre N. **Planejamento fiscal e elusão tributária na constituição e gestão de sociedades**: os limites da requalificação dos atos e negócios jurídicos pela administração. São Paulo, 2010. (Doutorado em Direito Econômico e Financeiro) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

NOBLE, H. S. **Princípios de contabilidade**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc, 1950.

PIQUERAS, Tatiana M. **A relação das diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável (book-tax differences) e gerenciamento de resultados no Brasil**. Ribeirão Preto, 2010. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PLESKO, George A. *An evaluation of alternative measures of corporate tax rates*. **Journal of Accounting and Economics**. Rochester, v. 35, p. 201-226, 2003.

POHLMANN, Marcelo C.; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Tributação e política tributária**. São Paulo: Atlas, 2006.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. RFB. **Carga tributária no Brasil 2010**. [2011]. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudoTributarios/estatisticas/CTB2010.pdf>. Acesso em: 21/12/2011.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. RFB. **Depreciação acelerada incentivada para fins da legislação fiscal.** [2010]. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2005/pergresp2005/pr379a380.htm>>. Acesso em: 17/08/2010.

REGO, S., *Tax avoidance activities of U.S. multinational corporations*. **Contemporary Accounting Research**. Iowa City, v. 20, p. 805-833, 2003.

REZENDE, A. J. **Um estudo sobre o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária em empresas brasileiras**. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Ariovaldo dos. Avaliação da falta de reconhecimento dos efeitos inflacionários no Brasil no período de 1996-2000 (2ª parte e última parte). **IOB-Boletim**. São Paulo, v. 28. 2001.

_____. Quem está pagando juros sobre capital próprio no Brasil? **Revista de Contabilidade e Finanças**. São Paulo, Edição 30 Anos de Doutorado, p. 33-44, junho 2007.

SCHIPPER, Katherine. *Commentary on earnings management*. **Accounting Horizons**. Sarasota, v. 3, p. 91-102, December. 1989.

SCHMIDT, A. *The persistence, forecasting, and valuation implications of the tax change components of earnings*. **The Accounting Review**. [S.l.], v. 81, p. 589-616, 2006.

SCHOLES, M.; WOLFSON, M. **Taxes and business strategy: a planning approach**. Engewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1992.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**: revisada e ampliada de acordo com a ABNT. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SHACKELFORD, Douglas A.; SHEVLIN, Terry. *Empirical tax research in accounting*. **Journal of Accounting and Economics**. Rochester, v. 31, p. 321-387, 2001.

SHEVLIN, Terry. *Research in taxation*. **Accounting Horizons**. Sarasota, v. 13, n. 4, p. 427-441, Dec. 1999.

SILVA, Adolfo H. Coutinho e. **Escolha de práticas contábeis no Brasil**: uma análise sob a ótica da hipótese dos *covenants* contratuais. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SILVA, Daniel Henrique Ferreira da *et al.* As operações de Fusão, Incorporação e Cisão e o Planejamento Tributário. *In*: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, IV., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EAC/FEA/USP, 2004.

SLEMROD, J. *The economics of corporate tax selfishness*. **National Tax Journal**. Michigan, v. 57, p. 877-899, September. 2004.

SOARES, Moacir J. **Gestão tributária**: um estudo sobre a prática de planejamento tributário adotada por indústrias paranaenses. Curitiba, 2008. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Programa em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Paraná.

SOUSA FILHO, R. C. *et al.* Análise dos efeitos contábeis e tributários da extinção do reconhecimento contábil da inflação no Brasil no período 1996-2000 (1ª parte). Informações Objetivas. **IOB, Caderno de Temática Contábil e Balanços**. São Paulo, ano 35, v. 12, mar. 2001.

SWEENEY, Amy P. *Debt-Covenant violations and managers' accounting responses*. **Journal of Accounting and Economics**. Rochester, v. 17, p. 281-308, 1994.

TANG, T. *Book-tax differences: a function of accounting-tax misalignment, earnings management and tax management: empirical evidence from China*. *In*: AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION ANNUAL MEETING, 2006, Washington DC. **Resumos...** Washington DC.: American Accounting Association, 2006.

WAEGENAERE, Anja; WIELHOUWER, Jacco L. *Dynamic tax depreciation strategies*. **OR Spectrum**. [S.l.], v. 33, n. 2, p. 419-444, 2011. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/102498/>>. Acesso em: 22/02/2011.

WASSERMAN, Claudio. **Tributação implícita**: redução do retorno pré-imposto em ativos favoravelmente tributados. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

WATTS, Ross L. *Accounting choice theory and market-based research in accounting*. **British Accounting Review**. Rochester, v. 24, p. 235-267, 1992.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, J. L. *Positive accounting theory*. NJ: Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 1986.

_____; _____. *Positive accounting theory: a ten year perspective*. **The Accounting Review**. [S.l.], v. 65, n.1, p. 131-156, Jan. 1990.

WILLIAMSON, Oliver E. *The economic institutions of capitalism*. New York: Free Press, 1985.

WILSON, R. *An examination of corporate tax shelter participants*. **The Accounting Review**. [S.l.], v. 84, p. 969-999, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – BANCO DE DADOS – EMPRESAS 2009
APÊNDICE 2 – BANCO DE DADOS – EMPRESAS 2010

APÊNDICE 1 - BANCO DE DADOS – EMPRESAS 2009

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
1	GRUCAI PARTICIPACOES S.A.	Transporte e Logística	287	685	103	0,1504	0	0	0	0	1
2	GAMA PARTICIPACOES S.A.	Comunicação e Tecnologia	7.730	3.193	130	0,0407	0	0	0	0	1
3	BIOMM S.A.	Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	9.085	5.727	0	0,0000	0	0	0	0	1
4	MAORI S.A.	Serviços	10.150	36	2	0,0556	0	0	0	0	1
5	DINAMICA ENERGIAS.A.	Energia	14.291	852	145	0,1702	1	0	5	6	2
6	GTD PARTICIPACOES S.A.	Energia	18.458	943	0	0,0000	0	0	0	0	1
7	CERAMICA CHIARELLI S.A.	Serviços	22.228	22.176	0	0,0000	0	0	0	0	1
8	PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.- PROMAN	Energia	23.493	441	83	0,1882	0	0	0	0	1
9	LOJAS HERING S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	23.549	198	10	0,0505	0	0	0	0	1
10	EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.	Alimentos	25.576	572	0	0,0000	0	0	0	0	1
11	AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	Energia	51.505	41.811	11.422	0,2732	1	3	0	5	2
12	AZEVEDO E TRAVASSOS S.A.	Construção Civil	53.945	15.686	-240	0,0000	1	0	0	2	2
13	UPTICK PARTICIPACOES S.A.	Energia	64.655	14.213	247	0,0174	1	0	0	2	2
14	BAUMER S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	70.299	5.143	2.885	0,5610	0	0	5	4	2
15	FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	73.061	6.376	1.020	0,1600	0	0	0	0	1
16	SONDOTECNICA ENGENHARIA SOLOS S.A.	Construção Civil	83.275	10.675	3.663	0,3431	0	0	0	0	1
17	MINASMAQUINAS S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	84.449	10.579	3.537	0,3343	0	0	0	0	1
18	CONCESSIONARIA RIO-TERESOPOLIS S.A.	Transporte e Logística	117.277	38.880	12.521	0,3220	0	0	5	4	2
19	INDUSTRIAS J B DUARTE S.A.	Alimentos	122.343	442	0	0,0000	0	0	0	0	1
20	CIA INDUSTRIAL SCHLOSSER S.A.	Têxtil e Vestuário	130.516	19.027	0	0,0000	0	0	0	0	1
21	TECNOSOLO ENGENHARIA S.A.	Construção Civil	147.673	2.921	466	0,1595	0	0	0	0	1
22	CAMBUCI S.A.	Têxtil e Vestuário	158.662	69.738	0	0,0000	0	0	0	0	1
23	ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR	Energia	185.281	17.335	136	0,0078	1	0	0	2	2
24	PANATLANTICA S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	191.541	10.971	2.757	0,2513	0	0	0	0	1
25	DALETH PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	203.307	11.538	0	0,0000	0	3	0	3	2
26	RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S.A.	Têxtil e Vestuário	211.196	10.281	2.333	0,2269	0	3	0	3	2
27	MANGELS INDUSTRIAL S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	215.869	18.817	1.381	0,0734	0	0	5	4	2
28	AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	Têxtil e Vestuário	224.534	55.666	4.237	0,0761	1	3	5	8	2
29	BICICLETAS MONARK S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	229.136	11.412	2.836	0,2485	0	0	0	0	1
30	TEKNO S.A. - INDÚSTRIA E COMERCIO	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	233.358	22.172	5.832	0,2630	1	0	0	2	2
31	ELECTRO ACO ALTONA S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	235.291	3.593	0	0,0000	0	0	0	0	1
32	CIA INDUSTRIAL CATAGUASES	Têxtil e Vestuário	241.957	19.496	3.569	0,1831	1	0	5	6	2
33	EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A.ECONORTE	Transporte e Logística	256.761	14.377	9.663	0,6721	1	0	5	6	2
34	CSU CARDSYSTEM S.A.	Serviços	262.795	25.666	14.579	0,5680	0	0	5	4	2
35	CONSERVAS ODERICH S.A.	Alimentos	263.753	20.006	1.862	0,0931	0	0	0	0	1
36	CIA TECIDOS SANTANENSE	Têxtil e Vestuário	280.069	21.337	3.954	0,1853	0	0	5	4	2
37	CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.	Construção Civil	291.674	1.342	0	0,0000	0	0	0	0	1

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
38	PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	294.942	10.084	0	0,0000	0	0	0	0	1
39	HOPI HARI S.A.	Serviços	301.601	18.348	0	0,0000	0	0	5	4	2
40	KARSTEN S.A.	Têxtil e Vestuário	328.777	8.940	0	0,0000	0	3	0	3	2
41	DIMED S.A. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	Comércio (Atacado e Varejo)	333.054	42.330	11.914	0,2815	1	0	5	6	2
42	CIA IGUACU DE CAFE SOLUVEL	Alimentos	337.321	4.694	3.177	0,6768	1	0	0	2	2
43	BUETTNER S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	Têxtil e Vestuário	358.737	25.501	0	0,0000	0	0	0	0	1
44	CONC ROD OSORIO-PORTO ALEGRE S.A- CONCEPA	Construção Civil	359.650	12.824	-6.376	0,0000	0	0	0	0	1
45	CP CIMENTO E PARTICIPACOES S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	390.263	42.806	0	0,0000	0	0	0	0	1
46	AMPLA INVESTIMENTOS E SERVICOS S.A.	Energia	390.812	38.957	0	0,0000	0	0	5	4	2
47	CIA CACIQUE DE CAFE SOLUVEL	Alimentos	401.381	17.845	2.867	0,1607	0	0	0	0	1
48	MARISOL S.A.	Têxtil e Vestuário	413.435	45.203	405	0,0090	0	3	0	3	2
49	AUTOMETAL S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	427.848	39.599	1.828	0,0462	0	0	5	4	2
50	CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	Construção Civil	430.473	10.427	0	0,0000	0	0	0	0	1
51	LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S.A.	Construção Civil	436.546	28.216	2.243	0,0795	0	3	0	3	2
52	BRASIL BROKERS PARTICIPACOES S.A.	Construção Civil	438.785	44.927	0	0,0000	0	0	0	0	1
53	MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.	Construção Civil	440.294	101.424	25.915	0,2555	1	3	0	5	2
54	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	451.383	48.031	11.931	0,2484	0	0	5	4	2
55	CONTAX PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	451.635	132.051	245	0,0019	0	3	0	3	2
56	NADIR FIGUEIREDO IND E COM S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	456.992	17.784	2.210	0,1243	1	0	0	2	2
57	MILLENNIUM INORGANIC CHEMICALS BR S.A.	Petroquímicos e Borracha	486.804	1.306	0	0,0000	0	0	0	0	1
58	ESTACIO PARTICIPACOES S.A.	Serviços	500.565	64.626	0	0,0000	0	0	0	0	1
59	BEMATECH S.A.	Comunicação e Tecnologia	500.736	32.941	0	0,0000	0	0	5	4	2
60	PORTOBELLO S.A.	Construção Civil	503.014	23.415	0	0,0000	0	3	0	3	2
61	DOHLER S.A.	Têxtil e Vestuário	503.608	5.221	0	0,0000	0	0	0	0	1
62	TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	Transporte e Logística	514.164	105.265	28.031	0,2663	0	3	0	3	2
63	ETERNIT S.A.	Construção Civil	514.567	74.798	2.147	0,0287	1	0	0	2	2
64	BRASIL ECODIESEL IND COM BIO.OL.VEG.S.A.	Petroquímicos e Borracha	515.109	34.878	0	0,0000	0	0	0	0	1
65	JOAO FORTES ENGENHARIA S.A.	Construção Civil	520.016	71.358	4.683	0,0656	0	0	0	0	1
66	GENERAL SHOPPING BRASIL S.A.	Serviços	526.274	24.423	0	0,0000	0	0	0	0	1
67	SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES	Gráficas e Editoras	529.484	67.405	12.952	0,1922	1	0	0	2	2
68	FRAS-LE S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	596.432	51.916	0	0,0000	1	3	0	5	2
69	CREMER S.A.	Têxtil e Vestuário	601.223	51.141	5.473	0,1070	1	0	5	6	2
70	HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	Construção Civil	612.991	78.944	0	0,0000	0	0	5	4	2
71	ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.	Transporte e Logística	631.509	212.292	0	0,0000	0	0	0	0	1
72	CIA ENERGETICA DE BRASILIA	Energia	634.466	58.683	6.148	0,1048	0	0	0	0	1
73	SCHULZ S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	641.120	53.040	7.224	0,1362	0	0	0	0	1
74	BHG S.A. - BRAZIL HOSPITALITY GROUP	Serviços	643.785	9.354	2.885	0,3084	0	3	0	3	2
75	J. MACEDO S.A.	Alimentos	650.856	5.111	0	0,0000	0	0	5	4	2
76	CYRELA COMMERCIAL PROPERT S.A. EMPR PART	Construção Civil	658.283	62.732	222	0,0035	0	3	0	3	2

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
77	VALID SOLUÇÕES E SERV. SEG. MEIOS PAG. IDENT. S.A.	Serviços	658.377	58.809	6.028	0,1025	1	0	5	6	2
78	ITAPEBI GERACAO DE ENERGIAS.A.	Energia	667.017	165.509	23.896	0,1444	1	0	5	6	2
79	CIA HERING	Têxtil e Vestuário	677.833	186.121	22.548	0,1211	1	0	5	6	2
80	JOSAPAR-JOAOQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP	Alimentos	687.338	5.814	0	0,0000	1	0	0	2	2
81	DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	Construção Civil	691.559	79.472	377	0,0047	0	0	0	0	1
82	LA FONTE TELECOM S.A.	Telecomunicações	696.940	183.779	0	0,0000	0	0	5	4	2
83	DROGASIL S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	730.954	105.220	31.077	0,2954	1	3	5	8	2
84	FORJAS TAURUS S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	754.130	69.240	17.220	0,2487	1	0	5	6	2
85	CIA MELHORAMENTOS DE SAO PAULO	Papel e Celulose	803.181	157.486	0	0,0000	0	0	0	0	1
86	SANTHER FAB DE PAPEL STA THEREZINHA S.A.	Papel e Celulose	830.076	30.371	1.839	0,0606	1	0	5	6	2
87	MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO	Têxtil e Vestuário	831.096	1.655	0	0,0000	0	0	0	0	1
88	BARDELLA S.A. INDUSTRIAS MECANICAS	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	887.682	944	642	0,6801	0	3	0	3	2
89	BOMBRIL S.A.	Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	891.567	317.179	0	0,0000	0	0	5	4	2
90	ALIANSCCE SHOPPING CENTERS S.A.	Construção Civil	903.329	44.933	2.684	0,0597	0	0	0	0	1
91	INV E PART INFRA-ESTRUTURA S.A. -INVEPAR	Transporte e Logística	970.582	5.372	0	0,0000	0	3	5	7	2
92	EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPACOES S.A.	Construção Civil	974.761	162.931	0	0,0000	0	0	0	0	1
93	CLARION S.A. AGROINDUSTRIAL	Alimentos	1.003.840	34.236	0	0,0000	0	0	0	0	1
94	PROFARMA DISTRIB PROD FARMACEUTICOS S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	1.015.508	71.540	18.748	0,2621	0	0	5	4	2
95	CELULOSE IRANI S.A.	Papel e Celulose	1.051.591	45.413	0	0,0000	0	0	0	0	1
96	DIXIE TOGA S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	1.065.154	73.102	4.019	0,0550	0	3	5	7	2
97	CIA FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	1.067.575	38.033	11.363	0,2988	1	0	5	6	2
98	CIA TELECOMUNICACOES DO BRASIL CENTRAL	Telecomunicações	1.089.840	114.483	12.183	0,1064	1	0	0	2	2
99	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.	Transporte e Logística	1.090.309	92.507	15	0,0002	0	0	0	0	1
100	BONAIRE PARTICIPACOES S.A.	Energia	1.093.125	234.667	0	0,0000	0	0	0	0	1
101	CONCESSIONARIA ECOVIAS IMIGRANTES S.A.	Transporte e Logística	1.095.027	305.081	89.710	0,2941	1	0	0	2	2
102	TERMOPERNAMBUCO S.A.	Energia	1.122.720	172.603	22.278	0,1291	1	0	5	6	2
103	ODONTOPREV S.A.	Serviços	1.125.617	76.674	19.650	0,2563	1	3	5	8	2
104	ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC	Comunicação e Tecnologia	1.129.261	43.690	0	0,0000	0	0	0	0	1
105	EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIAS.A.	Energia	1.130.957	15.485	0	0,0000	0	0	0	0	1
106	SANTOS BRASIL S.A.	Transporte e Logística	1.140.718	216.865	27.866	0,1285	1	0	5	6	2
107	CONCESSIONARIA RODOVIA PRES. DUTRA S.A.	Transporte e Logística	1.178.640	210.920	92.879	0,4404	1	0	5	6	2
108	LF TEL S.A.	Telecomunicações	1.179.076	198.870	0	0,0000	0	0	5	4	2
109	CIA PROVIDENCIA INDUSTRIA E COMERCIO	Petroquímicos e Borracha	1.206.792	54.409	18.916	0,3477	0	0	0	0	1
110	FLEURY S.A.	Serviços	1.236.945	125.308	32.803	0,2618	0	3	5	7	2
111	JHSF PARTICIPACOES S.A.	Construção Civil	1.254.151	151.356	0	0,0000	0	3	5	7	2
112	UNIVERSO ONLINE S.A.	Telecomunicações	1.285.254	130.980	2.878	0,0220	0	3	0	3	2
113	BROOKFIELD SÃO PAULO EMPREEND IMOBILIÁRIOS S.A.	Construção Civil	1.287.813	20.123	5.671	0,2818	0	0	0	0	1
114	MARISA LOJAS S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	1.346.787	90.534	4.734	0,0523	1	3	5	8	2
115	POSITIVO INFORMATICA S.A.	Comunicação e Tecnologia	1.348.344	61.530	-11.948	0,0000	0	3	5	7	2
116	EQUATORIAL ENERGIAS.A.	Energia	1.349.091	215.355	117	0,0005	0	0	0	0	1

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
117	EUCATEX S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	Construção Civil	1.353.698	196.998	0	0,0000	0	0	0	0	1
118	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	Serviços	1.367.168	93.652	16.583	0,1771	1	3	0	5	2
119	ANDRADE GUTIERREZ CONCESSOES S.A.	Energia	1.390.260	368.903	0	0,0000	0	0	5	4	2
120	CONCESSIONARIA ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A	Transporte e Logística	1.402.523	224.861	62.340	0,2772	0	0	5	4	2
121	BAESA - ENERGETICA BARRA GRANDE S.A.	Energia	1.422.042	95.637	31.892	0,3335	0	0	0	0	1
122	IOCHPE MAXION S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	1.431.888	100.336	27.045	0,2695	0	3	0	3	2
123	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	Construção Civil	1.432.119	219.026	3.207	0,0146	1	0	0	2	2
124	CAMARGO CORREA DESENV. IMOBILIARIO S.A.	Construção Civil	1.436.456	71.533	15.865	0,2218	0	0	0	0	1
125	INVESTCO S.A.	Energia	1.444.131	129.084	29.977	0,2322	1	0	5	6	2
126	ALPARGATAS S.A.	Têxtil e Vestuário	1.464.347	141.276	8.380	0,0593	1	0	5	6	2
127	CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN	Energia	1.466.970	301.747	47.026	0,1558	0	0	5	4	2
128	JEREISSATI PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	1.475.826	186.065	2.754	0,0148	0	3	0	3	2
129	VICUNHA TEXTIL S.A.	Têxtil e Vestuário	1.487.131	69.201	2.825	0,0408	0	0	5	4	2
130	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S.A	Serviços	1.544.737	76.711	0	0,0000	0	0	0	0	1
131	CIA TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS	Têxtil e Vestuário	1.574.591	1.105	0	0,0000	0	0	5	4	2
132	EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	Construção Civil	1.604.504	124.454	0	0,0000	0	0	0	0	1
133	CIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAM.- CASAN	Saneamento, Serviço de Água e Gás	1.606.574	34.938	19.009	0,5441	0	0	5	4	2
134	MARCOPOLO S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	1.620.509	164.686	10.708	0,0650	1	3	5	8	2
135	ENERGISA S.A.	Energia	1.640.870	263.762	0	0,0000	0	0	0	0	1
136	SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S.A.	Transporte e Logística	1.673.307	69.378	0	0,0000	0	0	0	0	1
137	RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	1.676.303	145.373	8.743	0,0601	1	3	5	8	2
138	INDUSTRIAS ROMI S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	1.711.286	11.219	2.224	0,1982	1	0	0	2	2
139	EMPRESA ENERG MATO GROS.SUL S.A.- ENERSUL	Energia	1.726.810	147.957	18.979	0,1283	1	0	0	2	2
140	CONFAB INDUSTRIAL S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	1.742.196	258.997	54.044	0,2087	1	0	0	2	2
141	GRENDENE S.A.	Têxtil e Vestuário	1.767.158	286.512	17.437	0,0609	0	0	5	4	2
142	FERTILIZANTES HERINGER S.A.	Petroquímicos e Borracha	1.808.022	79.227	5.033	0,0635	0	0	5	4	2
143	CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	Energia	1.829.850	134.784	10.385	0,0770	0	0	5	4	2
144	M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	Alimentos	1.833.381	388.462	48.871	0,1258	0	3	5	7	2
145	JSL S.A.	Transporte e Logística	1.853.930	99.460	0	0,0000	0	0	5	4	2
146	LOJAS RENNER S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	1.855.560	263.071	82.599	0,3140	1	0	5	6	2
147	CIA DISTRIB DE GAS DO RIO DE JANEIRO-CEG	Saneamento, Serviço de Água e Gás	1.866.256	221.614	106.180	0,4791	1	0	5	6	2
148	CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	Energia	1.884.759	406.326	65.968	0,1624	1	0	0	2	2
149	ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A.	Transporte e Logística	1.914.708	58.288	17	0,0003	0	0	0	0	1
150	IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A	Comércio (Atacado e Varejo)	1.925.425	93.617	7.424	0,0793	1	3	0	5	2
151	521 PARTICIPACOES S.A.	Energia	1.954.524	568.283	7.111	0,0125	0	0	0	0	1
152	GUARARAPES CONFECCOES S.A.	Têxtil e Vestuário	1.977.933	244.661	29.313	0,1198	0	0	5	4	2
153	AMERICEL S.A.	Telecomunicações	2.024.500	235.161	49.531	0,2106	0	0	0	0	1
154	TAM S.A.	Transporte e Logística	2.051.613	1.247.165	-218	0,0000	0	3	0	3	2
155	MINERVA S.A.	Alimentos	2.052.676	67.828	9.136	0,1347	0	0	0	0	1

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
156	LOCALIZA RENT A CAR S.A.	Transporte e Logística	2.098.496	119.536	7.590	0,0635	1	3	0	5	2
157	FERROVIA CENTRO-ATLANTICA S.A.	Transporte e Logística	2.112.552	4.217	0	0,0000	0	0	0	0	1
158	AES ELPA S.A.	Energia	2.128.024	339.274	603	0,0018	0	0	0	0	1
159	ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A.-ESCELSA	Energia	2.132.583	199.949	32.494	0,1625	1	0	5	6	2
160	AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIAS.A.	Energia	2.143.308	194.578	23.580	0,1212	0	0	5	4	2
161	B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	Comércio (Atacado e Varejo)	2.162.859	72.055	10.361	0,1438	0	0	0	0	1
162	TUPY S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	2.172.883	210.702	21.571	0,1024	1	0	0	2	2
163	CONC SIST ANHANG-BANDEIRANT S.A. AUTOBAN	Transporte e Logística	2.203.575	513.738	163.552	0,3184	0	0	5	4	2
164	CONSTRUTORA TENDA S.A.	Construção Civil	2.246.752	79.098	91	0,0012	0	3	0	3	2
165	NATURA COSMETICOS S.A.	Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	2.278.480	812.719	144.403	0,1777	1	0	5	6	2
166	BANDEIRANTE ENERGIAS.A.	Energia	2.406.426	390.291	65.842	0,1687	1	0	5	6	2
167	CIA ENERGETICA DO MARANHAO - CEMAR	Energia	2.429.211	295.189	61.513	0,2084	0	0	5	4	2
168	RIO GRANDE ENERGIAS.A.	Energia	2.525.647	243.296	23.824	0,0979	1	0	0	2	2
169	CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE	Energia	2.753.112	488.947	76.041	0,1555	0	0	5	4	2
170	BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	Construção Civil	2.779.991	190.387	-2.569	0,0000	0	0	0	0	1
171	ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.	Energia	3.096.247	814.322	106.639	0,1310	1	0	5	6	2
172	INTERCEMENT BRASIL S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	3.105.465	546.405	0	0,0000	0	0	5	4	2
173	CENTRAIS ELET MATOGROSSENSES S.A.- CEMAT	Energia	3.186.916	181.489	37.344	0,2058	1	0	0	2	2
174	VICUNHA SIDERURGIA S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	3.337.709	1.251.401	68.540	0,0548	0	0	5	4	2
175	WEG S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	3.347.771	556.802	48	0,0001	1	0	0	2	2
176	MULTIPLAN - EMPREEND IMOBILIARIOS S.A.	Construção Civil	3.495.315	255.714	20.269	0,0793	0	3	0	3	2
177	CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE	Energia	3.535.962	730.062	101.258	0,1387	1	0	5	6	2
178	CPFL GERACAO DE ENERGIAS.A.	Energia	3.592.786	355.130	49.782	0,1402	1	0	0	2	2
179	ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.	Transporte e Logística	3.609.885	167.982	14.218	0,0846	0	0	5	4	2
180	LIGHT S.A.	Energia	3.705.423	588.804	0	0,0000	0	0	0	0	1
181	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	Construção Civil	3.706.471	374.164	998	0,0027	1	0	5	6	2
182	CIA GAS DE SAO PAULO - COMGAS	Saneamento, Serviço de Água e Gás	3.760.114	979.637	289.243	0,2953	0	0	5	4	2
183	CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE- GT	Energia	3.777.734	1.521.935	44.161	0,0290	0	0	5	4	2
184	ROSSI RESIDENCIAL S.A.	Construção Civil	3.786.097	210.743	7	0,0000	0	0	0	0	1
185	GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.	Transporte e Logística	3.864.911	890.200	0	0,0000	0	0	0	0	1
186	CENTRAIS ELET DO PARA S.A. - CELPA	Energia	3.989.635	70.964	1.759	0,0248	1	0	0	2	2
187	WHIRLPOOL S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	4.000.158	345.343	40.482	0,1172	1	0	0	2	2
188	CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D	Energia	4.027.902	1.932.900	0	0,0000	0	0	0	0	1
189	LOJAS AMERICANAS S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	4.202.266	207.826	53.687	0,2583	1	3	0	5	2
190	CIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	Energia	4.313.384	1.120.986	175.268	0,1564	1	0	5	6	2
191	AES TIETE S.A.	Energia	4.372.640	1.054.910	387.335	0,3672	1	0	5	6	2
192	AMPLA EnergiaE SERVICOS S.A.	Energia	4.505.620	547.606	97.720	0,1784	0	0	0	0	1
193	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	Energia	4.555.033	697.265	2.881	0,0041	1	0	0	2	2
194	CCR S.A.	Transporte e Logística	4.595.363	704.095	0	0,0000	0	0	5	4	2
195	CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA	Energia	4.757.880	1.067.080	135.187	0,1267	0	0	5	4	2

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
196	MRS LOGISTICA S.A.	Transporte e Logística	4.812.824	887.137	392.503	0,4424	0	0	5	4	2
197	CIA SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR	Saneamento, Serviço de Água e Gás	4.944.573	188.013	0	0,0000	0	3	0	3	2
198	DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A.	Energia	4.977.222	151.788	82.716	0,5449	0	0	5	4	2
199	SOUZA CRUZ S.A.	Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	4.978.052	1.953.427	471.081	0,2412	1	0	5	6	2
200	DURATEX S.A.	Construção Civil	4.999.137	188.649	9.951	0,0527	1	3	0	5	2
201	ALL AMERICA LATINA LOGISTICA S.A.	Transporte e Logística	5.238.027	40.024	4.710	0,1177	1	3	5	8	2
202	CIA BRASILEIRA DE ENERGIA	Energia	5.322.456	619.054	0	0,0000	0	3	0	3	2
203	GAFISA S.A.	Construção Civil	5.716.173	88.274	0	0,0000	0	0	5	4	2
204	BR MALLS PARTICIPACOES S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	5.768.517	1.076.399	940	0,0009	0	0	0	0	1
205	HYPERMARCAS S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	5.989.258	449.759	-76.190	0,0000	0	3	0	3	2
206	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	6.124.399	435.135	1.806	0,0042	1	3	0	5	2
207	CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	Energia	6.198.812	888.725	278.654	0,3135	1	0	5	6	2
208	CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREEND E PART	Construção Civil	6.204.404	734.023	4.674	0,0064	0	3	0	3	2
209	CPFL ENERGIAS.A.	Energia	6.841.525	1.619.634	18.568	0,0115	0	0	5	4	2
210	CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS-COPASA MG	Saneamento, Serviço de Água e Gás	6.929.326	673.017	147.711	0,2195	1	0	5	6	2
211	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S.A.	Telecomunicações	7.063.948	557.955	88	0,0002	1	0	0	2	2
212	MENDES JUNIOR ENGENHARIA S.A.	Construção Civil	7.309.660	563.405	0	0,0000	0	0	0	0	1
213	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.	Energia	8.419.932	864.227	108.355	0,1254	0	0	5	4	2
214	CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	Energia	8.655.254	1.192.771	154.280	0,1293	1	0	5	6	2
215	TRACTEBEL ENERGIAS.A.	Energia	8.729.163	1.494.664	433.043	0,2897	1	0	5	6	2
216	TIM PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	8.845.199	343.075	1.702	0,0050	0	3	0	3	2
217	MARFRIG ALIMENTOS S/A	Alimentos	9.346.892	588.191	25.432	0,0432	0	0	0	0	1
218	NEOENERGIAS.A.	Energia	9.347.278	1.806.357	1.238	0,0007	1	3	5	8	2
219	EMBRATEL PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	10.015.151	1.278.803	1.017	0,0008	0	0	0	0	1
220	METALURGICA GERDAU S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	10.368.515	345.496	0	0,0000	0	3	5	7	2
221	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	Agronegócio	10.470.509	1.275.791	0	0,0000	0	0	5	4	2
222	KLABIN S.A.	Papel e Celulose	10.698.816	527.482	234.240	0,4441	0	0	0	0	1
223	ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	Energia	11.178.345	1.548.145	283.468	0,1831	1	3	5	8	2
224	CIA PARANAENSE DE ENERGIA- COPEL	Energia	11.661.962	848.095	0	0,0000	0	3	0	3	2
225	VIVO PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	12.054.161	864.987	3.719	0,0043	1	0	0	2	2
226	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	12.658.155	4.284.059	4.334	0,0010	0	3	5	7	2
227	CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A.	Energia	12.728.660	1.529.300	507.376	0,3318	1	0	5	6	2
228	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	Energia	12.850.239	2.259.790	115.749	0,0512	0	0	5	4	2
229	EMBRAER S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	13.511.285	571.051	25.060	0,0439	1	0	5	6	2
230	CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	Comércio (Atacado e Varejo)	13.567.527	713.771	44.319	0,0621	0	3	0	3	2
231	COARI PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	16.659.403	5.281.125	0	0,0000	0	3	5	7	2
232	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Papel e Celulose	17.340.078	1.332.705	184.644	0,1385	1	0	5	6	2
233	REDECARD S.A.	Serviços	17.459.193	2.069.398	679.367	0,3283	1	0	5	6	2
234	LITEL PARTICIPACOES S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	17.640.798	1.295.122	0	0,0000	0	3	0	3	2
235	BRF - BRASIL FOODS S.A.	Alimentos	18.901.403	144.573	32.383	0,2240	1	3	5	8	2

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
236	CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	Energia	19.761.666	691.303	166.770	0,2412	1	0	0	2	2
237	CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	Saneamento, Serviço de Água e Gás	20.242.917	2.110.352	748.708	0,3548	1	0	0	2	2
238	TELEC DE SAO PAULO S.A. - TELESP	Telecomunicações	20.304.083	3.124.408	920.319	0,2946	1	3	5	8	2
239	GERDAU S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	21.542.133	1.213.831	44.649	0,0368	1	0	5	6	2
240	BRASKEM S.A.	Petroquímicos e Borracha	22.768.413	1.748.954	340.079	0,1944	0	3	0	3	2
241	USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	25.005.327	1.637.250	99.449	0,0607	1	0	5	6	2
242	HAGA S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	29.329.175	2.683.559	235.550	0,0878	0	0	5	4	2
243	FIBRIA CELULOSE S.A.	Papel e Celulose	30.644.570	1.961.921	0	0,0000	0	0	5	4	2
244	CIA SIDERURGICA NACIONAL	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	34.060.028	2.801.317	270.649	0,0966	1	3	5	8	2
245	CIA BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV	Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	35.011.280	6.587.760	-175.362	0,0000	1	3	5	8	2
246	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	Telecomunicações	46.727.823	5.168.298	31.890	0,0062	0	0	0	0	1
247	SUBESTACAO ELETROMETRO S.A.	Energia	47.374.727	3.558.168	1.105.739	0,3108	0	0	0	0	1
248	METISA METALURGICA TIMBOENSE S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	219.776.628	30.523.165	9.554.435	0,3130	0	0	0	0	1
249	PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	Petroquímicos e Borracha	318.997.070	36.252.763	5.870.026	0,1619	1	3	5	8	2
250	GRAZZIOTIN S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	345.357.636	34.191.671	6.031.358	0,1764	1	3	0	5	2

APÊNDICE 2 – BANCO DE DADOS – EMPRESAS 2010

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
1	AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	Energia	84.977	20.714	1.687	0,0814	0	0	0	1	1
2	AMERICEL S.A.	Telecomunicações	2.072.017	202.723	64.907	0,3202	0	0	0	1	1
3	AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	Energia	4.313.606	327.915	87.420	0,2666	0	0	0	1	1
4	BAESA - ENERGETICA BARRA GRANDE S.A.	Energia	1.377.291	94.579	31.853	0,3368	0	0	0	1	1
5	BICICLETAS MONARK S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	427.989	262.774	89.721	0,3414	0	0	0	1	1
6	BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	Construção Civil	4.008.921	395.048	18.510	0,0469	0	0	0	1	1
7	CELULOSE IRANI S.A.	Papel e Celulose	1.138.699	39.928	2.986	0,0748	0	0	0	1	1
8	CIA CACIQUE DE CAFE SOLUVEL	Alimentos	521.590	13.349	6.640	0,4974	0	0	0	1	1
9	CIA ENERGETICA DE BRASILIA	Energia	623.735	4.715	1.917	0,4066	0	0	0	1	1
10	CIA PROVIDENCIA INDUSTRIA E COMERCIO	Petroquímicos e Borracha	1.179.282	33.036	13.690	0,4144	0	0	0	1	1
11	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.- ECOPISTAS	Transporte e Logística	718.721	14.750	-2.134	0,0000	0	0	0	1	1
12	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	Agronegócio	11.650.699	914.358	2.429	0,0027	0	0	0	1	1
13	CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDE E PART	Construção Civil	6.811.649	584.038	851	0,0015	0	0	0	1	1
14	ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.	Transporte e Logística	1.801.758	603.454	10.382	0,0172	0	0	0	1	1
15	ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR	Energia	211.190	24.077	825	0,0343	0	0	0	1	1
16	EMAE - EMPRESA METROP. AGUAS Energia S.A.	Energia	1.133.069	31.860	4.888	0,1534	0	0	0	1	1
17	GAMA PARTICIPACOES S.A.	Comunicação e Tecnologia	8.456	851	190	0,2233	0	0	0	1	1
18	JOAO FORTES ENGENHARIA S.A.	Construção Civil	1.001.962	94.750	4.401	0,0464	0	0	0	1	1
19	JOSAPAR-JOQUIM OLIVEIRA S.A. - PARTICIP	Alimentos	781.336	19.274	7.119	0,3694	0	0	0	1	1
20	KLABIN S.A.	Papel e Celulose	11.433.668	771.417	54.593	0,0708	0	0	0	1	1
21	LOJAS HERING S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	23.836	102	16	0,1569	0	0	0	1	1
22	METISA METALURGICA TIMBOENSE S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	258.498.323	27.742.473	8.329.689	0,3003	0	0	0	1	1
23	MINASMAQUINAS S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	147.545	12.473	4.082	0,3273	0	0	0	1	1
24	PRODUTORES ENERGET. DE MANSO S.A. - PROMAN	Energia	22.750	399	81	0,2030	0	0	0	1	1
25	RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S.A.	Têxtil e Vestuário	275.069	55.994	10.014	0,1788	0	0	0	1	1
26	SCHULZ S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	695.882	70.956	19.468	0,2744	0	0	0	1	1
27	SLC AGRICOLA S.A.	Agronegócio	2.430.073	76.219	1.323	0,0174	0	0	0	1	1
28	SONDOTECHNICA ENGENHARIA SOLOS S.A.	Construção Civil	82.076	10.283	5.368	0,5220	0	0	0	1	1
29	TEKNO S.A. - INDUSTRIA E COMERCIO	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	249.619	32.928	8.853	0,2689	0	0	0	1	1
30	TELEC BRASILEIRAS S.A. TELEBRAS	Telecomunicações	447.159	13.062	799	0,0612	0	0	0	1	1
31	UNIVERSO ONLINE S.A.	Telecomunicações	1.869.410	106.293	3.000	0,0282	0	0	0	1	1

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
32	VALE FERTILIZANTES S.A.	Petroquímicos e Borracha	4.633.913	187.407	80.445	0,4293	0	0	0	1	1
33	WEMBLEY SOCIEDADE ANONIMA	Têxtil e Vestuário	469.243	1.656	87	0,0525	0	0	0	1	1
34	521 PARTICIPACOES S.A.	Energia	2.033.560	352.846	9.745	0,0276	0	0	0	1	1
35	BRF - BRASIL FOODS S.A.	Alimentos	18.892.303	776.142	-2.886	0,0000	1	3	5	8	2
36	CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A.	Energia	12.375.562	1.431.692	409.645	0,2861	1	3	5	8	2
37	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	Energia	105.663.349	2.453.201	149.381	0,0609	1	3	5	8	2
38	CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	Energia	2.040.956	284.703	11.187	0,0393	1	3	5	8	2
39	CIA SIDERURGICA NACIONAL	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	37.368.812	2.681.493	90.485	0,0337	1	3	5	8	2
40	DROGASIL S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	922.285	120.829	29.981	0,2481	1	3	5	8	2
41	FLEURY S.A.	Serviços	1.320.387	194.166	24.969	0,1286	1	3	5	8	2
42	GERDAU S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	23.588.992	2.129.093	12.774	0,0060	1	3	5	8	2
43	MAHLE-METAL LEVE S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	2.409.834	111.199	45.742	0,4114	1	3	5	8	2
44	MARCOPOLO S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	2.136.465	389.420	80.174	0,2059	1	3	5	8	2
45	MARISA LOJAS S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	1.870.554	226.511	21.914	0,0967	1	3	5	8	2
46	PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	Petroquímicos e Borracha	466.655.103	43.799.917	3.614.451	0,0825	1	3	5	8	2
47	RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	2.369.456	280.188	35.501	0,1267	1	3	5	8	2
48	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	Papel e Celulose	18.677.950	891.454	120.162	0,1348	1	3	5	8	2
49	TOTVS S.A.	Comunicação e Tecnologia	1.362.219	159.312	20.792	0,1305	1	3	5	8	2
50	TRACTEBEL ENERGIAS.A.	Energia	9.687.063	1.709.507	504.818	0,2953	1	3	5	8	2
51	DIMED S.A. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	Comércio (Atacado e Varejo)	376.499	40.344	11.125	0,2758	1	3	5	8	2
52	BRASIL TELECOM S.A.	Telecomunicações	24.823.332	2.355.665	69.266	0,0294	1	3	0	5	2
53	CONFAB INDUSTRIAL S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	1.777.194	114.624	25.156	0,2195	1	3	0	5	2
54	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	Serviços	1.844.940	135.085	18.519	0,1371	1	3	0	5	2
55	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.	Transporte e Logística	1.257.593	287.187	19	0,0001	1	3	0	5	2
56	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	Energia	4.801.165	581.204	3.115	0,0054	1	3	0	5	2
57	ETERNIT S.A.	Construção Civil	577.655	112.630	8.923	0,0792	1	3	0	5	2
58	GRAZZIOTIN S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	375.131.135	44.649.197	11.376.296	0,2548	1	3	0	5	2
59	IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A	Comércio (Atacado e Varejo)	2.049.387	151.173	823	0,0054	1	3	0	5	2
60	KEPLER WEBER S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	409.328	27.246	415	0,0152	1	3	0	5	2
61	LOCALIZA RENT A CAR S.A.	Transporte e Logística	2.712.759	311.843	41.082	0,1317	1	3	0	5	2
62	LOJAS AMERICANAS S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	4.657.067	409.343	112.859	0,2757	1	3	0	5	2
63	MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.	Construção Civil	924.093	141.830	36.565	0,2578	1	3	0	5	2
64	SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES	Gráficas e Editoras	609.418	81.130	18.687	0,2303	1	3	0	5	2
65	TAM S.A.	Transporte e Logística	2.936.727	641.580	4.527	0,0071	1	3	0	5	2
66	TELEMAR NORTE LESTE S.A.	Telecomunicações	47.797.978	1.614.369	5.532	0,0034	1	3	0	5	2
67	VIVO PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	13.584.577	1.955.799	2.026	0,0010	1	3	0	5	2

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
68	WEG S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	3.535.994	520.203	545	0,0010	1	3	0	5	2
69	AES TIETE S.A.	Energia	4.208.448	1.094.411	385.643	0,3524	1	0	5	6	2
70	ALL AMERICA LATINA LOGISTICA S.A.	Transporte e Logística	5.113.943	301.788	6.307	0,0209	1	0	5	6	2
71	ALPARGATAS S.A.	Têxtil e Vestuário	1.927.798	327.181	23.161	0,0708	1	0	5	6	2
72	AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	Têxtil e Vestuário	247.848	85.210	15.654	0,1837	1	0	5	6	2
73	BANDEIRANTE ENERGIAS.A.	Energia	2.656.839	405.583	82.433	0,2032	1	0	5	6	2
74	CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	Energia	9.599.562	575.162	188.518	0,3278	1	0	5	6	2
75	CENTRAIS ELET MATOGROSSENSES S.A.- CEMAT	Energia	3.328.329	39.402	3.846	0,0976	1	0	5	6	2
76	CIA BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV	Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	37.814.986	8.269.467	102.573	0,0124	1	0	5	6	2
77	CIA DISTRIB DE GAS DO RIO DE JANEIRO-CEG	Saneamento, Serviço de Água e Gás	2.012.553	318.392	93.317	0,2931	1	0	5	6	2
78	CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE	Energia	3.680.215	539.898	94.388	0,1748	1	0	5	6	2
79	CIA FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	1.183.392	160.161	28.891	0,1804	1	0	5	6	2
80	CIA FIACAO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	Têxtil e Vestuário	455.968	13.308	1.398	0,1050	1	0	5	6	2
81	CIA HERING	Têxtil e Vestuário	894.277	263.415	49.276	0,1871	1	0	5	6	2
82	CIA INDUSTRIAL CATAGUASES	Têxtil e Vestuário	263.098	19.272	4.615	0,2395	1	0	5	6	2
83	CIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	Energia	4.750.491	1.036.428	264.728	0,2554	1	0	5	6	2
84	CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS-COPASA MG	Saneamento, Serviço de Água e Gás	7.309.840	921.713	244.588	0,2654	1	0	5	6	2
85	CREMER S.A.	Têxtil e Vestuário	462.581	40.616	5.288	0,1302	1	0	5	6	2
86	CSU CARDSYSTEM S.A.	Serviços	312.851	46.243	10.650	0,2303	1	0	5	6	2
87	CTEEP - CIA TRANSMISSÃO EnergiaELÉTRICA PAULISTA	Energia	6.492.509	783.499	222.549	0,2840	1	0	5	6	2
88	DINAMICA EnergiaS.A.	Energia	14.116	916	139	0,1517	1	0	5	6	2
89	DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A.	Energia	4.875.524	261.660	115.353	0,4409	1	0	5	6	2
90	ELEKEIROZ S.A.	Petroquímicos e Borracha	633.216	58.672	6.183	0,1054	1	0	5	6	2
91	ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.	Energia	3.242.228	644.282	139.584	0,2167	1	0	5	6	2
92	ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	Energia	11.396.011	2.016.035	564.331	0,2799	1	0	5	6	2
93	EMBRAER S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	12.279.116	653.015	5.453	0,0084	1	0	5	6	2
94	EMPRESA ENERG MATO GROS.SUL S.A.-ENERSUL	Energia	1.761.363	122.171	22.318	0,1827	1	0	5	6	2
95	ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A.-ESCELSA	Energia	2.292.522	246.626	50.518	0,2048	1	0	5	6	2
96	FORJAS TAURUS S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	766.655	79.332	9.056	0,1142	1	0	5	6	2
97	INVESTCO S.A.	Energia	1.418.978	97.664	30.496	0,3123	1	0	5	6	2
98	ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA S.A.	Energia	637.413	167.126	24.015	0,1437	1	0	5	6	2
99	LOJAS RENNER S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	2.048.144	428.466	132.918	0,3102	1	0	5	6	2
100	M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	Alimentos	2.065.111	362.311	6.290	0,0174	1	0	5	6	2
101	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	Construção Civil	5.648.223	675.812	8.948	0,0132	1	0	5	6	2
102	NATURA COSMETICOS S.A.	Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	2.609.022	1.053.123	313.612	0,2978	1	0	5	6	2

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
103	REDECARD S.A.	Serviços	22.979.256	2.077.005	695.708	0,3350	1	0	5	6	2
104	SOUZA CRUZ S.A.	Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	5.470.731	1.980.363	516.494	0,2608	1	0	5	6	2
105	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	13.762.167	1.456.589	4	0,0000	1	0	5	6	2
106	TELEC DE SAO PAULO S.A. - TELESP	Telecomunicações	19.600.980	3.413.812	1.014.976	0,2973	1	0	5	6	2
107	TERMOVERNAMBUCO S.A.	Energia	1.036.803	105.115	12.690	0,1207	1	0	5	6	2
108	USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	29.345.091	1.852.375	231.684	0,1251	1	0	5	6	2
109	AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	Energia	50.363	10.413	3.012	0,2893	1	0	0	2	2
110	AZEVEDO E TRAVASSOS S.A.	Construção Civil	72.627	16.023	583	0,0364	1	0	0	2	2
111	CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	Energia	18.884.004	173.730	148.860	0,8568	1	0	0	2	2
112	CIA IGUACU DE CAFE SOLUVEL	Alimentos	370.231	1.548	15	0,0097	1	0	0	2	2
113	CIA PARANAENSE DE ENERGIA- COPEL	Energia	12.654.419	946.529	35.332	0,0373	1	0	0	2	2
114	CIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	Energia	2.235.605	448.374	131.446	0,2932	1	0	0	2	2
115	CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	Saneamento, Serviço de Água e Gás	23.293.050	2.293.245	697.077	0,3040	1	0	0	2	2
116	CIA TELECOMUNICACOES DO BRASIL CENTRAL	Telecomunicações	1.180.207	163.470	15.477	0,0947	1	0	0	2	2
117	CONCESSIONARIA ECOVIAS IMIGRANTES S.A.	Transporte e Logística	1.098.985	303.025	87.584	0,2890	1	0	0	2	2
118	CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	Energia	3.982.955	278.806	52.429	0,1880	1	0	0	2	2
119	DOHLER S.A.	Têxtil e Vestuário	505.616	12.970	1.171	0,0903	1	0	0	2	2
120	DURATEX S.A.	Construção Civil	5.456.925	563.907	59.339	0,1052	1	0	0	2	2
121	EMPRESA NAC COM REDITO PART S.A.ENCORPAR	Têxtil e Vestuário	172.946	8.896	1.256	0,1412	1	0	0	2	2
122	EUCATEX S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	Construção Civil	1.577.529	125.501	1.705	0,0136	1	0	0	2	2
123	FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	84.610	3.733	247	0,0662	1	0	0	2	2
124	INDUSTRIAS ROMI S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	1.839.019	78.068	14.517	0,1860	1	0	0	2	2
125	NADIR FIGUEIREDO IND E COM S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	481.187	24.469	6.825	0,2789	1	0	0	2	2
126	PORTOBELLO S.A.	Construção Civil	603.992	29.080	4.376	0,1505	1	0	0	2	2
127	RIO GRANDE EnergiaS.A.	Energia	2.793.276	325.424	76.289	0,2344	1	0	0	2	2
128	TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.	Transporte e Logística	545.487	156.324	32.116	0,2054	1	0	0	2	2
129	TELE NORTE CELULAR PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	11.184.535	1.989.229	113.373	0,0570	1	0	0	2	2
130	TUPY S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	2.395.845	187.567	41.363	0,2205	1	0	0	2	2
131	WHIRLPOOL S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	4.513.202	727.889	108.500	0,1491	1	0	0	2	2
132	YARA BRASIL FERTILIZANTES S.A.	Petroquímicos e Borracha	1.110.799	1.279.670	258.224	0,2018	1	0	0	2	2
133	AMPLA INVESTIMENTOS E SERVICOS S.A.	Energia	419.465	53.037	1	0,0000	0	3	0	3	2
134	ANDRADE GUTIERREZ CONCESSOES S.A.	Energia	2.204.382	727.995	66.030	0,0907	0	3	0	3	2
135	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S.A.	Serviços	2.576.108	51.118	529	0,0103	0	3	0	3	2
136	BOMBRIL S.A.	Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	887.664	14.850	2.590	0,1744	0	3	0	3	2
137	BRASKEM S.A.	Petroquímicos e Borracha	30.407.089	2.224.189	20.426	0,0092	0	3	0	3	2
138	CCR S.A.	Transporte e Logística	4.456.459	669.560	5.802	0,0087	0	3	0	3	2

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
139	CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	Comércio (Atacado e Varejo)	16.023.603	760.077	2.667	0,0035	0	3	0	3	2
140	CONTAX PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	520.103	111.342	1.984	0,0178	0	3	0	3	2
141	EQUATORIAL EnergiaS.A.	Energia	998.870	189.365	444	0,0023	0	3	0	3	2
142	GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.	Transporte e Logística	4.220.800	203.618	1.032	0,0051	0	3	0	3	2
143	INTERCEMENT BRASIL S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	3.261.278	303.298	7.559	0,0249	0	3	0	3	2
144	JEREISSATI PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	1.448.190	9.076	2.909	0,3205	0	3	0	3	2
145	LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S.A.	Construção Civil	721.817	118.846	3.916	0,0330	0	3	0	3	2
146	MAGNESITA REFRATARIOS S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	3.807.294	133.817	802	0,0060	0	3	0	3	2
147	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	6.539.581	763.219	4.350	0,0057	0	3	0	3	2
148	AES SUL DISTRIB GAUCHA DE EnergiaS.A.	Energia	2.430.054	118.702	30.295	0,2552	0	0	5	4	2
149	ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.	Transporte e Logística	3.377.999	340.340	31.285	0,0919	0	0	5	4	2
150	BAUMER S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	79.601	6.659	2.418	0,3631	0	0	5	4	2
151	BROOKFIELD SÃO PAULO EMPREEND IMOBILIÁRIOS S.A.	Construção Civil	2.175.051	72.273	4.872	0,0674	0	0	5	4	2
152	CAMBUCI S.A.	Têxtil e Vestuário	175.016	9.768	271	0,0277	0	0	5	4	2
153	CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA	Energia	5.374.135	1.114.903	146.371	0,1313	0	0	5	4	2
154	CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE	Energia	3.075.933	579.385	90.058	0,1554	0	0	5	4	2
155	CIA ENERGETICA DO MARANHÃO - CEMAR	Energia	2.807.608	332.871	35.456	0,1065	0	0	5	4	2
156	CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN	Energia	1.500.690	301.706	40.214	0,1333	0	0	5	4	2
157	CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE-GT	Energia	3.918.135	95.527	29.620	0,3101	0	0	5	4	2
158	CIA GAS DE SAO PAULO - COMGAS	Saneamento, Serviço de Água e Gás	3.847.842	837.236	257.256	0,3073	0	0	5	4	2
159	CONCESSIONARIA RIO-TERESOPOLIS S.A.	Transporte e Logística	146.426	44.086	16.174	0,3669	0	0	5	4	2
160	CONCESSIONARIA ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A	Transporte e Logística	1.398.596	221.193	67.768	0,3064	0	0	5	4	2
161	CONCESSIONARIA RODOVIA PRES. DUTRA S.A.	Transporte e Logística	1.351.127	197.611	87.831	0,4445	0	0	5	4	2
162	EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A.ECONORTE	Transporte e Logística	258.645	25.156	11.891	0,4727	0	0	5	4	2
163	FERTILIZANTES HERINGER S.A.	Petroquímicos e Borracha	2.022.329	883.887	17.876	0,0202	0	0	5	4	2
164	GRENDENE S.A.	Têxtil e Vestuário	1.993.398	329.377	15.279	0,0464	0	0	5	4	2
165	GUARARAPES CONFECÇOES S.A.	Têxtil e Vestuário	2.258.062	363.864	31.095	0,0855	0	0	5	4	2
166	HAGA S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	35.273.547	4.699.115	1.181.537	0,2514	0	0	5	4	2
167	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.	Energia	8.037.865	770.754	38.479	0,0499	0	0	5	4	2
168	PROFARMA DISTRIB PROD FARMACEUTICOS S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	1.076.814	40.647	3.540	0,0871	0	0	5	4	2
169	SANTOS BRASIL S.A.	Transporte e Logística	1.137.703	237.432	58.154	0,2449	0	0	5	4	2
170	AUTOMETAL S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	1.129.727	144.477	2.513	0,0174	0	3	5	7	2
171	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	Energia	13.469.052	2.123.374	118.746	0,0559	0	3	5	7	2
172	CIA TECIDOS SANTANENSE	Têxtil e Vestuário	308.893	30.142	5.521	0,1832	0	3	5	7	2
173	CONC SIST ANHANG-BANDEIRANT S.A.	Transporte e Logística	2.717.004	627.466	224.004	0,3570	0	3	5	7	2

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
174	CPFL EnergiaS.A.	Energia	7.041.920	1.573.800	37.052	0,0235	0	3	5	7	2
175	DIXIE TOGA S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	1.119.948	98.789	124	0,0013	0	3	5	7	2
176	FIBRIA CELULOSE S.A.	Papel e Celulose	29.147.693	514.929	82.922	0,1610	0	3	5	7	2
177	HYPERMARCAS S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	9.706.331	407.203	-155.787	0,0000	0	3	5	7	2
178	IOCHPE MAXION S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	1.659.961	226.682	37.017	0,1633	0	3	5	7	2
179	MANGELS INDUSTRIAL S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	302.555	21.266	391	0,0184	0	3	5	7	2
180	VALID SOLUÇÕES E SERV. SEG. MEIOS PAG. IDENT. S.A.	Serviços	729.293	89.418	7.374	0,0825	0	3	5	7	2
181	524 PARTICIPACOES S.A.	Energia	953	3.036	0	0,0000	0	0	0	1	1
182	AES ELPA S.A.	Energia	2.103.383	377.025	0	0,0000	0	0	0	1	1
183	AGRENCO LTD.	Agronegócio	618.062	10.080	0	0,0000	0	0	0	1	1
184	ALIANSCE SHOPPING CENTERS S.A.	Construção Civil	1.528.263	57.659	0	0,0000	0	0	5	4	2
185	B2W - COMPANHIA GLOBAL DO Varejo	Comércio (Atacado e Varejo)	3.034.130	28.583	0	0,0000	0	0	0	1	1
186	BATTISTELLA ADM PARTICIPACOES S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	246.212	5.126	0	0,0000	0	0	5	4	2
187	BEMATECH S.A.	Comunicação e Tecnologia	516.431	43.190	0	0,0000	0	0	0	1	1
188	BHG S.A. - BRAZIL HOSPITALITY GROUP	Serviços	644.001	6.172	0	0,0000	0	0	0	1	1
189	BIOMM S.A.	Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	3.416	4.273	0	0,0000	0	0	0	1	1
190	BONAIRE PARTICIPACOES S.A.	Energia	1.207.737	226.221	0	0,0000	0	3	0	3	2
191	BR MALLS PARTICIPACOES S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	6.326.470	489.939	0	0,0000	0	0	0	1	1
192	BRASIL BROKERS PARTICIPACOES S.A.	Construção Civil	499.275	72.794	0	0,0000	0	0	5	4	2
193	BRASIL ECODIESEL IND COM BIO.OL.VEG.S.A.	Petroquímicos e Borracha	797.616	22.910	0	0,0000	0	0	5	4	2
194	BRASMOTOR S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	759.786	277.940	0	0,0000	0	0	0	1	1
195	BRAZIL PHARMA S.A.	Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	118.817	23.280	0	0,0000	0	0	5	4	2
196	CAMARGO CORREA DESENV. IMOBILIARIO S.A.	Construção Civil	1.577.551	137.136	0	0,0000	0	0	0	1	1
197	CENTENNIAL ASSET PARTICIP.MINAS-RIO S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	118.145	15.782	0	0,0000	0	0	0	1	1
198	CERAMICA CHIARELLI S.A.	Serviços	21.713	7.859	0	0,0000	0	0	0	1	1
199	CIA BRASILIANA DE ENERGIA	Energia	5.007.256	674.154	0	0,0000	0	3	0	3	2
200	CIA DE RECUPERACAO SECUNDARIA	Petroquímicos e Borracha	8.633	67	0	0,0000	0	0	0	1	1
201	CIA SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR	Saneamento, Serviço de Água e Gás	5.306.878	184.025	0	0,0000	0	3	0	3	2
202	CLARION S.A. AGROINDUSTRIAL	Alimentos	1.207.891	5.134	0	0,0000	0	0	0	1	1
203	CONSTRUTORA SULTEPA S.A.	Construção Civil	736.077	24.957	0	0,0000	0	0	0	1	1
204	CONSTRUTORA TENDA S.A.	Construção Civil	3.135.004	111.318	0	0,0000	0	0	0	1	1
205	CP CIMENTO E PARTICIPACOES S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	507.284	36.233	0	0,0000	0	3	5	7	2
206	CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	Construção Civil	505.456	43.410	0	0,0000	0	0	0	1	1
207	CYRELA COMMERCIAL PROPERT S.A. EMPR PART	Construção Civil	1.085.231	95.426	0	0,0000	0	0	0	1	1
208	DALETH PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	216.438	11.810	0	0,0000	0	3	0	3	2
209	DHB INDUSTRIA E COMERCIO S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	31.078	503.779	0	0,0000	0	0	0	1	1

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
210	DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	Construção Civil	891.276	166.552	0	0,0000	0	0	0	1	1
211	ELECTRO ACO ALTONA S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	237.963	7.921	0	0,0000	0	0	0	1	1
212	EMBRATEL PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	10.733.809	723.006	0	0,0000	0	0	5	4	2
213	ENERGISA S.A.	Energia	1.658.178	185.575	0	0,0000	0	0	0	1	1
214	ESTACIO PARTICIPACOES S.A.	Serviços	629.816	80.589	0	0,0000	0	0	5	4	2
215	EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	Construção Civil	2.041.802	252.491	0	0,0000	0	0	0	1	1
216	EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.	Alimentos	30.461	7.033	0	0,0000	0	0	0	1	1
217	EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPACOES S.A.	Construção Civil	1.184.796	243.734	0	0,0000	0	0	0	1	1
218	FORPART S.A.	Energia	17.956	359	0	0,0000	0	0	0	1	1
219	FRAS-LE S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	669.537	59.322	0	0,0000	1	3	0	5	2
220	GAFISA S.A.	Construção Civil	7.005.270	409.358	0	0,0000	0	0	5	4	2
221	GTD PARTICIPACOES S.A.	Energia	19.187	2.403	0	0,0000	0	3	0	3	2
222	HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	Construção Civil	994.023	183.507	0	0,0000	0	0	5	4	2
223	INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUcoes	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	1.647.802	45.469	0	0,0000	0	0	5	4	2
224	INTERNATIONAL MEAL COMPANY HOLDINGS S.A.	Alimentos	514.743	7.873	0	0,0000	0	0	5	4	2
225	ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC	Comunicação e Tecnologia	1.074.394	12.416	0	0,0000	0	3	0	3	2
226	J. MACEDO S.A.	Alimentos	630.482	13.622	0	0,0000	0	0	0	1	1
227	JHSF PARTICIPACOES S.A.	Construção Civil	1.567.373	208.582	0	0,0000	0	3	5	7	2
228	JSL S.A.	Transporte e Logística	2.727.561	139.838	0	0,0000	0	0	0	1	1
229	KARSTEN S.A.	Têxtil e Vestuário	376.989	10.451	0	0,0000	0	3	5	7	2
230	LIGHT S.A.	Energia	3.469.254	575.150	0	0,0000	0	0	0	1	1
231	LITEL PARTICIPACOES S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	22.287.158	4.907.875	0	0,0000	0	3	0	3	2
232	LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.	Transporte e Logística	1.104.986	17.604	0	0,0000	0	0	0	1	1
233	MAGAZINE LUIZA S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	2.213.107	82.602	0	0,0000	0	0	5	4	2
234	MARISOL S.A.	Têxtil e Vestuário	443.055	16.310	0	0,0000	0	0	0	1	1
235	MENDES JUNIOR ENGENHARIA S.A.	Construção Civil	8.086.044	1.067.452	0	0,0000	0	0	0	1	1
236	METALURGICA GERDAU S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	9.965.135	906.593	0	0,0000	0	3	5	7	2
237	MMX MINERACAO E METALICOS S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	2.903.366	71.517	0	0,0000	0	0	5	4	2
238	MUNDIAL S.A. - PRODUTOS DE CONSUMO	Têxtil e Vestuário	832.993	37.293	0	0,0000	0	3	0	3	2
239	NEOEnergiaS.A.	Energia	10.611.176	1.773.517	0	0,0000	0	3	0	3	2
240	PARANAPANEMA S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	3.762.198	28.063	0	0,0000	0	0	5	4	2
241	PDG REALTY S.A. EMPREEND E PARTICIPACOES	Construção Civil	8.147.613	789.552	0	0,0000	0	0	5	4	2
242	PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	421.392	9.151	0	0,0000	0	0	5	4	2
243	POSITIVO INFORMATICA S.A.	Comunicação e Tecnologia	1.630.721	89.436	0	0,0000	0	0	5	4	2
244	RAIA S.A.	Bens de Consumo, Farmacêutico e Higiene	1.097.296	3.410	0	0,0000	0	0	0	1	1
245	RET PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	7.811	871	0	0,0000	0	3	0	3	2

	EMPRESA	SETOR	Total do Ativo	LAIR	IRPJ/CSLL corrente	% ETR	JSCP	RS	IF	soma	soma2
246	RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	Construção Civil	1.557.656	64.490	0	0,0000	0	0	0	1	1
247	ROSSI RESIDENCIAL S.A.	Construção Civil	5.125.987	349.770	0	0,0000	0	0	0	1	1
248	SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S.A.	Transporte e Logística	1.663.879	121.587	0	0,0000	0	3	5	7	2
249	SAO PAULO TURISMO S.A.	Serviços	287.453	7.613	0	0,0000	0	0	0	1	1
250	SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	195.062	5.852	0	0,0000	0	0	0	1	1
251	SONAE SIERRA BRASIL S.A.	Construção Civil	1.358.983	141.387	0	0,0000	0	0	0	1	1
252	SPRINGER S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	97.835	3.830	0	0,0000	0	0	0	1	1
253	SUBESTACAO ELETROMETRO S.A.	Energia	44.901.186	5.666.261	0	0,0000	0	0	0	1	1
254	T4F ENTRETENIMENTO S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	462.113	56.232	0	0,0000	0	0	0	1	1
255	TECHNOS S.A.	Comércio (Atacado e Varejo)	142.421	35.714	0	0,0000	0	0	0	1	1
256	TECNISA S.A.	Construção Civil	1.960.519	200.048	0	0,0000	0	0	5	4	2
257	TELEMAR PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	3.949.254	43.893	0	0,0000	0	0	0	1	1
258	TERMINAL GARAGEM MENEZES CORTES S.A.	Transporte e Logística	120.963	17.412	0	0,0000	0	0	0	1	1
259	TIM PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	10.857.137	2.216.909	0	0,0000	0	0	0	1	1
260	TPI - TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.	Transporte e Logística	1.552.940	32.458	0	0,0000	0	0	0	1	1
261	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	Energia	4.514.714	378.390	0	0,0000	0	0	5	4	2
262	TRISUL S.A.	Construção Civil	1.215.509	39.159	0	0,0000	0	0	0	1	1
263	UNIPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	Petroquímicos e Borracha	874.466	28.224	0	0,0000	0	0	0	1	1
264	UPTICK PARTICIPACOES S.A.	Energia	70.799	14.562	0	0,0000	0	0	0	1	1
265	USINA COSTA PINTO S.A. ACUCAR ALCOOL	Agronegócio	1.009.926	153.564	0	0,0000	0	0	0	1	1
266	VALE S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	186.360.229	37.023.398	0	0,0000	0	3	0	3	2
267	VBC ENERGIAS.A.	Energia	2.479.027	349.256	0	0,0000	0	0	0	1	1
268	VICUNHA SIDERURGIA S.A.	Metalurgia, Siderurgia e Extração Mineral	4.078.840	1.200.327	0	0,0000	0	0	0	1	1
269	VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	Construção Civil	1.851.049	67.373	0	0,0000	0	0	0	1	1
270	VULCABRAS/AZALEIA S.A.	Têxtil e Vestuário	612.526	120.608	0	0,0000	0	0	5	4	2
271	WLM - INDUSTRIA E COMERCIO S.A.	Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	445.838	55.122	0	0,0000	0	0	0	1	1
272	ZAIN PARTICIPACOES S.A.	Telecomunicações	5.218	87	0	0,0000	0	0	0	1	1

ANEXOS

ANEXO A - MENSURAÇÕES DA ELISÃO TRIBUTÁRIA

ANEXO A

Mensurações da elisão tributária

Measures of tax avoidance.

Measure	Computation	Description	Impact accounting earnings?	Reflect deferral strategies?	Reflect non-conforming avoidance?	Reflect conforming avoidance?	Computable by jurisdiction?
GAAP ETR	$\frac{\text{Worldwide total income tax expense}}{\text{Worldwide total pre-tax accounting income}}$	Total tax expense per dollar of pre-tax book income	Yes	No	Yes	No	Yes
Current ETR ^a	$\frac{\text{Worldwide current income tax expense}}{\text{Worldwide total pre-tax accounting income}}$	Current tax expense per dollar of pre-tax book income	Maybe	Yes	Yes	No	Yes
Cash ETR ^b	$\frac{\text{Worldwide cash taxes paid}}{\text{Worldwide total pre-tax accounting income}}$	Cash taxes paid per dollar of pre-tax book income	No	Yes	Yes	No	No
Long-run cash ETR ^c	$\frac{\sum (\text{Worldwide cash taxes paid})}{\sum (\text{Worldwide total pre-tax accounting income})}$	Sum of cash taxes paid over n years divided by the sum of pre-tax earnings over n years	No	Yes	Yes	No	No
ETR Differential ^d	Statutory ETR—GAAP ETR	The difference of between the statutory ETR and the firm's GAAP ETR	Yes	No	Yes	No	No
DTAX ^e	Error term from the following regression: ETR differential $\times$ Pre-tax book income $= a + b \times \text{Controls} + e$	The unexplained portion of the ETR differential	Yes	No	Yes	No	No
Total BTDF ^f	Pre-tax book income $- ((\text{U.S. CTE} + \text{Fgn CTE}) / \text{U.S. STR}) - (\text{NOL}_t - \text{NOL}_{t-1})$	The total differences between book and taxable incomes	Yes for a portion, no for a portion	Yes	Yes	No	Yes (U.S.)
Temporary BTDF	Deferred tax expense / U.S. STR		No	Yes	Yes	No	Yes (U.S.)
Abnormal total BTDF ^g	Residual from $\text{BTDF} / \text{TA}_{it} = \beta_1 \text{TA}_{it} + \beta_2 m_i + e_{it}$	A measure of unexplained total book-tax differences	Yes for a portion, no for a portion	Yes	Yes	No	No
Unrecognized tax benefits ^h	Dislosed amount post-FIN48	Tax liability accrued for taxes not yet paid on uncertain positions	Yes	If uncertain	Yes, some	Yes, some	No
Tax shelter activity ⁱ	Indicator variable for firms accused of engaging in a tax shelter	Firms identified via firm disclosures, the press, or IRS confidential data	Depends on the type of shelter	Shelter may be a deferral strategy; but not an overall measure	Not overall-measure is transaction based	Not overall-measure is transaction based	Unlikely
Marginal tax rate ^j	Simulated marginal tax rate	Present value of taxes on an additional dollar of income	No	Yes	Yes	Yes	Not with existing data

^a May impact accounting earnings if the item that changes the Current ETR is not a temporary difference.^b A more direct measure of taxes actually paid but numerator and denominator may be unaligned. The measure is more volatile year-to-year than the two measures above. Can also deflate by pre-tax income adjusted for special items.^c See Dyreng et al. (2008). Measured generally over 3–10 years. Longer may be better but fewer available firms. Eliminates some of the volatility in Cash ETR. Can also deflate by pre-tax income adjusted for special items.^d If using the same U.S. statutory tax rate for all firms, comparing GAAP ETRs yields similar inferences.^e The terms on the right-hand side can vary depending on the research question. Model is only as good as the variables included as determinants. What variables to include depends on how one interprets the actions of the manager with regard to that construct—action taken to reduce taxes or the reduction of tax is a byproduct.^f Grossing up current tax expense by the statutory tax rate to estimate taxable income is subject to well-known measurement error (Hanlon, 2003). Subtracting the change in the NOL is intended to capture changes in taxable income that are not captured by the current tax expense because the firm is a tax-loss firm and current tax expense is thus reported as zero (or a negative if they have NOL carrybacks). Researcher should conduct sensitivity tests for the cases where measurement error is likely the highest as in Hanlon et al. (2005).^g See Desai and Dharmapala (2006). A variety of other right-hand side variables could be included depending on what the research question calls for in terms of “controls.” TA (Total Accruals) intended to control for earnings management.^h The measure is a financial accounting accrual subject to the conservative or “aggressive” nature of the firm for financial accounting purposes.ⁱ The measure will not include firms that are not caught nor will it include firms that can otherwise avoid tax successfully and do not engage in shelters.^j See Shevlin (1990), Graham, (1996a, b), Blouin et al. (2010), Graham and Kim (2009). This measure is not really a measure of avoidance but may provide information when comparing firms with varying importance for financial accounting earnings (e.g., private companies versus public companies).